

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CARLA CRAVO

**GREVE DE PROFESSORES EM SANTA CATARINA:
A LUTA DO MAGISTÉRIO NO DISCURSO DO JORNAL DIÁRIO
CATARINENSE**

Rio de Janeiro (RJ)

2016

CARLA CRAVO

**GREVE DE PROFESSORES EM SANTA CATARINA:
A LUTA DO MAGISTÉRIO NO DISCURSO DO JORNAL DIÁRIO
CATARINENSE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Vânia Cardoso da Motta

Rio de Janeiro (RJ)2016

CIP - Catalogação na Publicação

C898	<p>Cravo, Carla</p> <p>Greve de professores em Santa Catarina: a luta do magistério no discurso do jornal Diário Catarinense / Carla Cravo. -- Rio de Janeiro, 2016.</p> <p>111 f.</p> <p>Orientadora: Vânia Cardoso da Motta. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.</p> <p>1. Luta de classes. 2. Greve de professores. 3. Discurso jornalístico. 4. Análise de discurso.. I. Cardoso da Motta, Vânia, orient. II.</p> <p>Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).</p>
------	--



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação

A Dissertação "GREVE DE PROFESSORES EM SANTA CATARINA: LUTA DO MAGISTÉRIO NO DISCURSO DO JORNAL DIÁRIO CATARINENSE"

Mestrando(a): Carla Cravo

Orientado(a) pelo(a): Profa. Dra. Vânia Cardoso da Motta

E aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi aceita pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e homologada pelo Conselho de Ensino para Graduados e Pesquisa, como requisito parcial à obtenção do título de

MESTRE EM EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro, 29 de março de 2016.

Banca Examinadora:

Presidente:



Profa. Dra. Vânia Cardoso da Motta



Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro



Prof. Dr. Rodrigo de Azevedo Lamosa

Dedico este estudo a todas as pessoas que, de alguma forma, iniciam e contribuem para lutas em defesa de uma sociedade igualitária, baseada na solidariedade e na dignidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo pela oportunidade de troca com colegas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em especial com a professora Vânia Cardoso da Motta, exemplo de simplicidade e parceria.

Sou grata por fazer parte do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (Colemarx).

Meu carinho especial à banca examinadora por aceitar o convite para avaliar minha pesquisa.

À querida amiga Aline Cleide Batista, que me incentivou a participar do processo seletivo para o mestrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Impossível deixar de agradecer ao aconchego da Solange Rosa Araújo. No mundo poderiam existir muitas Solanges. Sua disposição em ajudar os outros a torna inesquecível em nossos corações.

Aos amigos que ganhei ao longo desse período foram muitos. Destaco Michely Rodrigues e Débora Sabina pelos momentos que passamos juntas.

Carinhosamente agradeço às gestoras do Núcleo de Educação Infantil Carrossel, Áurea Aparecida Sousa Madalozo e Mary Léa Rodrigues Blini, e demais funcionários da unidade escolar pelo apoio imediato para frequentar e concluir a pós-graduação.

De coração agradeço a Cristiano Voitina, pela compreensão por minha escolha em estudar fora do estado onde moramos, e à minha família pelo apoio incondicional nesse período da minha vida acadêmica.

E então, que quereis?...

Vladimir Maiakóvski

Fiz ranger as folhas de jornal
abrindo-lhes as pálpebras piscantes.

E logo
de cada fronteira distante
subiu um cheiro de pólvora
perseguido-me até em casa.

Nestes últimos vinte anos
nada de novo há
no rugir das tempestades.

Não estamos alegres,
é certo,
mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?

O mar da história
é agitado.

As ameaças
e as guerras
havemos de atravessá-las,
rompê-las ao meio,
cortando-as

como uma quilha corta
as ondas.

RESUMO

Este estudo consiste numa leitura crítica, desenvolvida sob orientação da análise do discurso de linha francesa — mais precisamente de Eni Orlandi e Michel Pêcheux —, de matérias publicadas pelo jornal Diário Catarinense acerca da greve dos professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina, que iniciou em 18 de maio de 2011 e resistiu 62 dias. Fundamentou-se em múltiplas contribuições teóricas, destacando-se as de Mao Tse-Tung, Karl Marx, Friedrich Engels, Edward Palmer Thompson e Antonio Gramsci, no que se refere ao materialismo e à dialética, à luta de classes, à consciência de classe e à influência dos jornais na sedimentação da opinião pública. No percurso desta investigação foram encontradas, na superfície dos textos do jornal impresso, pistas e marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos em relação ao movimento dos trabalhadores em educação e o seu contexto de lutas. A análise mostrou que, durante todo o percurso da greve, o Diário Catarinense, que fez a cobertura jornalística diária dessa luta, privilegiou os argumentos do governo e não conseguiu disfarçar — pelo menos para os leitores mais atentos — uma tendência a abrir mais espaços e dar mais voz ao poder público do que aos professores. Também indicou o direcionamento tácito do jornal em produzir consensos na sociedade por meio da divulgação de discursos desprovidos de uma pretensa neutralidade.

Palavras-chave: luta de classes; greve de professores; discurso jornalístico; análise de discurso.

ABSTRACT

This study is a critical reading, developed under the guidance of the French line of discourse analysis — more precisely Eni Orlandi and Michel Pêcheux — of articles published by the newspaper *Diário Catarinense* on the strike of teachers of the state of Santa Catarina teaching that started on 18 May 2011 and endured 62 days. Was based on multiple theoretical contributions, highlighting the Mao Tse-Tung, Karl Marx, Friedrich Engels, Edward Palmer Thompson and Antonio Gramsci, in relation to materialism and dialectics, the class struggle, class consciousness and influence newspapers in the sedimentation of public opinion. In the course of this investigation it was found on the surface of the journal printed texts, tracks and marks left by the social processes of production of meaning in relation to the movement of workers in education and their struggles context. The analysis showed that, throughout the course of the strike, the *Santa Catarina Daily* that made the daily news coverage of this struggle, favored the government's arguments and could not keep — at least for the most attentive readers — a tendency to open more spaces and give more voice to the government than to teachers. Also indicated tacit direction newspaper in producing consensus in society through the dissemination of speeches devoid of an alleged neutrality.

Keywords: class struggle; teachers strike; journalistic discourse; discourse analysis.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Recorte de matéria publicada em 8 de abril de 2011.....	43
Figura 2 – Texto publicado em 8 de abril de 2011.....	44
Figura 3 – Matéria publicada em 29 de abril de 2011.....	46
Figura 4 – Capa da edição de 12 de maio de 2011.....	49
Figura 5 – Reportagem especial publicada em 12 de maio de 2011.....	51
Figura 6 – Página 4 da reportagem especial publicada em 18 de maio de 2011.....	55
Figura 7 – Página 5 da reportagem especial publicada em 18 de maio de 2011.....	57
Figura 8 – Editorial publicado em 20 de maio de 2011.....	59
Figura 9 – Matéria publicada em 24 de maio de 2011.....	62
Figura 10 – Tabela inserida em matéria de 24 de maio de 2011.....	63
Figura 11 – Reportagem especial publicada em 25 de maio de 2011.....	65
Figura 12 – Editorial publicado em 25 de maio de 2011.....	66
Figura 13 – Matéria publicada em 26 de maio de 2011.....	67
Figura 14 – Matéria publicada em 10 de junho de 2011.....	70
Figura 15 – Matéria publicada em 15 de junho de 2011.....	71

Figura 16 – Matéria publicada em 19 de junho de 2011.....	73
Figura 17 – Matéria publicada em 21 de junho de 2011.....	76
Figura 18 – Matéria publicada em 6 de julho de 2011.....	80
Figura 19 – Reportagem publicada em 8 de julho de 2011.....	81
Figura 20 – Recorte de reportagem publicada em 12 de julho de 2011.....	84
Figura 21 – Capa da edição de 12 de julho de 2011.....	85
Figura 22 – Matéria publicada em 12 de julho de 2011.....	87
Figura 23 – Matéria publicada em 13 de julho de 2011.....	89
Figura 24 – Matéria publicada em 14 de julho de 2011.....	91
Figura 25 – Matérias integrantes da reportagem publicada em 14 de julho de 2011.....	93
Figura 26 – Matéria publicada em 19 de julho de 2011.....	94

LISTA DE SIGLAS

ACT – Admitido em caráter temporário
AD – Análise do discurso
Adin – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AL – Assembleia Legislativa
Alesc - Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
ANJ – Associação Nacional de Jornais
Apeoesp – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
Bope – Batalhão de Operações Policiais Especiais
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DC – Diário Catarinense
DEM – Democratas
Fecam – Federação Catarinense de Municípios
FNM – Confederação Nacional de Municípios
GCI – Grupo Comunista Internacionalista
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MEC – Ministério da Educação
MEC – Ministério da Educação
MP – Medida provisória
ONG – Organização não-governamental
PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista
 PFL – Partido da Frente Liberal
 PGE – Procuradoria Geral do Estado
 PLC – Projeto de lei complementar
 PM – Polícia Militar
 PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
 PP – Partido Progressista
 PR – Partido da República
 PRB – Partido Republicano Brasileiro
 PROS – Partido Republicano da Ordem Social
 PSC – Partido Social Cristão
 PSD – Partido Social Democrático
 PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
 PT – Partido dos Trabalhadores
 PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
 PV – Partido Verde
 RBS – Rede Brasil Sul de Comunicações
 SC – Santa Catarina
 SED – Secretaria de Estado da Educação
 Sinte – Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina
 STF – Supremo Tribunal Federal
 Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Percurso metodológico: análise do discurso.....	12
1.2 O jornal Diário Catarinense.....	15
1.3 Organização do trabalho.....	18
2 ANTAGONISMO, CONSCIÊNCIA E LUTA DE CLASSES.....	20
2.1 Consciência de classe.....	23
3 A IDEOLOGIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO.....	26
3.1 A formação da opinião pública.....	30
4 A LUTA DOS PROFESSORES E A MÍDIA.....	35
4.1 As vozes do jornal na greve dos professores.....	39
5 PROFESSORES CATARINENSES EM GREVE.....	41

5.1 Os impactos das decisões do STF na perspectiva do DC.....	43
5.2 Sem acordo: greve marcada para 18 de maio.....	48
5.3 Deflagrada a greve, professores param.....	55
5.4 A greve continua com discursos repetidos.....	64
5.5 Um mês de paralisação e desentendimento.....	73
5.6 Movimento enfraquece com divergências entre professores.....	81
5.7 Entre protestos e frustração, projeto de lei coloca fim à greve.....	88
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS.....	99

1 INTRODUÇÃO

“A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2010, p. 40). Escrita há quase 160 anos por Karl Marx e Friedrich Engels na frase de abertura do *Manifesto comunista*¹, a expressão “lutas de classes” assume atualmente novos contornos sem se afastar de sua premissa básica: o antagonismo que se estabelece na construção da vida social e nas relações de poder. As greves de operários, de servidores públicos e de professores exemplificam essa dinâmica movida pelas lutas por reconhecimento de direitos, que se expressam como lutas de classe, tão frequentes no atual cenário sociopolítico do Brasil.

Início esta dissertação com um fragmento do *Manifesto comunista* por entender que ele se concilia ao tema de meu estudo, cuja proposta é desenvolver uma leitura crítica de matérias publicadas pelo jornal Diário Catarinense acerca da greve dos professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina, que iniciou em 18 de maio de 2011 e resistiu 62 dias.

O objetivo de meu estudo é compreender, a partir de orientações da análise do discurso (AD) de linha francesa — que articula pressupostos teóricos das ciências sociais (história, sociologia e filosofia), da linguística, do materialismo histórico e da psicanálise — como o movimento grevista foi interpretado e noticiado nas páginas desse periódico que domina expressiva fatia do mercado do jornalismo impresso e digital no estado e exerce influência na formação da opinião pública.

Esse tema é de meu interesse porque, como professora atuante há 22 anos numa rede municipal de ensino em Santa Catarina, participo dos esforços de um grupo que tenta construir um sindicato, como representação local da categoria, que dê conta de lutar contra a precarização da educação pública e as mazelas do governo, que se utiliza de diversas estratégias para desmobilizar movimentos sociais, muitas vezes desvalorizando a área da educação e a atividade do magistério, seja no que se refere ao salário, seja no que tange às condições de trabalho.

Acompanhei diariamente as notícias sobre a greve dos professores estaduais de 2011 e ouvi muitos relatos de profissionais que se engajaram nessa mobilização e que, como eu e Lombardi (2008, p. 2), pensam “que não é possível o avanço da discussão sobre as

¹ O *Manifesto* foi escrito entre dezembro de 1847 e janeiro de 1848 e publicado pela primeira vez em Londres em fevereiro de 1848.

perspectivas transformadoras de nossa sociedade deixando-se de lado as perspectivas também transformadoras de um projeto revolucionário de educação”.

Nessas conversas, mescladas a uma leitura atenta dos textos publicados pelo jornal Diário Catarinense, percebi, por um ângulo, tanto os esforços da categoria para se organizar quanto a força da resistência e, por outro, o que já foi constatado pelo Grupo Comunista Internacionalista (GCI, 2001): “Todo aquele que atuou nesses movimentos descobre uma solidariedade que não conhecia, se surpreende com a falta de egoísmo que existe nas barricadas, com a extraordinária organicidade que estrutura a ação”. Além disso, “em muitos casos descobre no vizinho que não cumprimentava, no colega de trabalho que era considerado um imbecil, no amigo que só falava de futebol... um companheiro que luta lado a lado com ele” (GCI, 2001).

A partir dessas observações, decidi desenvolver meu estudo seguindo o que recomenda Mao Tse Tung (1972, p. 227) para o pesquisador que pretende conhecer uma coisa ou fenômeno: ele “não poderá consegui-lo sem por-se em contato com essa coisa ou fenômeno”. O autor ressalta que “o materialismo e a dialética exigem esforços, o seu fundamento é a realidade objetiva. [...] Se não se fazem esforços, corre-se o risco de cair no idealismo e na metafísica” (TSE TUNG, 1972, p. 228). E acrescenta que, “quando analisamos alguma coisa, devemos atender à sua essência, considerando as aparências apenas como o guia que nos leva até a porta. Uma vez transposta essa porta, há que apreender a essência da coisa. Eis o único método de análise seguro e científico” (TSE TUNG, 1972, p. 231).

É nesse rumo que direciono minha análise, entendendo que é importante, como diz Sanfelice (2008, p. 84), “caminhar das aparências fenomênicas para a essência da coisa, para a coisa em si” e também buscar a “apreensão do conjunto das conexões internas da coisa [...] dos aspectos e dos momentos contraditórios internos, pois o objeto é tomado como totalidade e como unidade de contrários”. Afinal, a luta de classes é o confronto de contrários, e como adverte Gramsci (2000a), a classe dominante cria suas trincheiras expressas pelos “aparelhos ‘privados’ de hegemonia”, entidades organizadas no âmbito da sociedade civil com função de buscar consensos, em especial os órgãos de comunicação social.

A mídia conservadora propaga crenças com o objetivo de legitimar ideias e ações de grupos dominantes e engendra um discurso que se pretende neutro, mas inviabiliza posições diferenciadas das que comumente noticia, ao mesmo tempo em que silencia a proliferação de outros discursos. Isso quer dizer que o discurso jornalístico já nasce com as representações

simbólicas e ideológicas que irá reforçar ou refutar, apesar de surgir com aparência de novidade (BORGES, 2003; MARIANI, 1998).

Busco encontrar, na superfície dos textos do jornal impresso, as pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos, considerando que o analista de discursos “é uma espécie de detetive sócio-cultural” e que seu trabalho consiste em “procurar e interpretar vestígios que permitem a contextualização em três níveis: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sócio-cultural mais amplo no interior dos quais se deu o evento comunicacional” (PINTO, 1999, p. 22). Minha pesquisa seguiu esses rastros, orientada pela análise do discurso (AD) de linha francesa, proposta por Michel Pêcheux, em diálogo com contribuições teóricas de vários autores que deram sustentação ao discurso desta dissertação.

Considero que este estudo contribui para o registro da memória do movimento de luta do magistério catarinense e para a identificação da mídia como importante força de sustentação e amplificação da ideologia dominante. Ao articular e selecionar diferentes versões de um mesmo acontecimento ou de uma série deles — a exemplo do movimento de paralisação dos professores que foi noticiado diariamente durante mais de dois meses pelo jornal Diário Catarinense —, o discurso jornalístico se inscreve num espaço de formação da opinião pública e, assim, interfere e influencia na construção de sentidos sobre o mundo e a vida social, nela inseridos os trabalhadores em educação e o seu contexto de lutas.

Partindo dessa perspectiva, este estudo se mostra relevante por colocar em pauta debates sobre educação numa análise de discursos que busca evidenciar intenções de produzir consensos na sociedade por meio da divulgação de textos jornalísticos não isentos de interesses outros que não somente relatar fatos com pretensa neutralidade. Julgo importante abrir discussões em torno desse tema a fim de contribuir para um processo contínuo de reflexão acerca dos enredos e caminhos da educação brasileira.

1.1 Percorso metodológico: análise do discurso

Considerando que a análise do discurso de linha francesa trabalha com interpretação de textos, conjugando teoria e procedimento analítico, busquei aporte teórico para meu trabalho em vários autores, reunindo, principalmente, contribuições de Karl Marx, Friedrich Engels, Edward Palmer Thompson, Antonio Gramsci, Eni Orlandi e Michel Pêcheux. Em seguida, adotando os procedimentos de análise propostos por Orlandi (2002a), configurei o

corpus deste estudo, selecionando 30 textos publicados pelo jornal Diário Catarinense (quadro 1) no período de 8 de abril a 19 de julho de 2011 e que se relacionam à greve dos professores de Santa Catarina ocorrida naquele ano. Todos os textos estão digitalizados nos arquivos da empresa jornalística do DC e cópias deles foram fornecidas gratuitamente para esta pesquisa.

Quadro 1 – Textos jornalísticos analisados no estudo

Data/2011	Seção	Título
8 abril	Geral	PISO NACIONAL Governo estima impacto de R\$ 15 milhões em SC
8 abril	Geral	R\$ 1,8 bi a mais na conta de municípios
29 abril	Geral	PROTESTOS Professores exigem piso nacional
12 maio	Capa	Vencimento + abono \neq piso = impasse Professores marcam greve para o dia 18
12 maio	Coluna	Greve a favor da lei – Moacir Pereira
12 maio	Especial	SALÁRIO DE PROFESSOR Pressão pelo piso leva a greve e manifestação
18 maio	Especial	NEGOCIAÇÃO FRACASSADA Professores param hoje
18 maio	Especial	Pais se preparam para folga forçada
20 maio	Editoriais	Greve e negociação
24 maio	Geral	GREVE NO MAGISTÉRIO Piso de R\$ 1.187 é rejeitado
24 maio	Coluna	Proposta frustrante – Moacir Pereira
25 maio	Especial	PROFESSORES PARADOS Guerra de informações e versões marca greve
25 maio	Editoriais	Em nome da educação
26 maio	Geral	GREVE DOS PROFESSORES Estado reafirma falta de dinheiro
6 junho	Coluna	O futuro da educação – Moacir Pereira
10 junho	Geral	GREVE NO MAGISTÉRIO Professores não aceitam proposta
15 junho	Especial	GREVE DO MAGISTÉRIO Estado mantém proposta rejeitada por professores
19 junho	Geral	GREVE NO MAGISTÉRIO Negociações seguem sem resultados até agora
21 junho	Geral	35 DIAS DE GREVE Governo deve pedir ilegalidade
6 julho	Geral	DIA D DO MAGISTÉRIO Assembleia estadual vai decidir o rumo da greve
8 julho	Geral	MAGISTÉRIO PARADO Governo prepara reposição
12 julho	Capa	GREVE DO MAGISTÉRIO Reajuste depende da volta às aulas
12 julho	Coluna	Magistério dividido – Moacir Pereira
12 julho	Especial	GREVE DO MAGISTÉRIO Às vésperas da votação, ainda não há consenso
13 julho	Geral	GREVE Futuro de projeto de lei será decidido hoje
14 julho	Especial	NA FORÇA E NO VOTO Assembleia aprova piso do magistério
14 julho	Especial	Manobras e acusações de ‘teatro’
14 julho	Especial	Desolação e briga no hall de entrada
19 julho	Geral	ACABOU A GREVE Assembleia estadual vota pelo retorno ao trabalho
19 julho	Coluna	Versões – Moacir Pereira

Iniciei o trabalho analítico a partir do entendimento de que, na perspectiva da AD, a linguagem é entendida como ação, transformação, como um trabalho simbólico em “que tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações, conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidade etc” (ORLANDI, 1988, p.17). Assim, no percurso da análise, tentei “entender e explicar como se constrói o sentido de um texto e como esse texto se articula com a história e a sociedade que o produziu” (GREGOLIN, 1995, p. 20).

Assumi a tarefa de analista de discurso, que não é simplesmente interpretar, mas compreender como um texto funciona, ou seja, como ele produz sentidos, perseguindo o objetivo de “explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados” (PÊCHEUX, 1990, p. 23).

Defini os limites do corpus, fazendo recortes, retomando conceitos e noções, num procedimento que demandou um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento se deu ao longo de todo o trabalho até chegar à “compreensão dos processos de produção de sentidos” (ORLANDI, 2002b, p. 72). A fim de alcançar esse objetivo, dirigi minha atenção para as estratégias, muitas vezes silenciosas e sutis, que insinuaram leituras no fio discursivo. Observei as entrelinhas, o dito e o não-dito, o explícito e o implícito — aquilo que não foi dito mas que também estava significando (ORLANDI, 1987) —, entendendo que “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados” (ORLANDI, 2002a, p. 22).

A AD considera que o dizer tem relação com o não-dizer, ou seja, com o implícito que, segundo Orlandi (2002b), pode ser pressuposto — ideias não expressas de maneira explícita e que são consequência do sentido de certas palavras ou expressões contidas no discurso (DUCROT, 1987) — ou subentendido — insinuações não marcadas linguisticamente. Para Orlandi (2002a, p. 83), outra forma de se trabalhar o não-dito na análise de discurso é o silêncio, colocado não como falta, mas como “horizonte, iminência de sentido”. Por isso, procurei “ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras” (ORLANDI, 2002a, 59).

Considerando que o discurso jornalístico do Diário Catarinense reproduziu a luta de interesses entre diversos sujeitos (professores, políticos, instituições), busquei identificar como as mensagens transmitidas pelo jornal mostraram essas disputas e como se processou a busca pela influência e formação da opinião pública.

Observei o tamanho dos textos e dos títulos, bem como a forma de diagramação e os destaques dados aos elementos textuais nas páginas do jornal, entendendo ser “evidente que uma notícia publicada com um título forte chamará mais atenção do que outra com um título pequeno. [...] É também óbvio que uma reportagem colocada no alto de uma página atrai mais a atenção que outra, escondida num canto de página” (ROSSI, 2000, p. 44).

Em síntese, este exercício de interpretação de textos jornalísticos se constituiu numa tentativa de abordagem do discurso como prática social e não se limitou à análise da linguagem, mas também do contexto histórico e ideológico no qual ocorreram os acontecimentos noticiados e a produção do material jornalístico. Procurei, na análise desses textos, evidenciar o papel de importantes elementos discursivos: a articulação entre palavra e imagem, as estratégias argumentativas e o interdiscurso, que corresponde aos saberes constituídos na memória discursiva, um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer (PÊCHEUX, 1999) — componentes “responsáveis pela criação e circulação de valores ligados a uma formação ideológica que se apresenta como simulacro da neutralidade e da imparcialidade” (GREGOLIN, 1997, p. 02) nas páginas do jornal Diário Catarinense.

1.2 O jornal Diário Catarinense

O Diário Catarinense (DC) foi o último projeto idealizado por Maurício Sirotsky Sobrinho, fundador do Grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicações), maior afiliada da Rede Globo. Seus sucessores expandiram a atuação da empresa, consolidando a liderança no mercado de mídia no sul do país. Hoje, o Grupo RBS é um dos maiores grupos empresariais multimídia do país. Nas mídias tradicionais, suas emissoras de televisão e de rádio e seus jornais, presentes em todas as plataformas, são líderes de mercado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (GRUPO RBS, 2015).

Primeiro jornal informatizado da América Latina e ainda o primeiro jornal de Santa Catarina a utilizar fotografias coloridas, o Diário Catarinense teve sua primeira edição publicada em 5 de maio de 1986 e, de acordo com informações do Grupo RBS (2015), consolidou-se como o jornal de mais ampla circulação em Santa Catarina, atingindo 100% dos municípios do estado e figurando entre os 20 maiores jornais em circulação no país, com uma tiragem diária de 150 mil exemplares e 400 mil leitores. O jornal é editado em formato tabloide e circula diariamente em todo o estado com a missão declarada de “facilitar a comunicação das pessoas com o seu mundo” e guiado por seis valores: “fazer o que é certo, o

nosso coração pulsa, conexão com as pessoas, todos pelos clientes, realizar crescimento sustentado e desenvolvimento coletivo” (GRUPO RBS, 2015).

O Grupo RBS elaborou o manual intitulado *Guia de ética e autorregulamentação jornalística*, tendo como referência orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), códigos nacionais e internacionais e o Programa de Autorregulamentação Permanente da Associação Nacional de Jornais (ANJ). O manual reúne, segundo os diretores da RBS, um conjunto de “orientações destinadas a servir de referência aos profissionais da área editorial da empresa com o objetivo prioritário de assegurar ao público seu direito à informação independente, à opinião plural, às respostas e às correções sempre que estas se fizerem necessárias” (GRUPO RBS, 2011, p. 6).

Nesse documento se afirma que “o primeiro dever do jornalismo é a busca da verdade” e que o Grupo está “comprometido com este princípio universal da atividade jornalística” (GRUPO RBS, 2011, p. 6) e que

reafirmamos nossa defesa intransigente da liberdade de expressão por identificá-la como esteio da democracia e como direito inalienável do público. Entendemos que ninguém, a não ser o próprio público pelo processo da livre escolha, tem direito de controlar a informação. A liberdade de expressão não é uma prerrogativa dos jornalistas ou das empresas de comunicação, mas sim um direito dos cidadãos de acessar e receber informações livres de qualquer tutela (GRUPO RBS, 2011, p. 6).

Em relação à linha editorial, a RBS “considera a liberdade de informação uma conquista inerente às democracias e propugna seu uso responsável, com o sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do ser humano, dos sistemas políticos e das sociedades”, afirma que “defende a democracia e a liberdade, e se opõe a qualquer tipo de preconceito e discriminação” e acentua que “o direito à informação livre é uma cláusula pétrea da Constituição brasileira” (GRUPO RBS, 2011, p. 12). Também “considerando a liberdade do público de selecionar os conteúdos que deseja, a RBS valoriza a autorregulamentação da atividade jornalística e condena todas as formas e tentativas de controle e censura à informação”. Nessa direção, “os veículos da RBS se empenham em promover a interatividade com seus públicos e em oferecer pluralidade nas opiniões e as diferentes versões dos fatos” (GRUPO RBS, 2011, p. 12).

A RBS defende a livre-iniciativa e o direito de empreender, e apoia na sua linha de opinião uma postura íntegra dos cidadãos, estejam eles vinculados a atividades públicas, privadas ou a instituições da sociedade civil. Neste sentido, condena o desrespeito às leis e promove as regras de convívio social. Comprometido com as comunidades nas quais atua, o Grupo RBS entende a educação de qualidade em todos os níveis como um pilar decisivo no desenvolvimento do Brasil. Entre outras ações, na prática de seus valores, a RBS se associa ao esforço de combate às drogas e à violência, de proteção à infância, e estimula por diferentes meios a responsabilidade social e o crescimento sustentável. Muitos destes assuntos de interesse coletivo são transformados em bandeiras institucionais apoiadas por seus veículos e profissionais (GRUPO RBS, 2011, p. 12-13).

No *Guia*, a empresa ressalta que “tem compromisso com o debate e a difusão das questões e temas que impactam a vida de seus públicos”, que “defende e difunde valores éticos em todos os campos de suas atividades” e assume o “compromisso de fazer a coisa certa em quaisquer circunstâncias” (GRUPO RBS, 2011, p. 3 e 14).

Ao abordar aspectos da produção jornalística, a RBS declara que, na visão do Grupo, “jornalismo é a atividade de produzir informação e análise com liberdade, responsabilidade e independência” e que essa prática “deve estar fundamentada na relação de integridade e autenticidade com leitores, telespectadores, ouvintes e usuários de meios digitais”. Além disso, “os conteúdos jornalísticos devem ser baseados em conceitos que valorizem a busca da verdade e a pluralidade” (GRUPO RBS, 2011, p. 15).

Sobre imparcialidade e independência, o documento expressa que “a notícia deve buscar abrir espaço a todos os lados envolvidos no assunto, sem qualquer preconceito, favorecimento ou perseguição” (GRUPO RBS, 2011, p. 20). Também assevera que “os critérios para produção e distribuição de conteúdos jornalísticos devem estar voltados para o interesse do público a que se destinam” e que “interesses isolados de empresas do Grupo, de seus proprietários e seus dirigentes, autoridades, anunciantes, fontes ou profissionais não podem prevalecer na escolha de temas e na difusão de informações corretas” (GRUPO RBS, 2011, p. 20).

Quanto à precisão, destaca-se que “o jornalista da RBS tem o dever de reproduzir com fidelidade declarações ou situações que testemunhou” e que “o uso de declarações fora de contexto, prejudicando ou não o entrevistado ou o organismo que ele representa, compromete a credibilidade do veículo”. A RBS entende que, “além da publicação de versões conflitantes, cabe ao veículo procurar apurar a verdade, com isenção e na sua plenitude” (GRUPO RBS, 2011, p. 21).

Com referência à opinião, a RBS “considera a diversidade de opiniões um de seus patrimônios éticos e define tal pluralidade como parte relevante de seus conteúdos”. De acordo com o *Guia de Ética*, “todos os profissionais da RBS e os colaboradores externos que emitem opinião nos veículos da empresa, de forma regular ou não, têm ampla liberdade de manifestação de seus pontos de vista”, sendo “as fronteiras da opinião [...] demarcadas por valores éticos e pela responsabilidade individual” (GRUPO RBS, 2011, p. 29).

1.3 Organização do trabalho

Esta dissertação está organizada em cinco capítulos, incluindo este introdutório. O capítulo 2 aborda o antagonismo, a consciência e a luta de classes, dando ênfase às formulações de Marx, Engels, Thompson e Gramsci. Destaca-se a análise feita por Gramsci da luta de classes pela hegemonia política na sociedade capitalista, na qual o filósofo italiano distingue duas superestruturas distintas: a sociedade política e a sociedade civil, esta por organismos que difundem ideologias e buscam somar consensos em torno de suas proposições, como a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, a escola e a Igreja. Também ganham ênfase nesse capítulo a formação da consciência de classe, a criação do que Gramsci chama de “uma nova cultura” e a importância da atuação de intelectuais orgânicos.

O capítulo 3 discute a ideologia no discurso jornalístico, acentuando que este, embora sustentado na função de relatar fatos com imparcialidade e objetividade, não é simplesmente um meio neutro de refletir ou descrever o mundo, pois nele se manifestam forças políticas em confronto e se entrecruzam múltiplos interesses ideológicos e econômicos que o destituem de qualquer pretensão de neutralidade. A partir dessa perspectiva, trata da dinâmica de formação da opinião pública, enfatizando que, inserido no jogo das relações de poder, o discurso jornalístico, por meio do qual determinada classe age estrategicamente, direcionando os argumentos em debate de acordo com seus interesses, configura-se como mecanismo importante no processo de formação da opinião pública e de hegemonia. Ao selecionar e dar visibilidade a determinados acontecimentos e a certas ideias e ao participar nos processos de interpretação e de significação construídos sobre eles, a mídia constitui uma das mais importantes forças de sustentação e amplificação da ideologia dominante.

O capítulo 4 aborda a relação entre a luta dos professores e a mídia e discute a influência dos meios de comunicação na sedimentação da opinião pública acerca das greves.

São inseridas nesse debate as críticas de Gramsci contra os jornais que apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe dominante, silenciando ou deturpando as vozes dos trabalhadores.

O capítulo 5 se ocupa da greve dos professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina que teve maior repercussão na mídia, iniciou em 18 de maio de 2011 e resistiu 62 dias. Dentre muitas paralisações realizadas até então, a de 2011 é considerada a que maior apoio da opinião pública conquistou no estado. A trajetória da greve é analisada a partir de informações coletadas em diversas fontes, destacando-se o jornal Diário Catarinense, cujos textos selecionados para este estudo são submetidos à análise do discurso.

A dissertação termina com as considerações finais, que expõem as conclusões da pesquisa, seguidas da relação das fontes consultadas que são referenciadas neste trabalho.

2 ANTAGONISMO, CONSCIÊNCIA E LUTA DE CLASSES

O discurso de Marx e Engels (2010, p. 57) no *Manifesto Comunista* ecoa no século XXI como se tivesse sido enunciado recentemente, afirmando que “a história de toda a sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classes, antagonismos que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas”. Citando essas mesmas palavras para reforçar sua argumentação no livro *A luta de classes: uma história política e filosófica*, Losurdo (2015) defende a importância de analisar as múltiplas e variadas formas que essas lutas assumem em diferentes épocas históricas, sociedades e situações concretas que surgem ao longo do tempo.

Mas antes é necessário entender a noção de classe social e, para isso, interessa retomar a explicação de Marx, que usa como exemplo o campesinato parcelar da França na segunda metade do século 19.

Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam e opõem seu modo de vida, seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas, na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São, conseqüentemente, incapazes de fazer valer seu interesse de classe em seu próprio nome (MARX, 1956, p. 305-306).

Lenin (1978a) define classes sociais como grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, por sua relação com os meios de produção, por seu papel na organização social do trabalho e pela magnitude da parte da riqueza social de que dispõem e pelo modo de obtê-la. Em síntese, “as classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro em virtude dos lugares diferentes que ocupam num sistema de economia social determinado” (LENIN, 1978a, p. 289). No texto *As tarefas das uniões da juventude*, Lenin (1978b, p. 433) afirma que

classes são o que permite a um setor da sociedade apropriar-se do trabalho de outro setor. Se um setor da sociedade se apropria de todo o solo, temos uma classe latifundiária e uma classe camponesa. Se um setor da sociedade possui as fábricas e as oficinas, as ações e os capitais, enquanto o outro setor trabalha nessas fábricas, temos uma classe capitalista e uma classe proletária.

Em *O Capital*, Marx (1984, p. 99) distingue três grandes classes da sociedade moderna, baseada no regime capitalista de produção: “os proprietários de simples força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terras, cujas respectivas fontes de receitas são o salário, o lucro e a renda do solo, ou seja, os operários assalariados, os capitalistas e os latifundiários”. E no texto *A miséria da filosofia*, fala sobre a passagem da classe em si à classe para si ou por si:

As condições econômicas transformaram a massa do país em trabalhadores. O domínio do capital criou uma situação comum, interesses comuns a esta massa. Assim, esta massa já constitui uma classe frente ao capital, ou seja, uma ‘classe em si’, mas não ‘por si mesma’. Na luta, esta massa se une, constitui uma classe ‘por si mesma’. Os interesses que defendem se tornam os interesses da classe (MARX, 2009, p. 190).

Focando no campo da economia capitalista na ótica marxista, Boito Júnior (2007) argumenta que o antagonismo entre classes (proprietários e trabalhadores) é apenas latente e para que a classe operária, que existe apenas em potência, assuma uma existência ativa, é necessária a combinação de vários elementos, como a situação do emprego e do salário, a eficácia da ideologia, a situação do sistema de alianças que sustenta o bloco no poder burguês. “A classe social só existirá no sentido forte do termo, isto é, como coletivo organizado e ativo, quando o antagonismo latente tornar-se manifesto” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 197).

O autor explica que a própria estrutura econômica do modo de produção capitalista contém potencialmente a classe operária e que esse potencial se manifesta somente na luta. Portanto, existência potencial de classe é diferente de “classe em si” — esta se apresenta objetivamente estabelecida, faltando apenas a consciência de si própria. É enfático ao dizer que “o processo de formação da classe não acrescenta nada além da consciência de classe. A ‘classe em si’ permanece a mesma ao longo de todo o processo” e acresce o argumento de que “a ideia de classe em potência concebe a classe como uma virtualidade da economia, que necessita ser trabalhada, descoberta e definida num processo de luta”. Logo, “a formação da classe é um processo relativamente aberto, e não uma complementação subjetiva do objetivamente dado” (BOITO JÚNIOR, 2007, p. 199-200).

Ao analisar a luta de classes pela hegemonia política na sociedade capitalista avançada, Gramsci distingue duas superestruturas distintas: a sociedade política e a sociedade civil. Enquanto a primeira “tem seus portadores materiais nas instâncias coercitivas do Estado”, na segunda “operam os aparelhos privados de hegemonia, isto é, organismos relativamente autônomos em face do Estado em sentido estrito, que desejam somar consensos

e consentimentos em torno de suas proposições” (MORAES, 2010, p. 59) — estes congregam a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, as associações, os movimentos sociais, a escola e a Igreja.

Simionatto (1997) explica que a denominação “privados” não aparece em contraposição ao que é público, nem nega o caráter de classe desses organismos e suas diferentes formas de expressão, na medida em que a sociedade civil não é um espaço homogêneo, mas permeado por contradições. A rigor, diz ela, a “sociedade civil” é um conceito tomado indistintamente como expressão exclusiva dos interesses das classes subalternas.

Em outros termos, a sociedade civil compreende o conjunto de relações sociais que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam, não de maneira homogênea, mas como expressão de projetos e práticas sociais diferenciados, cenário de luta das classes sociais e espaço de disputa na construção da hegemonia através de suas diferentes instituições (SIMIONATTO, 1997).

Ancorando suas formulações acerca da constituição e da consciência de classe no processo histórico, Thompson (2001, 2010), entende classe social não como uma estrutura ou uma categoria, mas sim como um fenômeno histórico cuja ocorrência pode ser demonstrada nas relações humanas. Mesmo polemizando com as concepções de classe baseadas simplesmente na relação com os meios de produção, ele não despreza completamente a economia, as relações de produção ou os condicionantes objetivos contidos nessas noções:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram, ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 2010, p. 10).

Thompson enxerga o processo histórico a partir do papel e da ação dos sujeitos conscientes e ativos, e não como um processo mecânico, automático, independente das vontades e da ação humana consciente — visão que, segundo ele, está contaminada pelo reducionismo economicista e restringe o papel dos sujeitos e das relações sociais nas transformações históricas. Para o autor, “as classes não existem como entidades separadas que

olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha” (THOMPSON, 2001, p. 274). Ao contrário, diz ele,

para mim as pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses membros nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe (THOMPSON, 2001, p. 274).

É sobre classe e, principalmente, consciência de classe, que “são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”, segundo Thompson (2001, p. 274), que trata a próxima seção deste capítulo.

2.1 Consciência de classe

Em *A sagrada família*, Marx e Engels (2011, p. 9) afirmam que a consciência de classe proletária, ou seja, a consciência do proletário em relação ao seu presente e ao seu destino, não corresponde àquilo “que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode *imaginar* de quando em vez como sua meta”. Muito além disso, trata-se “*do que* o proletariado *é* e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu *ser*. Sua meta e sua ação histórica se acham clara e irrevogavelmente predeterminadas por sua própria situação de vida e por toda a organização da sociedade burguesa” (MARX; ENGELS, 2011, p. 9)

Se, para Iasi (2006, p. 25), consciência de classe é “um movimento que ora se apresenta como consciência do indivíduo, ora como expressão da fusão do grupo, depois da classe, podendo chegar a diferentes formas no processo de constituição da classe até uma consciência que ambiciona a universalidade”, para Gramsci (2001, p. 103), “a consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam”.

Sobre isso, Moraes (2010, p. 61) assevera que “é na práxis política que as classes subalternas podem expressar aspirações para além de seus pleitos particulares, com o propósito de fazer prevalecer seus pontos de vista”. Esse seria o momento que Gramsci (2001, p. 53) denomina catarse, a “passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-

passional) ao momento ético-político”, momento da elevação da consciência da “classe em si” à “classe para si”. Essa transição “deriva da configuração dos grupos sociais como sujeitos de pensamento, vontade e ação, capazes, por isso mesmo, de se universalizarem, saírem de si, se candidatarem à direção moral e intelectual e, por conseguinte, à dominação política” (NOGUEIRA, 2001, p. 120).

Em outras palavras, o momento catártico, que Gramsci “chega mesmo a conceber como sinônimo de práxis política”, é o processo no qual um grupo social supera seus interesses econômicos, meramente corporativos, e se eleva à condição de classe universal, “capaz de se tornar hegemônica por dar respostas historicamente universais às questões vividas pelo povo-nação e pela humanidade numa época concreta” (COUTINHO, 1994, p. 158-159).

O conceito de catarse tem assim, para Gramsci, uma dimensão claramente política: o momento “catártico” é aquele em que o homem afirma sua liberdade em face das estruturas sociais, revelando que — embora condicionado pelas estruturas e, em particular, pelas estruturas econômicas — é capaz, ao mesmo tempo, de utilizar o conhecimento dessas estruturas como fundamento para uma práxis autônoma, para a criação de novas estruturas, ou, como ele diz, para “gerar novas iniciativas” (COUTINHO, 1994, p. 106).

Mas para que essa catarse aconteça e que a consciência de classe dos trabalhadores se desenvolva é fundamental, para Gramsci (1978), substituir o senso comum e as velhas concepções do mundo e “criar uma nova cultura”, o que não significa apenas

fazer individualmente descobertas ‘originais’; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, ‘socializá-las’ por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato ‘filosófico’ bem mais importante e ‘original’ do que a descoberta, por parte de um ‘gênio filosófico’, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 1978, p. 13-14).

Daí a importância, para o filósofo italiano, da formação de grupos de intelectuais que “surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para tornarem-se os seus sustentáculos” (GRAMSCI, 1978, p. 27), porque “não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, sem que o aspecto teórico da ligação teoria-prática se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica” (GRAMSCI, 1978, p. 21).

Gramsci (2000b, p. 53) considera que “todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’ [...] possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar”. Mas, mas para lutar contra a lógica hegemônica do capital, é necessária a formação de intelectuais “orgânicos” de posicionamento socialista que,

além de especialistas na sua profissão que os vincula profundamente ao modo de produção do seu tempo, elaboram uma concepção ético-política que os habilita a exercer funções culturais, educativas e organizativas para assegurar a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam. Conscientes de seus vínculos de classe, manifestam sua atividade intelectual de diversas formas: no trabalho como técnicos e especialistas dos conhecimentos mais avançados, no interior da sociedade civil para construir o consenso em torno do projeto da classe que defendem, na sociedade política para garantir as funções jurídico-administrativas e a manutenção do poder do seu grupo social (SEMERARO, 2006, p. 135).

Essas considerações remetem ao debate acerca da atuação intelectual no meio jornalístico e da formação da opinião pública, que é uma operação ideológica “estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força” (GRAMSCI, 2002a, p. 265).

3 A IDEOLOGIA NO DISCURSO JORNALÍSTICO

Comumente visto como o relato de acontecimentos recentes, tendo como matéria-prima a informação de fatos registrados em qualquer setor da vida social e capazes de despertar o interesse da sociedade (BELTRÃO, 1992), o discurso jornalístico, embora se sustente em sua função referencial — a de transmitir dados da realidade de maneira objetiva e direta —, raramente é desprovido de posições predefinidas e isento de prejulgamentos. Isso porque o seu processo de produção e circulação se dá num contexto sobre o qual agem mecanismos simbólicos e ideológicos nem sempre aparentes e onde há forças políticas em conflito. Em forma de notícia, o acontecimento ganha eficácia de ação discursiva com capacidade de produzir confrontos (ALCÂNTARA; CHAPARRO, 2005).

Segundo Marx e Engels (1977, p. 67), os veículos de comunicação “transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as ideias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia”. Nesse movimento, o discurso jornalístico não é simplesmente um meio neutro de refletir ou descrever o mundo, porque “não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos². A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e com o político” (ORLANDI, 2002a, p. 9).

Importa destacar que o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual essas são produzidas ou reproduzidas. Elas “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência [...] às posições ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (PÊCHEUX, 1997, p. 160).

Nesse processo, a imprensa tende a se tornar “a parte mais dinâmica da superestrutura ideológica [...] a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica” (GRAMSCI, 2000b, p. 78), ou seja, a mídia conservadora opera como suporte ideológico do bloco hegemônico. Há que se considerar, então, que, apesar de as notícias serem lidas geralmente como índice do real (TRAQUINA, 1993), elas “são construídas por alguém com algum propósito, [...] mediadas por valores e investidas de

² O signo linguístico, segundo Saussure (2006), é composto de dois elementos intimamente ligados que se reclamam reciprocamente em situação da linguagem em funcionamento: o significado, ao qual corresponde um conceito (o sentido lógico, filosófico, social, político, que se busca expressar), e o significante, que é o componente material, tangível, perceptível, ao qual corresponde uma imagem acústica ou gráfica do conceito.

ideologia” (RAMOS, 1982, p. 250). Em sua produção se entrecruzam os interesses ideológicos e econômicos do jornal, do repórter, dos anunciantes e dos leitores, o que destitui esses discursos de qualquer pretensão de neutralidade. Orlandi (1987, p. 13) confirma esse argumento ao asseverar que, “numa realidade social e histórica como a nossa, em que se é obrigado a reconhecer que sempre se ocupam determinadas posições (e não outras) no conflito constitutivo das relações sociais, não se pode fazê-lo neutramente”.

Na mesma direção, Magalhães e Silva Sobrinho (2010, p. 38) entendem que “nenhum discurso jornalístico escapa ao vínculo da estrutura de classes, e por isso não tem como não tomar posição em um dos lados do conflito histórico, podendo silenciar a real estrutura da sociedade, ou mesmo explicitar os mecanismos de silenciamento da desigualdade”. Os autores acentuam que, na maioria das vezes, o mundo falado pelos órgãos de comunicação social conservadores é reproduzido de modo fragmentado, com lacunas, produzindo, desse modo, efeitos de sentidos também fraturados que atuam nas práticas sociais, passando a impressão de que o discurso jornalístico está acima das lutas ideológicas.

Ao abordar o assunto sob a perspectiva gramsciana, Moraes (2013) acentua que, como aparelhos “privados” de hegemonia, os jornais e periódicos cumprem a função de “organizar e difundir determinados tipos de cultura”, fundamentais para a construção de um consenso que se pretende hegemônico. Isso porque a imprensa “elabora, divulga e unifica concepções de mundo, isto é, opera no sentido de difundir conteúdos que ofereçam orientações gerais para a compreensão dos fatos sociais a partir de óticas sintonizadas com determinado agrupamento social mais ou menos homogêneo e preponderante”.

Gramsci (2000b, p. 218) enfatiza que “a imprensa burguesa se move em direção ao que possa agradar o gosto popular (e não ao gosto culto ou refinado), com a intenção de atrair “uma clientela continuada e permanente”. Os componentes socioeconômicos e ideológicos estão na base do que Gramsci denomina “jornalismo integral”, aquele “que não somente visa satisfazer todas as necessidades (de uma certa categoria) de seu público, mas pretende também criar e desenvolver estas necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, gerar seu público e ampliar progressivamente sua área [de influência]” (GRAMSCI, 2000b, p. 197). Assim, aos jornais, interessa

conquistar o leitor em toda a sua concretude e densidade de determinações histórico-políticas e culturais, de motivações éticas, como indivíduo e como expoente de uma associação humana, como depositário de recursos intelectuais latentes e como elemento econômico, ou seja, precisamente como adquirente de uma mercadoria, de um produto (GRAMSCI, 2000b, p. 198).

O autor ressalta que, por mais que as diretrizes editoriais tenham sua própria lógica de definição e aplicação, o fator ideológico constitui fator de estímulo ao ato econômico de aquisição e divulgação dos jornais, na medida em que suscita nos leitores identificações e empatias (GRAMSCI, 2000b).

Nesse ponto se percebe que a função à qual se propõem os órgãos de comunicação de massa pelo seu discurso — informar a sociedade — não é isenta de conflitos de interesses e mesmo de manipulação. Assim como outras instituições, a mídia entra no jogo de forças da sociedade e o discurso jornalístico está submetido ao jogo das relações de poder, constituindo-se como um dos principais recursos de inserção de noções de verdade na realidade social (VESTENA, 2010) e também de silenciamento ou censura.

Orlandi (1997, p. 70) diz que o silêncio pode ser fruto do apagamento de uma palavra por outra ou de censura e que “não é o vazio, o sem-sentido; ao contrário, ele é o indício de uma totalidade significativa”. A autora acentua que “as relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito” (ORLANDI, 2002a, p. 83).

Estratégias discursivas podem silenciar a voz de determinadas fontes ou de marcá-las de modo a enfraquecer o seu discurso (MELO, P., 2003) e, de outro modo, apresentar ou citar o pensamento de uma fonte implica certa tomada de posição diante do exposto (MARCUSCHI, 2007). Com sentidos fraturados, eliminando o que não “pode ser dito”, o discurso jornalístico abre lacunas com “termos ausentes que garantem a suposta veracidade daquilo que está explicitamente afirmado” (CHAUI, 1981, p. 4), imbricando-se ao discurso ideológico e ao que Chauí (1997, p. 7) define como discurso competente, “aquele que é instituído e no qual a linguagem sofre restrição: não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”.

Seguindo as vozes do discurso competente, os rumores da palavra autorizada, os agentes dos meios de comunicação de massa escolhem “quem ganha acesso ou se torna ‘fonte’ de suas emissões; eles editam e conferem proeminência diferenciada às vozes dos atores sociais, hierarquizam discursos em seus textos e, assim, enquadram sentidos” (MAIA, 2009, p. 304). E disso se vale o poder político, que “pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido” (GONDAR, 2003, p. 32).

No espaço midiático, o discurso político — lugar por excelência de um jogo de máscaras (CHARAUDEAU, 2008) —, articulado ao discurso jornalístico, ganha visibilidade, garantindo, aos seus produtores, uma argumentação de conteúdo favorável a eles e com capacidade para influenciar a opinião pública. Importa considerar que “a tentativa de políticos e elites de administrar a visibilidade e fazer repercutir discursos e versões do próprio interesse no espaço de visibilidade midiática constitui-se num campo de estratégias e contra-estratégias, como em qualquer jogo político” (MAIA, 2003, p. 19).

Nesse processo, “o leitor é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja” (ABRAMO, 2003, p. 34). Isso conduz à inferência de que todas e quaisquer expressões verbais e não verbais, em circunstâncias socioculturais de produção, circulação e leitura, veiculam significados que transcendem a superficialidade do dito nas formações discursivas — entendidas, na concepção de Pêcheux (1997), como aquilo que, numa conjuntura determinada pelo estado de luta de classes, demarca o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada no cenário social.

Investido de poder simbólico e implicando sempre um recorte temático que redesenha o mundo social, a partir de determinado enfoque ou abordagem dos acontecimentos, o discurso jornalístico, como espaço de produção de sentidos entre interlocutores, pode tanto construir como desestruturar a lógica social da vida dos grupos humanos (GADINI, 1999).

Então, não há como entender o discurso jornalístico sem falar nas relações entre as práticas discursivas e os poderes que as controlam e delimitam. Fortemente influenciado pelas instituições — como o Estado, a família, a religião, o mercado —, o discurso jornalístico é afetado por fatos, relações de poder, contextos sociais, decisões políticas, interesses econômicos, crenças religiosas e concepções estéticas — elementos que exercem pressão e condicionam a sua produção e distribuição. Não é sem motivos que Bordenave (1982, p. 33) afirma que “o impacto dos meios sobre as ideias, as emoções, o comportamento econômico e político das pessoas, cresceu tanto que se converteu em fator fundamental de poder e domínio em todos os campos da atividade humana”.

Nessa direção, os *mass media* (meios de comunicação de massa) pautam a sociedade, sugerindo o que deve ser discutido, ou seja, informam os fatos a serem pensados ou debatidos pelo público. A respeito disso, Chaparro (2003) ressalta que os jornais “projetam e inserem na atualidade as colisões institucionais que interessam à sociedade” e que, “ao difundir relatos de ações humanas oponentes, o jornalismo constitui-se espaço público, socializando os discursos

em confronto, para a produção de efeitos transformadores da realidade, em ciclos contínuos de novos conflitos, para novos acordos”.

Influenciado pela ação dos jornais e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma mesma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW, 1979).

Nesse contexto se inserem os interesses políticos e econômicos imbricados nas considerações e análises que configuram a apresentação das informações, “denotando um processo onde a notícia é construída como mensagem para formar uma opinião pública sobre o acontecimento [...] e não para informar este mesmo público” (GOHN, 2003, p. 23). É nesse movimento, guiado pela rede de relações à qual está articulada, que a mídia busca permanentemente converter a opinião e o interesse privados em públicos (FONSECA, 2000).

3.1 A formação da opinião pública

Entendida como um conjunto de crenças a respeito de temas controversos (DA VIÁ, 1983) ou juízo de valor que se emite sobre algo questionável, a opinião pública representa uma visão unificada de uma parcela da população em determinado momento (NOELLE-NEUMANN, 1993). É por meio dela que os indivíduos se expressam a si próprios, ou podem ser chamados a fazê-lo, favorecendo ou desfavorecendo alguma situação, pessoa ou afirmação definida de grande importância (ALLPORT, 1937).

Charadeau (2008) assevera que a linguagem exerce um papel mediador entre a instância cidadã e a instância política, contribuindo para assegurar a legitimidade da representação política. Para ele, a linguagem é constitutiva da ação política, mas esta, para ser instrumentalizada no exercício do poder político, depende de um discurso que a motive e que lhe atribua sentido.

Expressão genuína da vontade do povo e também meio de manipulação desse povo por uma classe política dominante (VESTENA, 2010), a opinião pública se vale de um instrumento poderoso: o discurso jornalístico, por meio do qual determinada classe age estrategicamente, direcionando os argumentos em debate de acordo com seus interesses.

Nesse processo, no qual sentidos e valores são negociados, instituídos e sobrepostos, a mídia se transforma em instância de representação pública a partir do momento em que medeia as decisões e a formação de consensos na sociedade.

Como diz Gramsci (2000a, p. 256), “o Estado, quando quer iniciar uma ação pouco popular, cria preventivamente a opinião pública adequada, ou seja, organiza e centraliza certos elementos da sociedade civil” e, nessa tática, usa “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2000a, p. 331).

Os atores políticos — jornalistas, pesquisadores, assessores legislativos e ativistas políticos — avaliam e moldam a opinião pública, mas a “percepção que esses operadores têm da ‘voz rouca das ruas’ [...] é quase sempre refratada (e distorcida) pelo prisma estridente e parcial dos grupos de interesse e dos formadores de opinião encastelados na mídia” (KRAMER, 1999, p. 176). Essa crítica remete às formulações de Gramsci acerca da opinião pública que, segundo ele, articula-se à hegemonia política:

A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isto, existe luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública – jornais, partidos, Parlamento –, de modo que uma força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (GRAMSCI, 2000a, p. 256).

Ao abordar esse tema, Sousa (1999) afirma que a comunicação jornalística conservadora, ao dar visibilidade apenas a certos acontecimentos e certas ideias e ao participar nos processos de interpretação e de significação construídos sobre eles, constitui uma das mais importantes forças de sustentação e amplificação da ideologia dominante e hegemônica. Essa tematização — a escolha de determinados temas em detrimento de outros — praticada pela mídia opera como mecanismo de formação da opinião pública (FONTCUBERTA, 1993), porque, creditando neutralidade e imparcialidade do discurso jornalístico, discute e avalia os fatos de acordo com a visão de mundo que ele veicula.

A partir dessas considerações, pode-se dizer que a ideia de que os jornais são apenas testemunhas dos fatos e veículos imparciais de informação é uma ilusão (MARIANI, 1999), porque eles são produtores e reprodutores de ideologias, apesar de suas pretensões de independência (HALL, 2005). E a ideologia, segundo Marx e Engels (1976), pode ser considerada um instrumento de dominação que age não por meio da força, mas sim pelo

convencimento, de forma prescritiva, alienando a consciência humana e mascarando a realidade.

Magalhães e Silva Sobrinho (2010, p. 38) lembram que, “para o materialismo histórico, um dos três pilares teóricos que sustentam a Análise de Discurso Pecheuxiana, a classe que detém o poder material também detém o poder espiritual”, remetendo aos argumentos de Marx:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual; de tal modo que o pensamento daqueles a quem é recusado os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio (MARX, 1976, p. 55-56).

É exatamente a presença da ideologia que denuncia a imparcialidade do discurso jornalístico como ilusão e aponta a linguagem, em situação de uso, como um espaço de produção de sentido, um campo de signos ideológicos, de tensões, disputas e enfrentamentos no qual “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata. O que é que determina esta refração do ser no signo ideológico? O confronto de interesses sociais nos limites de uma só e mesma comunidade semiótica³, ou seja: a luta de classes” (BAKHTIN, 2006, p. 45). Bakhtin (2010, p. 47) acentua que “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes”.

Esta pluralência social do signo ideológico é um traço de maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional e vivo para a sociedade. A memória da história da humanidade está cheia destes signos ideológicos defuntos, incapazes de construir uma arena para o confronto dos valores sociais vivos. Somente na medida em que o filólogo e o historiador conservam sua memória é que subsistem neles ainda alguns lampejos de vida (BAKHTIN, 2010, p. 47).

³ “Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua” (BAKHTIN, 2010, p. 47).

Numa dinâmica marcada pelo confronto de múltiplos e diversos índices de valor, a mídia “não se dirige a nós para transmitir-nos informações objetivas, mas para conquistar o nosso espírito [...] domesticar as almas, torná-las dóceis e depois subjugar-las. Como já dizia Goebbels⁴: ‘Nós não falamos para dizer alguma coisa, mas para obter um certo efeito’” (RAMONET, 2005, p. 20-21). Desse modo, o jornalismo sustenta um discurso persuasivo, que visa a provocar ou a incrementar a adesão da plateia aos argumentos apresentados, procurando atingir a vontade e os sentimentos dos interlocutores (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 1996).

É este o objetivo que o poder acalenta em relação ao campo dos media [meios de comunicação social]: discipliná-la, convertê-la e mantê-la como regime policial das opiniões livres, não sujeitas à repressão física, como caixa de ressonância amplificadora da sua voz, como dispositivo de inscrição capilar da sua ordem, domesticando-a através da prática de uma escrita registradora conforme ao senso comum, às idéias feitas, às idéias populistas, numa palavra, a tudo quanto lisonjeia e mobiliza a vertente pulsional de que o poder moderno se alimenta (RODRIGUES, 1999, p. 168-169).

Baccega (1998, p. 58) aponta que, numa sociedade na qual há “uma pluralidade de vozes, uma delas exercerá a hegemonia⁵ e procurará mantê-la, ou seja, não permitirá que todas as vozes falem com o mesmo caráter de verdade. Isso quando conseguem falar” num espaço no qual emerge a disputa no campo da formação da opinião pública. Ao mesmo tempo, a mídia conservadora reproduz a ideologia dominante, evidenciando que a opinião pública construída por meio do discurso jornalístico se inscreve nas relações de poder,

tanto pelo que comunica, quanto pelo que deixa de comunicar; tanto pelo que autoriza seja público, quanto pelo que desautoriza seja de conhecimento de grande contingente de pessoas; tanto por quem está autorizado pelo Estado a possuir os meios de comunicação, quanto, desautorizado, tenha sob seu domínio os meios para disputar economicamente a concorrência deste mercado quanto a comunicar massivamente o que se contrapõe ao *status quo* vigente (CRUZ, 2011, p. 50).

⁴ Josef Goebbels chefiou a máquina de propaganda nazista e “arquitetou a imagem pública de Hitler — não apenas como líder político, mas como o Messias da nação alemã, na acepção mais sacra da palavra. Foi ele o responsável pela frente de propaganda das sucessivas campanhas eleitorais que acabaram por conduzir Hitler ao cargo de chanceler. Foi ele quem cunhou e tornou compulsória a saudação Heil Hitler — “Ave Hitler”, ou “Vida longa a Hitler” — entre os integrantes do partido nazista. E é ele que, com controle total sobre rádio, televisão, imprensa, cinema e teatro, consegue conquistar o apoio maciço da população às decisões de Hitler — quaisquer que sejam elas” (VEJA, 1939).

⁵ Gramsci afirma que o exercício da hegemonia se caracteriza “pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso nos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados” (GRAMSCI, 2000a, p. 95).

De acordo com Gramsci (1989, p. 145), “o Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso utilizando as associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados deixados à iniciativa particular da classe dirigente”. Nesse movimento, um arranjo entre força e consenso possibilita o exercício da hegemonia, “sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso nos chamados órgãos da opinião pública” (GRAMSCI, 1989, p. 145), a exemplo de jornais, associações e sindicatos.

É nesse campo de relações de poder e disputas pela formação de opinião pública — “arena privilegiada das lutas de classe”, como prefere dizer Coutinho (1999, p. 10) — que as classes menos privilegiadas pelos holofotes da mídia são chamadas a construir discursos contra-hegemônicos, a resistir ao poder desmobilizador do Estado, que “bloqueia as iniciativas da sociedade civil na articulação de interesses e propostas voltados à luta pela superação entre ‘governantes e governados’, dirigentes e dirigidos” (SIMIONATTO, 2009, p. 42), e a “a empenhar suas lutas decisivas para se constituir como sujeitos, desenvolver seus valores, assumir a iniciativa e definir, por meio de amplo consenso, seu projeto de sociedade” (SEMERARO, 1999, p. 216).

4 A LUTA DOS PROFESSORES E A MÍDIA

Retomando o *Manifesto comunista*, importa lembrar que, ao mesmo tempo em que, na Europa, ele era disseminado em diversos idiomas, no Brasil, em outra sociedade, mas numa época não muito distante, uma luta de classes era deflagrada em 1871 por professores públicos primários da Corte imperial que alertavam aos governantes: “Não vedes que, tratados os professores como escravos, só conseguireis moldar por eles uma sociedade indigna do século em que viveis?!” (LEMOS, 2008).

Ainda que a correlação de forças se realizasse no âmbito econômico-corporativo, na concepção gramsciana, a luta dessa categoria repercutiu no tecido social da época. Submetidos a salários que “os condenavam à miséria”, em manifesto dirigido à sociedade civil e publicado em julho daquele ano, eles exigiam melhores condições de trabalho, respeito por parte do poder público, pagamento dos prêmios a que tinham direito, a desistência do Estado de promover uma reforma do ensino e, principalmente, aumento de salários. Reclamavam que “uma classe inteira de funcionários públicos, classe talvez a mais importante dos servidores do estado, vive oprimida, ludibriada e escarnecida, e, o que mais é, humilhada pela injustiça com que os poderes do estado a apelidam constantemente de ignorante” (LEMOS, 2008).

Lemos (2008) acentua que a participação organizada de professores, produzindo jornais, abaixo-assinados e manifestos, teve importante papel na articulação e na criação das primeiras associações profissionais⁶ e ressalta que passados quase 150 anos daquela manifestação, “a classe dos professores permanece entre as ‘deslembradas’ do poder” e que “os problemas da educação pública continuam a ser um dos grandes empecilhos enfrentados pelo Brasil” (LEMOS, 2008).

Importante contribuição para esse debate é dada por Duarte (2012, p. 161) que, tendo como referência o materialismo histórico-dialético em estudos que buscam compreender a educação escolar no contexto da luta de classes na atualidade, denuncia que há “um ataque orquestrado à natureza do trabalho educativo” e que a “força desse ataque é proporcional aos perigos que a educação escolar oferece à classe dominante”. Nisso ele concorda com Saviani (2008, p. 70), para quem “a prática política apóia-se na verdade do poder [e] a prática

⁶ Lemos (2008) cita a Associação dos Professores Públicos da Corte (1877) e o Grêmio dos Professores Públicos Primários da Corte (1881).

educativa, no poder da verdade”. O autor coloca a verdade como sinônimo de conhecimento e enfatiza que ela não é desinteressada, porque,

numa sociedade dividida em classes, a classe dominante não tem interesse na manifestação da verdade já que isto colocaria em evidência a dominação que exerce sobre as outras classes. Já a classe dominada tem todo o interesse em que a verdade se manifeste porque isso só viria patentear a exploração a que é submetida, instando-a a se engajar na luta de libertação. Eis aí o sentido da frase: “a verdade é sempre revolucionária” (SAVIANI, 2008, p. 70).

Sem a intenção de abrir um debate amplo sobre a caracterização do trabalho dos professores, considera-se importante pontuar uma questão relativa a esse assunto que é discutida por Dal Rosso (2011): o lugar do trabalho docente na produção de valor. O autor recorre à proposição de Marx de que a sociedade composta de classes sociais é dominada pela dinâmica do conflito, da luta social, da contradição, para defender que “o docente, a despeito da especificidade de sua tarefa relativa à reprodução dos valores e dos conhecimentos da sociedade, não constitui uma terceira categoria, uma classe diferente. É um trabalhador explorado como os demais” (DAL ROSSO, 2011, p. 20).

Dal Rosso (2011, p. 25) enfatiza que a força de trabalho é “a única que possui a virtualidade de conferir valor a todas as outras mercadorias” e que ela não se refere apenas à capacidade física, mas igualmente à capacidade intelectual. Considerando que a formação de mão de obra — identificada pelo autor como “mercadoria força de trabalho” — depende do processo educacional desenvolvido na escola, ela “contém uma indelével participação conferida pelo trabalho docente”, portanto, “o trabalho docente é mediatamente produtivo” (DAL ROSSO, 2011, p. 25), no âmbito da reprodução social capitalista. Isso vale para uma grande parcela de professores que vende sua força de trabalho ao Estado e que em 2012 reunia 2,1 milhões de profissionais atuando na educação básica no Brasil, segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2013).

Citando Apple (1997, p. 66) e sua afirmação de que os professores têm “uma posição social contraditória”, por partilharem interesses tanto da pequena burguesia como da classe trabalhadora, Rêses (2011) entende que a ambiguidade sobre o caráter da profissão é um dos fatores que gera dificuldade na organização sindical desses profissionais e questiona:

Se tendencialmente autônomos, se orgânicos às classes subalternas, se politicamente compromissados com a transformação das estruturas sociais e se “proletarizados”, por que os professores estariam sendo incapazes de reverter a posição em que hoje se encontram, sobretudo, em sociedades do tipo da brasileira? O aumento da mobilização sindical e a adesão expressiva em greves, sobretudo nas redes públicas, não implicam na constituição de uma “consciência” de classe proletária e não alienada dos professores, mesmo quando estes se veem inseridos em um processo de pauperização econômica? (RÊSES, 2011, p. 257).

Para o autor, o sindicalismo docente⁷ tem de ser propositivo e não somente denunciador ou mesmo conciliador, deve procurar novas modalidades de pressão social junto aos governos, e a greve, segundo ele, é um bom exemplo. “Dependendo da forma como ela for gerida, uma greve pode perfeitamente tornar-se um momento político-educativo, porque fora da escola também se aprende” (RÊSES, 2011, p. 257).

Ao perceberem que o movimento sindical docente no Brasil vem apresentando enfraquecimento de suas mobilizações reivindicativas e ações políticas de interesse social e que isso vem sendo apontado como resultado da falta de participação da maioria dos professores e da falta de consciência de classe, Hiro e Souza (2012) questionam: “É possível os professores e demais trabalhadores em educação terem consciência de classe se seu trabalho é considerado não produtivo, e por isso, não serem identificados enquanto membros da classe trabalhadora, e assim impedidos de terem consciência proletária?”.

Embasados na análise marxista sobre a consciência de classe, os autores defendem que ela não é fruto de uma construção idealista, mas sim depende de outros fatores que ultrapassam a esfera individual; é construída numa realidade histórica concreta. No que se refere aos trabalhadores em educação, Hiro e Souza (2012) entendem que a formação da consciência de classe envolve a conjuntura econômica (condições materiais) e a esfera política (organização e participação nos embates da luta de classes) e que a atuação sindical e política desses profissionais pressupõe a transformação social, tanto em sua realidade material quanto no desenvolvimento de sua consciência.

Surge, nesse contexto, o corporativismo no movimento sindical docente brasileiro que, no entendimento de Ridenti (1995), dificulta a formação de uma consciência de classe e impede os professores de enxergarem além dos interesses particulares da categoria. Nesse

⁷ Ressalta-se que esta dissertação não tem como foco um exame apurado da imbricação entre sindicalismo e greve dos professores, apesar de reconhecer-se a relevância desse assunto quando se abordam movimentos grevistas. Dentro dos limites deste estudo, essa questão é tratada no contexto da análise dos discursos publicados pelo jornal Diário Catarinense, considerando-se ações e reações do sindicato da categoria no processo de mobilização para a greve e de negociação com o governo do estado.

cenário, como observa Ishibashi (2015), as mobilizações e greves dos professores enfrentam um verdadeiro arsenal montado pelos governos para derrotá-las, contando com o auxílio da burocracia sindical, que atua no interior desses movimentos.

Ishibashi (2015) diz que “a burocracia sindical do PT e do PCdoB atua dessa forma porque o ativismo de base é uma grande ameaça para sua perpetuação como casta privilegiada. Por isso, esse ativismo de vanguarda composto pelos professores é impedida de se expressar”. A autora acrescenta que, apesar de todos reconhecerem que o grande diferencial das greves está sendo o surgimento do ativismo de base, os sindicatos não têm assumido para si o combate, tampouco procurado transformar as assembleias em um espaço de democracia operária.

Outro aspecto importante dessas lutas, destacado pelo Coletivo Passa Palavra⁸, refere-se à questão salarial e, portanto, econômica, que ocupa lugar central na realidade da luta de classes:

Há um simbolismo profundo na precificação da mercadoria trabalho, que poderá se refletir numa indevida ‘precificação’ da própria humanidade do trabalhador. As pautas de reivindicações da grande maioria das instituições sindicais dão imenso destaque à questão econômica, quando simplesmente não se restringem apenas a ela. É aí que se enterram uma infinidade de questões tão ou mais fundamentais para a luta e a emancipação de classe: não só de pão (e circo) vive o homem... (COLETIVO PASSA PALAVRA, 2015).

Barros (2015) reforça os argumentos desse coletivo ao acentuar que “infelizmente, o que reina hoje em termos oficiais de organização de trabalhadores é um corporativismo de setores trabalhistas que pedem somente o que precisa para sobreviver bem, dentro é claro, da ordem vigente”. E além de todos esses dilemas imbricados às suas lutas, os professores enfrentam o poder da mídia — expressiva parcela dela escorada nos interesses do capital —, que criminaliza os movimentos grevistas, atribuindo, aos seus participantes, grande parte da culpa pelas mazelas da educação pública brasileira.

⁸ O Coletivo Passa Palavra se identifica como um grupo de orientação anticapitalista, independente de partidos e demais poderes políticos e econômicos, formado por colaboradores de Portugal e do Brasil, cujo intuito é o de construir um espaço comunicacional que contribua para a articulação e a unificação prática das lutas sociais.

4.1 As vozes do jornal na greve dos professores

Sobre a influência dos meios de comunicação na sedimentação da opinião pública acerca das greves, o que Gramsci (2004, p. 75) escreveu na década de 1920 pode ser retomado para descrever o cenário atual: “É preciso compreender que o proletariado hoje não tem contra si apenas uma associação privada, mas todo o aparelho estatal, com sua polícia, seus tribunais, seus jornais que manipulam a opinião segundo o arbítrio do governo e dos capitalistas”. E o governo “é um grande produtor de conteúdos, senão o mais importante” (CHAPARRO, 2007).

Para Gramsci (2004, p. 116-117), “os jornais do capitalismo teriam feito vibrar todas as cordas dos sentimentos pequeno-burgueses; e são estes jornais que asseguram a existência do capitalismo, o consenso e a força física dos pequenos-burgueses e dos imbecis”. No artigo *Os jornais e os operários*, Gramsci (2005) adverte que os operários devem “negar decididamente qualquer solidariedade com o jornal burguês”, mantidos por capitais privados, porque ele “(qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por idéias e interesses que estão em contraste com os seus”. Acrescenta que “tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma idéia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora” (GRAMSCI, 2005).

Mas o pior, diz Gramsci (2005), é que esse jornal é sustentado pela classe trabalhadora que todos os dias contribui “com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência”, sem saber que “as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido”. Todavia,

sucedem a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores (GRAMSCI, 2005).

Entre os muitos os argumentos repetidos à exaustão nos jornais, TVs e rádios contra as greves de professores, Arcary (2015) refuta os que ele aponta como os mais comuns: aqueles que não estão satisfeitos deveriam procurar outra profissão; greves são políticas e exigem o impossível; greve não resolve nada; seus direitos terminam onde começam os dos outros;

greves prejudicam inocentes, crianças e jovens; deveriam protestar de outra forma; a Justiça devia resolver o conflito de interesses: deixem os tribunais decidirem; a qualidade do ensino não presta e a primeira responsabilidade é dos professores; greves de professores são um mau exemplo, ensinam a indisciplina e o desrespeito à ordem.

Foram exatamente esses os motes do editorial da Folha de S. Paulo, publicado em 26 de março de 2015, com o título “Deseducação pela greve”, abordando a greve dos professores no estado de São Paulo. Num discurso totalmente afastado da pretensa neutralidade jornalística, a Folha tomou seu partido, tecendo duras críticas ao sindicato da categoria e colocando-se em defesa do governo estadual:

Até um desvairado militante esquerdista tem de reconhecer que nenhum governo, com a crise aguda da economia e a inevitável queda na arrecadação de impostos, pode dispor de recursos para expandir gastos de forma desmesurada. O irrealismo patente do movimento reforça a conclusão de que seu objetivo seja menos corporativista que político. Satélite da CUT [Central Única dos Trabalhadores] e do PT [Partido dos Trabalhadores], a Apeoesp [Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo] se mostra inclinada a manobrar a categoria para fustigar o governo estadual do PSDB [Partido da Social Democracia Brasileira] (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

Na análise de Souto Maior (2015), os professores passaram a ser tratados como um bando de aproveitadores, de baderneiros, de seres irracionais que querem extorquir o governo e até como pessoas que se permitem ser utilizadas como “massa de manobra” para desestabilizar o governo em prol de um possível favorecimento ao partido político do governo federal. Ele destaca a utilização, no editorial da Folha, do recurso retórico do prejuízo à “família” brasileira:

Para isso, [o sindicato dos professores] não hesita em usar as famílias de 4 milhões de alunos como peões no xadrez partidário. Centenas de milhares deles são forçados a perder aulas, mesmo que a paralisação não atinja os proclamados 60% da categoria. Ao cruzar os braços poucas semanas depois de iniciado o ano letivo, os professores em greve deixam a seus alunos a lição de que o ensino figura entre as últimas de suas prioridades (FOLHA DE SÃO PAULO, 2015).

O editorial da Folha de S. Paulo é apenas um exemplo do modo como muitos veículos de comunicação de massa, incluindo-se aqui o Diário Catarinense, interpretam os movimentos grevistas de professores no Brasil e se posicionam política e ideologicamente diante das lutas dessa categoria profissional.

5 PROFESSORES CATARINENSES EM GREVE

A greve dos professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina que teve maior repercussão na mídia iniciou em 18 de maio de 2011 e resistiu 62 dias. Dentre muitas paralisações realizadas até então — a mais longa aconteceu em 2000 e durou 66 dias —, a de 2011 foi considerada a mais contundente já promovida, segundo o jornalista Moacir Pereira (2011a), principalmente pela grande repercussão que teve nos veículos de comunicação social. Nesse contexto, o jornal Diário Catarinense (DC) — periódico que atinge 100% dos municípios do estado com uma tiragem diária de 150 mil exemplares e 400 mil leitores em sua versão impressa — assumiu importante papel na formação de opinião pública sobre a greve e seus desdobramentos.

Antes de iniciar a análise das matérias publicadas pelo DC, é importante destacar alguns pontos fundamentais sobre a greve dos professores de 2011. Os grevistas reivindicavam o pagamento do piso salarial (então fixado em R\$ 950,00 para 40 horas semanais) estabelecido pela lei federal 11.738, de julho de 2008 (BRASIL, 2008), que unificou o salário inicial dos professores de escolas públicas da educação básica no país e determinou a reserva de um terço da carga horária de professores para a realização de atividades extraclasse, como planejamento pedagógico. A aplicação dessa norma foi contestada pelos governadores de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará. O valor atualizado que deveria ser pago pelos estados e municípios aos docentes em 2011 era de R\$ 1.187,14.

Em 29 de outubro de 2008, esses governadores ajuizaram uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF), argumentando que a lei extrapolou a ideia inicial de fixação do piso da carreira e criou regras desproporcionais ao regular o vencimento básico, implicando despesas exageradas e sem amparo orçamentário nos estados. A principal divergência estava no entendimento de piso como remuneração mínima (STF, 2008).

As entidades sindicais defendem que o valor estabelecido pela lei deve ser entendido como vencimento básico. As gratificações e outros extras não podem ser incorporados na conta do piso. [...] Os proponentes da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) queriam que o termo piso fosse interpretado como remuneração mínima, incluindo os benefícios, sob a alegação de que os estados e municípios não teriam recursos para arcar com o aumento (CIEGLINSKI, 2011).

Em dezembro do mesmo ano, o STF garantiu o piso salarial. Os ministros definiram que o termo “piso” a que se refere a norma deveria ser entendido como a remuneração mínima a ser recebida pelos professores, mas o STF só julgou o mérito e confirmou, por oito votos a um, a constitucionalidade da lei em 6 de abril de 2011, considerando improcedente a ação movida pelos governadores. Somente o ministro Marco Aurélio Mello votou pela procedência da ação (SANTOS, D., 2011).

O ministro Joaquim Barbosa, relator da ação, defendeu, durante seu voto, não haver restrição constitucional ao uso de um conceito mais amplo para tornar o piso mais um mecanismo de fomento à educação. Mesmo tendo votado a favor, o ministro Gilmar Mendes acentuou que a lei não considera os impactos orçamentários da medida aos cofres estaduais e municipais, o que poderia “congelar” a oferta educacional no país. O ministro Ayres Britto, que presidiu a sessão do STF, ressaltou, entretanto, que as questões orçamentárias não podem ser consideradas no julgamento da constitucionalidade de uma matéria (CIEGLINSKI, 2011).

Ao comentar essa questão, Joaquim Barbosa afirmou que o piso se refere ao salário básico, sem vantagens ou benefícios, que a lei não oferece risco à autonomia dos estados e que estes tiveram tempo para se adaptar à regra — a lei determinou prazo até 1º de janeiro de 2010 para os estados reajustarem o valor do piso (SANTOS, D., 2011).

Não me comove, não me sensibiliza nem um pouco argumentos de ordens orçamentárias. O que me sensibiliza é a questão da desigualdade intrínseca que está envolvida. Duvido que não haja um grande número de categorias de servidores, que não esta, que tenha rendimentos de pelo menos 10, 12, até 15 vezes mais que esse piso (BARBOSA apud SANTOS, D., 2011).

Também votaram a favor da manutenção do piso nacional da categoria os ministros Ricardo Lewandowski, Carmen Lúcia, Luiz Fux, Ellen Gracie e Celso de Mello. “Sou filho de professores. Vivi sempre nesse ambiente. E tenho acompanhado, desde então, essa jornada terrível que os professores da rede escolar enfrentam, sempre sendo marginalizados no processo de conquistas sociais”, salientou o ministro Celso de Mello (apud SANTOS, D., 2011).

A discussão sobre o outro ponto da lei questionado pela Adin — a regra de que um terço da carga horária do professor deve ser reservado para atividades extraclasse — ficou pendente porque não havia maioria no plenário para declarar a inconstitucionalidade. “Os governos estaduais argumentaram que nesse ponto a lei fere a autonomia dos estados e municípios em organizar seus próprios sistemas de ensino” (CIEGLINSKI, 2011).

5.1 Os impactos das decisões do STF na perspectiva do Diário Catarinense

Um dia após a decisão do STF, divulgada em 6 de abril de 2011, a Secretaria Estadual de Educação formou uma comissão para estudar o assunto. Essa informação foi noticiada pelo jornal Diário Catarinense no dia seguinte, 8 de abril, em matéria assinada pela jornalista Roberta Kremer com o seguinte título: “PISO NACIONAL **Governo estima impacto de R\$ 15 milhões em SC**”.

A matéria, que ocupou toda a página 28, começa com um infográfico⁹ (figura 1) que resume em dados sintéticos o conteúdo da reportagem, colocando em destaque o piso nacional de R\$ 1.187,14 e comparando-o aos salários recebidos na época por nove categorias de professores — estabelecidas de acordo com a formação —, e informando que dos 63.710 professores ativos e aposentados, 34.253 servidores (o equivalente a 53,7%) recebiam menos que esse valor.

Figura 1 – Recorte de matéria publicada em 8 de abril de 2011



Fonte: Kremer (2011, p. 28)

⁹ Infográfico é um recurso utilizado em jornalismo como complemento ou resumo ilustrativo de uma notícia. Refere-se à apresentação de informações com preponderância de elementos gráfico-visuais (fotografia, desenho, diagrama estatístico) integrados em textos sintéticos e dados numéricos.

A ilustração pode conduzir o leitor mais atento a inferir que o salário de grande parcela dos professores da rede estadual está aquém da remuneração determinada por lei federal e até a considerar que ele é injusto. Mas é pouco provável que todos os dados contidos no infográfico sejam lidos e analisados antes da informação que mais se destaca na página e é colocada em negrito no título: “**Governo estima impacto de R\$ 15 milhões em SC**”. Essa frase é o elemento que mais chama a atenção na matéria e que traz subentendida a mensagem de que a economia do estado ficará abalada caso seja adotado o piso estabelecido por lei.

Outro texto (figura 2), com título também em negrito — “**R\$ 1,8 bi a mais na conta de municípios**” — reforça a preocupação com os impactos financeiros que a mesma medida provocará nos orçamentos de cidades catarinenses. Ao ressaltar aspectos econômicos, a matéria publicada pelo Diário Catarinense obscurece a importância do piso salarial para os professores, secundarizando a situação do magistério e sua baixa remuneração.

Figura 2 – Texto publicado em 8 de abril de 2011

R\$ 1,8 bi a mais na conta de municípios

Cálculos da Confederação Nacional de Municípios (CNM) mostraram que será de R\$ 1,8 bilhão o impacto do piso nacional dos professores da educação básica nas folhas de pagamento municipais. Em Santa Catarina, muitos municípios estão com salários abaixo do estipulado, entre eles Corupá (R\$ 768,64), Trevírio (R\$ 807,36) e São Carlos (R\$ 804,44). O presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecams), Antônio Coelho Lopes, prefeito de Capão Alto, acredita que a exigência pode gerar paralisações de programas e demissões em outras áreas. Para ele, a decisão trará dificuldades principalmente para aqueles municípios que estão com a folha de pagamento muito perto do limite legal. — Não podemos gastar mais de 60% do orçamento. O gestor público poderá ter de paralisar atividades e diminuir o número de funcionários, mas não na educação e saúde, porque existem os índices mínimos a serem cumpridos — diz.

A história da polêmica

- **Em julho de 2008**, é sancionada a lei que estabelece o piso nacional do magistério para o ensino básico. O valor deve ser reajustado em janeiro.
- **A norma** determina um piso de R\$ 950 aos professores da educação básica da rede pública com carga horária de 40 horas semanais. Em 2011, o valor é atualizado para R\$ 1.187.
- **Santa Catarina** é mais quatro estados — Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul — entre os que questionam a constitucionalidade da lei. A principal divergência é o entendimento de que o piso se trata da remuneração, sem contar com os benefícios. Os governos que entram com a ação querem que o cálculo inclua as gratificações extras.
- **Dessa forma**, a rede catarinense de ensino estaria mais perto de respeitar a lei 11.738, já que os salários chegam a 40% sobre o salário, além dos R\$ 200 do Prêmio Educac, para quem trabalha em sala de aula.
- **Na quarta-feira**, 6 de abril, o STF considerou improcedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI). Sete dos nove ministros foram a favor de manter o piso básico como critério.
- **Falta votar** outro item da ação: a regra que estipula um terço da carga horária para atividades extraclasses. A constitucionalidade deste ponto será votada na próxima semana.
- **O piso** deve ser reajustado sempre em janeiro.

Fonte: Diário Catarinense (2011a, p. 28)

Roberta Kremer, autora do primeiro texto¹⁰, parece ter se apropriado do argumento do ministro Gilmar Mendes, de que a lei não considera os impactos orçamentários da medida aos cofres estaduais e municipais, ao mesmo tempo em que ignora os discursos enunciados pelos outros ministros do STF que votaram a favor da manutenção do piso nacional. Ela nem sequer menciona, no corpo do texto, o debate realizado na sessão do STF em 6 de abril. O jornal se limita a inserir, numa síntese colocada no canto inferior direito da página, a informação que o STF considerou improcedente a ação de inconstitucionalidade e que “sete dos nove ministros foram a favor de manter o piso básico como critério” (DC, 2011a, p. 28).

¹⁰ Alguns textos que compõem reportagens especiais e matérias mais extensas não indicam o nome do autor; por isso eles são referenciados nesta dissertação como de autoria do jornal, a exemplo do texto correspondente à figura 2, que é colocado abaixo da matéria de Roberta Kremer e referenciado como (DC, 2011a).

O Diário Catarinense abriu espaço para comentários do governador Raimundo Colombo, de representantes da Secretaria Estadual de Educação (SED) e do presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), Antônio Coelho Lopes, que, como escrito na matéria, disse acreditar que “a exigência pode gerar paralisações de programas e demissões em outras áreas” (DC, 2011a, p. 28). Ao final da matéria de Roberta Kremer, as palavras do governador sobre o piso: “Não é uma decisão negativa [...], mas nós temos que ver as condições que o Estado tem. Acho a outra decisão pior, a da hora-atividade, pois teremos que chamar mais ACTs¹¹ [...] aí complica. O piso eu, sinceramente, acho que tem que ser. É justo”.

Em nenhum momento aparecem opiniões isoladas de professores. A matéria menciona o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina (Sinte) apenas para comunicar que ele “quer receber a proposta até o dia 11 de maio”, referindo-se à informação anterior de que “o governo de Santa Catarina começou a se mobilizar para rever o salário-base dos professores da rede estadual, que hoje é de R\$ 609” (KREMER, 2011, p. 28).

Importa, neste ponto, lembrar que, tão logo o julgamento da lei do piso foi concluído no STF, mesmo sem ter o acórdão publicado (o que só ocorreu em agosto), o Sinte tentou abrir negociação com o governo. Sem acordo favorável, a categoria começou a se mobilizar, contando, logo em seguida, com novo motivo para a luta: em 27 de abril de 2011, o STF garantiu aos professores o direito de ficar fora de sala de aula durante um terço da jornada de trabalho, julgando constitucional a reserva desse tempo para a realização de atividades extraclasse — decisão que preocupava o governador, como ele mesmo havia declarado na matéria do DC de 8 de abril.

No dia seguinte à sessão do STF, em 28 de abril de 2011, o Diário Catarinense publicou nota na página 46, intitulada “**Expediente fora das aulas**”, com a seguinte informação:

Estados e municípios sofreram, ontem, uma nova derrota no Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte manteve a regra que garante aos professores da educação básica o direito de ficar fora da sala de aula durante um terço da jornada de trabalho. Os educadores devem usar esse período para desenvolver atividades de planejamento de aulas e aperfeiçoamento profissional. Conforme estimativas da Confederação Nacional de Municípios (FNM), com a confirmação do direito dos professores de gastar parte da carga horária com atividades externas, as prefeituras terão de contratar mais 180 mil professores para assegurar aos estudantes quatro horas diárias em sala de aula (DC, 2011b, p. 46).

¹¹ Professores admitidos em caráter temporário.

Em 29 de abril, a informação sobre “a derrota” de estados e municípios no STF foi repetida em matéria posicionada no topo da página 27, assinada por Pedro Santos e com o título “**PROTESTOS Professores exigem piso nacional**” (figura 3). A linha de apoio¹² destaca: “Manifestações levaram à suspensão parcial das aulas em algumas escolas do Estado, ontem, e podem culminar numa greve”. Percebe-se nas entrelinhas a intenção de direcionar a atenção do leitor para a possibilidade ou ameaça de greve.

Figura 3 – Matéria publicada em 29 de abril de 2011

DIÁRIO CATARINENSE, SEXTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 2011

Geral 27

PROTESTOS Professores exigem piso nacional

Manifestações levaram à suspensão parcial das aulas em algumas escolas do Estado, ontem, e podem culminar numa greve

PEDRO SANTOS

O dia de ontem foi de manifestações na rede estadual de educação em várias cidades do Estado, para exigir a implementação do piso nacional em Santa Catarina. Nas escolas catarinenses, as atividades foram parcialmente paralisadas.

Na quarta-feira, estados e municípios sofreram nova derrota no Supremo Tribunal Federal (STF), que manteve a regra que garante aos professores da educação básica o direito de ficar fora da sala de aula durante um terço da jornada de trabalho para desenvolver atividades de planejamento de aulas e aperfeiçoamento profissional. A corte julgou improcedente a ação direta de inconstitucionalidade (AdIn) que trata do piso nacional e da jornada de trabalho dos professores.

No início do mês, em julgamento também favorável aos professores, o STF determinou R\$ 1.187,14 para o piso nacional, em uma lei que,

Em Chapecó, cerca de 3 mil pessoas se reuniram em frente à Praça Coronel Bertaso e fizeram uma caminhada



cerca de 3 mil professores em frente à Praça Coronel Bertaso, que depois foram em caminhada até a Secretaria de Desenvolvimento Regional, onde entregaram a pauta de reivindicações. A coordenadora estadual do Sinte, Alveste Berlin, disse que aguarda uma audiência com o governador na próxima semana. Em Joinville, a manifestação reuniu cerca de 200 professores na Praça Bandeira.

— A lei é constitucional e estamos aqui para exigir os nossos direitos — afirma a coordenadora do Sinte de Joinville, Clarice Erhardt.

O secretário de Educação, Marco Tibaldi, criticou os protestos.

— Esta movimentação é desnecessária. Não é sob pressão que vamos conseguir o diálogo, ainda mais quando as aulas deixaram de ser dadas.

O governo tem a intenção de seguir com o estipulado no STF, mas aguarda o texto da sentença ser publicado. Caso uma proposta não seja feita até o dia 11, o sindicato afirma que há possibilidade de greve geral.

— avalia a secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Anna Júlia Rodrigues.

Na manifestação de ontem, os professores protocolaram um ofício com a pauta de reivindicações na Secretaria de Educação (SED).

Em Chapecó, o protesto reuniu

sancionada em 2008, foi contestada pelo governo dos três estados do Sul, além de Mato Grosso do Sul e Ceará. Enquanto o governo entende o piso como salário mínimo da categoria, os sindicatos exigem o valor como o salário inicial no plano de carreira.

Em Santa Catarina, o salário base da classe é de R\$ 609. Os professores exigem que o valor para carga horária de 40 horas seja de R\$ 1.507,87. A diferença de R\$ 400,73 leva em conta o reajuste do ano de 2010.

— Nesse Estado possui recursos para a educação. É hora de encarar os professores como prioridade

pedro.santos@diario1313.com.br

Fonte: Santos, P. (2011, p. 27)

Logo no início da matéria, o jornalista repete a informação do dia anterior: “Na quarta-feira, estados e municípios sofreram nova derrota no Supremo Tribunal Federal (STF), que manteve a regra que garante aos professores da educação básica o direito de ficar fora da sala de aula durante um terço da jornada de trabalho”. E em seguida retoma a decisão do STF de 6 de abril: “No início do mês, em julgamento também favorável aos professores, o STF determinou R\$ 1.187,14 para o piso nacional”.

¹² Linha de apoio ou linha fina se refere a um subtítulo, geralmente colocado logo abaixo do título, que traz o segundo fato ou consequência mais importante da notícia — a principal já está no título. A intenção é apresentar uma dimensão do fato tratado no corpo do texto para atrair a atenção do leitor.

Observa-se que o principal interesse do jornalista não é falar sobre a vitória dos professores na ação julgada pelo STF, mas antes destacar a derrota dos governos estaduais e municipais no que se refere à reivindicação deles para que o STF julgasse inconstitucional a determinação legal de reserva de tempo para a realização de atividades extraclasse. Conduz-se o leitor a inferir que não foram os professores que ganharam nem os governantes que perderam uma luta, mas sim que os municípios e estados, como coletividade, foram prejudicados. Está implícita no texto a ideia de que, nesse confronto de contrários — de um lado os trabalhadores em educação e de outro os detentores de poder político — os mais lesados são os cidadãos que recolhem tributos destinados ao sustento de programas e políticas públicas em diversas áreas, inclusive a da educação.

Contudo, diferentemente do texto de Roberta Kremer, que não deu voz aos professores, a matéria de Pedro Santos insere comentários de três representantes do Sinte. “Nosso Estado possui recursos para a educação. É hora de encarar os professores como prioridade”, acentuou a secretária-geral do sindicato, Anna Júlia Rodrigues. “A lei é constitucional e estamos aqui para exigir os nossos direitos”, afirmou a coordenadora do Sinte de Joinville, Clarice Erhardt. O jornalista informa ainda que a coordenadora estadual da entidade, Alvet Bedin, “disse que aguarda uma audiência com o governador na próxima semana” e que, “caso uma proposta não seja feita até o dia 11 de maio, o sindicato afirma que há possibilidade de greve geral”.

Ao final da matéria, a fala do secretário de Educação, Marco Tebaldi, que criticou os protestos: “Essa movimentação é desnecessária. Não é sob pressão que vamos conseguir o diálogo, ainda mais quando aulas deixam de ser dadas”. E, em seguida, um adendo do jornalista para atenuar o tom rígido do secretário: “O governo tem a intenção de seguir com o estipulado no STF, mas aguarda o texto da sentença ser publicado”.

Importa ressaltar que a palavra “pressão”, usada pelo secretário, pode ser interpretada, nesse contexto, no sentido de tensão, significando que os professores estariam tensionando/forçando o governo a tomar uma decisão favorável à categoria — movimento que, para Tebaldi, dificultaria o estabelecimento de diálogo a fim de solucionar o impasse. O termo “pressão” aparece em matérias posteriores do DC, com a mesma suposta intenção de chocar o leitor, conferindo à palavra um forte sentido de intransigência.

Fica evidente, nas duas matérias analisadas, a não neutralidade do discurso jornalístico, visto que os dois textos silenciam a voz de determinadas fontes e destacam outras, numa seleção de mensagens a serem transmitidas de acordo com os interesses dos

jornalistas, dos editores e do jornal. Como assevera Maia (2009), ao hierarquizar discursos, os textos jornalísticos enquadram sentidos.

Cabe lembrar que os títulos, intertítulos e linhas de apoio das matérias publicadas geralmente são determinados não pelo produtor da matéria, mas sim pelo editor da seção na qual elas foram situadas — neste caso, a seção/editoria Geral — e muitas vezes pelo editor-chefe ou chefe de redação, que selecionam o que pode e deve ser dito. Todos esses atores/autores utilizam estratégias e recursos para atrair o leitor, chamar a atenção dele para determinados enfoques e influenciar sua opinião.

5.2 Sem acordo: greve marcada para 18 de maio

Em 11 de maio de 2011, Dia de Mobilização Nacional pela Educação, evento organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) — que representou um apelo para que todos os estados brasileiros cumprissem o piso nacional —, os professores de Santa Catarina se reuniram em Florianópolis para uma assembleia que decidiu por uma greve na rede estadual. Após a aprovação do indicativo de greve para o dia 18 de maio, eles saíram em passeata pelo Centro da capital.

Os professores catarinenses decidiram intensificar a manifestação programada para aquele dia, em favor do pagamento do piso salarial nacional sem incluir gratificação. Munidos de cartazes e bandeiras, os professores — “8 mil docentes, na estimativa do Sinte, ou 4,5 mil, na contagem da PM [Polícia Militar]” (LORENÇO, 2011a, p. 6) — protestaram em diversas ruas do Centro de Florianópolis. Passaram pela frente do Fórum, da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) e da Secretaria de Educação.

Em reunião com o Sinte, no mesmo dia, o governo Raimundo Colombo concordou em pagar o piso, mas somaria o salário base e os abonos para chegar ao valor, em desacordo com a decisão do STF. Os professores queriam que o piso nacional da categoria, de R\$ 1.187,14, fosse o salário inicial, pago sem a retirada de outros benefícios que estavam na folha de pagamento. O valor correto, segundo os professores, seria R\$ 1.597,00. “O diretor estadual do Sinte, Luiz Carlos Vieira, explica que a diferença deve-se à ausência do reajuste que deveria ter sido dado em 2009” (LORENÇO, 2011b, p. 4).

O Diário Catarinense explorou enfaticamente o assunto no dia seguinte, 12 de abril, e abriu manchete de capa (figura 4) com o título “Vencimento + abono \neq piso = impasse **Professores marcam greve para o dia 18**”, seguido pelo texto: “Em assembleia na Capital,

categoria rejeita proposta que considera abonos como parte do piso nacional. Estado diz que ainda aguarda as explicações da Justiça”. Logo depois, destaca três itens do tema que são explorados em reportagem especial nas páginas 6 e 7: “Categoria faz maior protesto em 20 anos”, “Onde o Estado e a classe divergem”, “O que os ministros do STF afirmaram” (DC, 2011c).

Figura 4 – Capa da edição de 12 de maio de 2011

SANTA CATARINA, QUINTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2011 - ANO 26 - Nº 9.145 - 2ª EDIÇÃO

Vencimento + abono ≠ piso = impasse

Professores marcam greve para o dia 18

Em assembleia na Capital, categoria rejeita proposta que considera abonos como parte do piso nacional. Estado diz que ainda aguarda as explicações da Justiça.

- **Categoria faz maior protesto em 20 anos**
- **Onde o Estado e a classe divergem**
- **O que os ministros do STF afirmaram**



Professores saíram pela Capital em protesto contra o que consideram desrespeito à regra definida pelo Judiciário

Páginas 6 e 7

Fonte: Diário Catarinense (2011c)

A fotografia, que ocupa cerca de um terço da capa, dá a dimensão do movimento dos professores no Centro de Florianópolis e traz a legenda: “Professores saíram pela capital em protesto contra o que consideram desrespeito à regra definida pelo Judiciário”. Nota-se que a palavra “consideram” insinua que o jornal não se posiciona ao lado dos professores, mesmo conhecendo e já tendo noticiado as decisões do STF quanto à constitucionalidade da lei do piso salarial e do direito de os professores ficarem fora da sala de aula durante um terço da jornada de trabalho. Portanto, não se tratava mais de considerar ou não um desrespeito à Justiça, mas sim de um flagrante descumprimento de uma lei federal que foi julgada constitucional pelo Supremo Tribunal.

Contraditoriamente, o jornalista e cronista político Moacir Pereira, colunista do Grupo RBS, escreveu um artigo na página 5 da mesma edição do DC, declarando no título: “**Greve a favor da lei**”. Para ele, a assembleia dos professores da rede estadual que decidiu, por unanimidade, pela decretação de greve geral a partir de 18 de maio, “representa um marco na história do magistério catarinense” por três razões: pelo número surpreendente de participantes, pela vibração dos professores e sua visível determinação de enfrentamento político para garantir o pagamento do piso salarial e, o “mais importante: é a primeira vez que os professores partem para uma greve estadual em defesa da lei”.

Como proclamavam [...] as faixas exibidas na gigantesca passeata que tomou conta do Centro de Florianópolis: O governo está fora da lei. Vai-se conferir e se tem muitas explicações convincentes. Professores com 29 anos dedicados à educação, 40 horas semanais de trabalho, duas especializações, última letra na carreira e remuneração total líquida de R\$ 1,9 mil. Um escândalo! Outros, inconformados com o que testemunham a seu redor. Escolas que não funcionam plenamente porque faltam professores. Nas comunidades, os habilitados buscam outros empregos. Os salários não atraem mais ninguém. Nem os professores de educação física, quase sempre prontos para ingressar na carreira. Uma tristeza, lamentam, prevendo cenário calamitoso nos próximos anos (PEREIRA, 2011b, p. 5).

O colunista foi incisivo ao abordar a questão, ressaltando que o piso de R\$ 1.187,14, fixado pelo Ministério da Educação (MEC) para 2011, “é para valer sobre o vencimento básico. O Supremo assim decidiu no mês passado, quando proclamou a constitucionalidade da lei. Espancou qualquer dúvida. E o relator, ministro Joaquim Barbosa, declarou, com todas as letras, que piso é vencimento básico”.

Nesse trecho, Moacir Pereira derrubou o discurso usado na capa do Diário Catarinense e antecipou uma crítica aos argumentos do secretário de Educação, Marco Tebaldi, inseridos na matéria da página 6, como este: “não há um consenso de que piso é salário sem

incorporação de abonos” (TEBALDI apud LORENÇO, 2011a, p. 6). Referindo-se às intermináveis discussões sobre a origem humana ou divina de Jesus travadas em Bizâncio — antiga capital do Império Romano no Oriente (hoje Istambul, capital da Turquia) — Pereira faz uma provocação: “Piso: vencimento ou remuneração? Convoquem os estudiosos bizantinos ou paguem o que está na lei e é devido há muito tempo”.

Mas a reportagem especial das páginas seguintes não apresenta a mesma entonação. Na página 6 (figura 5), o título da matéria assinada por Júlia Antunes Lorenço repete o tom da capa: “SALÁRIO DE PROFESSOR **Pressão pelo piso leva a greve e manifestação**”. Novamente aqui a palavra “pressão” — utilizada pelo secretário de Educação na matéria de 29 de abril —, conotando uma demasiada tensão exercida pelos professores.

Figura 5 – Reportagem especial publicada em 12 de maio de 2011

6 DIÁRIO CATARINENSE, QUINTA-FEIRA, 12 DE MAIO DE 2011

Reportagem Especial

SALÁRIO DE PROFESSOR

Pressão pelo piso leva a greve e manifestação

Profissionais de todo o Estado se reuniram, ontem, em Florianópolis, e decidiram suspender as aulas a partir do dia 18, em protesto contra o Estado, que segundo eles, não estaria cumprindo a lei

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

4,5 mil pessoas foi o cálculo de público na manifestação de ontem, segundo a Polícia Militar.

8 mil pessoas foi a estimativa feita pelo sindicato dos professores de SC.

1.597 votos é o piso exigido pelos professores.

1.187 votos é o piso estipulado pelo MEC.

Na assembleia, paralisação é aprovada.



e nas ruas, protesto por ganho melhor



Os braços levantados a favor da greve a partir de 18 de maio em toda rede estadual de ensino não deixaram dúvidas de que foi uma decisão praticamente unânime dos professores. Para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), a proposta do governo do Estado, apresentada a eles ontem, não cumpre a lei do piso nacional do magistério. Essa posição levou para a assembleia estadual, em Florianópolis, cerca de 8 mil docentes, na estimativa do Sinte, os 4,5 mil, na contagem da PM. Para os trabalhadores, a mobilização de ontem foi histórica.

A implementação imediata do piso nacional do magistério foi uma exigência feita pelos professores, em abril. Eles aguardavam, até ontem, a apresentação de uma proposta por parte do governo.

A Secretaria de Estado de Educação (SEED) decidiu, na noite de terça-feira, que pagaria os R\$ 1.187 — valor do piso — para os 8,8 mil professores que ainda não recebem essa quantia. Mas para chegar ao valor, o governo insistiu em considerar salários base mais os abonos — modelo que sempre foi rejeitado pela categoria.

Para a coordenadora geral do Sinte, Abete Iredin, a proposta apresentada foi um desrespeito e a grande razão da mobilização vista ontem e da decisão de parar as atividades.

Depois da assembleia, que levou a principal sala do Centrossul, com capacidade para 2,6 mil pessoas sentadas, e deixou muitos professores pelos corredores, os trabalhadores seguiram numo passeata pelo Centro de Florianópolis.

Na esplanada de Abete, há mais de 20 anos os trabalhadores não se mobilizam dessa forma e nunca uma assembleia teve uma votação anônima.

Essa proposta deixou todos insatisfeitos, não pagando o piso, o governo do Estado está não desrespeitando e desrespeitando a lei — nos salários a coordenadora.

Há três anos, os professores aguar-

dam o pagamento do piso nacional, definido por lei, aprovada em 2008. Naquele momento, o Sinte, assinado com mais quatro entidades, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), que contestava a validade da legislação.

A ADIn foi derrubada no mês passado em votação pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

No entendimento dos professores, com a derrubada da ação, o governo de SC deveria pagar imediatamente o piso nacional. Eles também defendem que a legislação deixa claro que piso é o salário, sem incorporar qualquer tipo de abono. Já para o governo, é preciso aguardar a publicação do acórdão — um texto que transcreve todos os votos dos ministros do STF e a decisão final.

Secretário considera protesto precipitado

O secretário de Educação, Mauro Tebaldi, que enfrenta a primeira greve da sua gestão, considerou a decisão precipitada. Sem o texto com a decisão dos ministros, o secretário argumenta que não há um consenso de que piso e salário sem incorporação de abonos. Apesar disso, garante que o governador Roldãoildo Góes sempre mostrou-se favorável em cumprir o que a lei manda.

Os professores deveriam criar uma comissão com sinal positivo. Já a publicação do acórdão, não temo mais o que apresentar para eles. O governo fez o que pôde. Mas esta greve as diálogo — afirma o secretário.

Com isso, a partir do dia 18 de maio, os professores pararam as atividades por tempo indeterminado. Até quinta-feira, eles vão dar aulas com 15 minutos a menos. Cerca de 700 mil alunos dos 1.350 colégios da rede estadual podem ser atingidos com a greve.

Com a paralisação ocorrida ontem, cerca de 189 mil alunos (18%) da rede estadual foram prejudicados e R\$ 4 mil dos R\$ 1,1 mil professores não deram aulas, de acordo com a SEED. O Sinte afirmou que a adesão foi de 90%.

Fonte: Lorenço (2011a, p. 6)

Na linha de apoio está escrito: “Profissionais de todo o Estado se reuniram, ontem, em Florianópolis, e decidiram suspender aulas a partir do dia 18, em protesto contra o Estado, que segundo eles, não estaria cumprindo a lei”.

O uso dos tempos verbais nesses dois componentes textuais da reportagem é bastante significativo. No título, o verbo “leva” coloca a ação no presente, no aqui e agora. Segundo Delmonte (2010, p. 330), o uso do tempo presente se justifica pela “necessidade de simular a presença do leitor na cena na qual se desenrolaram os fatos. [...] Por intermédio desse artifício, tem-se a ideia de que o fato ainda acontece, que o leitor está ligado a ele. Estamos todos, leitores e narradores, naquela cena, ainda sendo tocados por aquela ação”. É uma forma de atrair o leitor, aproximando-o da notícia.

Na linha de apoio é usado o pretérito perfeito do indicativo (reuniram, decidiram), que expressa um fato ocorrido num momento anterior ao atual e que foi totalmente terminado. “O passado [...] marca o fim, a conclusão de um fato, o que pode promover um efeito de sentido de distanciamento entre o indivíduo e o mundo. Verbos no passado [...] podem conduzir a uma leitura que marca o fim de um ciclo” (DALMONTE, 2010, p. 330). Então, a força de um enunciado no presente é bem maior que a de um enunciado no passado. No caso da matéria analisada, a ênfase recai sobre greve e manifestação, no presente, enfraquecendo as ações pretéritas: a reunião e a decisão dos professores em assembleia.

É interessante também notar que, quando se toca no Estado, o verbo troca de tempo: a ação do governo de descumprir a lei não está no presente nem no passado, não se localiza no aqui e agora nem foi concluída. O verbo “estaria”, no futuro do pretérito, situa a ação como possibilidade, é uma hipótese, ou seja, não se afirma que o governo estadual desrespeitou a lei, tampouco que ele não a cumprirá. Mas, para a coordenadora geral do Sinte, Alvet Bedin, a temporalidade é outra: “Não pagando o piso, o governo do Estado está nos desrespeitando e desrespeitando a lei” (BEDIN apud LORENÇO, 2011a, p. 6). Nesse caso, os verbos no gerúndio expressam ação em andamento, um processo ainda não finalizado, que se prolonga.

Apenas uma vez no texto, Júlia Lorenço posiciona a atitude do governo no tempo presente, mas com as palavras de outro: “Para o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Sinte), a proposta do governo do Estado, apresentada a eles ontem, não cumpre a lei do piso nacional do magistério”. Nesse momento do texto, o descumprimento da lei, que antes foi colocado como hipótese, torna-se uma realidade presente, associada à previsão de que “cerca de 700 mil alunos dos 1.350 colégios da rede estadual podem ser atingidos com a greve”, segundo a jornalista.

Se, hipoteticamente, o DC se posicionasse na defesa da causa dos professores ou se tivesse como foco mais a questão social da categoria do magistério do que outros interesses, talvez pudesse dar outro título e outro tom à matéria, a exemplo do que fez a Carta Maior¹³ com o texto de Najla Passos em 6 de setembro de 2011: **“Com professores em greve, estados ainda lutam contra piso salarial”**:

Com milhares de professores em greve pelo país e prometendo novas manifestações, quatro estados recorreram de novo ao Supremo Tribunal Federal (STF) no caso da lei que fixa piso salarial de R\$ 950 para o magistério básico da rede pública. Derrotados ao tentar derrubar a lei, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Ceará querem agora que a corte diga a partir de quando devem se enquadrar. Para isso, entraram com ação chamada de “embargo de declaração” (PASSOS, 2011).

Talvez optasse por outro título, como o do Observatório da Educação¹⁴: **“Professores protestam contra descumprimento da lei do piso salarial”**, colocado em matéria de 7 de junho de 2011, com a seguinte linha de apoio: “Lei que estabelece um vencimento mínimo aos professores das redes públicas do país ainda não é aplicada em vários estados; professores de oito estados estão em greve”.

Na parte final da matéria, com o intertítulo **“Secretário considera protesto precipitado”**, Júlia Lorenço ressalta que, sem o texto com a decisão dos ministros (acórdão), o secretário de Educação, Marco Tebaldi, “argumentou que não há um consenso de que piso é salário sem incorporação de abonos”, acrescentando que, “apesar disso, garantiu que o governador Raimundo Colombo mostrou-se favorável em [cumprir] o que a lei mandar”. Em seguida, a jornalista abre espaço para outro argumento do entrevistado: “Os professores deveriam encarar isso como um sinal positivo. Até a publicação do acórdão, não temos mais o que apresentar para eles. O governo fez o que pôde. Mas estou aberto ao diálogo – afirma o secretário” (LORENÇO, 2011a, p. 6).

¹³ Publicação eletrônica multimídia criada para atuar como ampliadora das teses do Fórum Social Mundial de Porto Alegre, a partir de janeiro de 2001, é especializada na cobertura jornalística e análise de temas divididos em diversas editorias, como política, economia, movimentos sociais, cidades, internacional, meio ambiente, mídia, cultura, direitos humanos, educação e saúde.

¹⁴ “O Observatório da Educação tem como objetivos produzir e disseminar informações, promover a pluralidade de opiniões no debate público sobre educação e subsidiar os meios de comunicação, agentes educacionais e movimentos sociais na promoção da educação como direito humano. Foi criado pela ONG Ação Educativa em 2002, a partir da constatação que a informação que circula publicamente, notadamente por meio da imprensa, é pautada e referenciada por governos. Dez anos depois, esse cenário mudou – porém, os desafios ainda são muitos. Novas vozes emergiram no debate público, mas agentes fundamentais das políticas educacionais, como os professores e professoras, são culpabilizados pela má qualidade do ensino e sua opinião está ausente dos meios de comunicação” (OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO, 2008).

Importa aqui lembrar as considerações feitas por Moacir Pereira na página 5 e inserir as que ele fez depois, em 18 de maio, na página 3 do Diário Catarinense, usando uma palavra contida no título da reportagem especial: pressão. Intitulado “**Professores: a greve é legal**”, o texto começa assim:

Qualquer que seja a interpretação que se dê à decisão dos professores de protestar contra o governo, com a paralisação total das atividades, haverá uma voz mais forte que ressoará pelo Estado como poderoso alto-falante: “A greve é legal”. Legal, porque os professores da rede estadual de ensino suspendem o trabalho para exigir que o governo cumpra a lei. Aliás, uma norma jurídica de caráter federal, já vigente em vários estados brasileiros desde sua sanção, em 2008. Portanto, a **pressão** chega até tarde (PEREIRA, 2011c, p. 3, sem grifo no original).

A página 7 dá continuidade à reportagem. Apresenta uma síntese do que foi tratado em matérias anteriores sobre as reivindicações dos professores e os argumentos do governo do estado e destaca pareceres dos ministros do STF, como este, de Joaquim Barbosa: “Entendo piso como limite mínimo, independentemente de cada gratificação, para se impedir a exploração humana e se fortalecer os serviços de educação” (BARBOSA apud BITTELBRUN, 2011a, p. 7).

Outro texto enfatiza, com o título “**Multidão tomou as ruas**”, que o Sinte “definiu o dia de ontem como histórico” e que os sindicalistas falaram que desde 1987 uma assembleia não mobilizava tantos professores. Nos cálculos do sindicato, cerca de 6 mil pessoas vieram do interior do estado e 2 mil da região da Grande Florianópolis, entre eles dois estudantes do município de Araquari, que foram até a capital apoiar o movimento dos professores. “Eles acreditam que, com salário melhor, os professores ficarão mais motivados para as aulas” (DC, 2011d, p. 7). Depois de descrever a passeata pelas ruas de Florianópolis, o jornal informa que “a caminhada terminou em frente ao terminal central da cidade. Entre os manifestantes, o que se ouvia era um comentário geral: ‘Nunca vi nada igual’”.

O fato é que, como diz Moacir Pereira (2011c, p. 3), “os professores parecem cansados de pedir melhores salários. Saíram derrotados de outras greves. Mas agora é diferente. Eles estão abraçando a lei federal e a decisão do Supremo para terem melhores condições de trabalho”.

5.3 Deflagrada a greve, professores param

“NEGOCIAÇÃO FRACASSADA **Professores param hoje**” é o título da reportagem especial do DC publicada nas páginas 4 e 5 de 18 de maio de 2011, no primeiro dia de greve dos trabalhadores em educação de Santa Catarina. Assinada por Júlia Antunes Lorenço, a matéria da página 4 (figura 6) traz a seguinte linha de apoio: “Governo do Estado não apresenta proposta de implantação do piso nacional do magistério e trabalhadores entram em greve”.

Figura 6 – Página 4 da reportagem especial publicada em 18 de maio de 2011

The image shows a newspaper page with a protest photo at the top. Protesters are holding signs that say 'GOVERNADOR, CUMPRE O PISO E DIREITO DO PROFESSOR', 'NÃO É PORQUE SE PERDE SE ABANDONA', and 'NÃO É PORQUE SE PERDE SE ABANDONA'. Below the photo is the headline 'NEGOCIAÇÃO FRACASSADA Professores param hoje'. Underneath the headline is a sub-headline: 'Governo do Estado não apresenta proposta de implantação do piso nacional do magistério e trabalhadores entram em greve'. To the left of a table is the author's name 'JULIA ANTUNES LORENÇO'. The table is titled 'TABELA SALÁRIOS BASE' and shows salary data for different categories. To the right of the table is a diagram titled 'COMO É O SALÁRIO DO PROFESSOR APLICADO' which breaks down the total salary into components like 'Salário-base', 'Regime de classe', and 'Gratificação'. The total salary shown is 63.710.

Salário	Valor	Valor
Magistério	7	3.063,00
Magistério	8	3.063,00
Magistério	9	3.063,00
Magistério	10	3.063,00
Magistério	11	3.063,00
Magistério	12	3.063,00
Magistério	13	3.063,00
Magistério	14	3.063,00
Magistério	15	3.063,00
Magistério	16	3.063,00
Magistério	17	3.063,00
Magistério	18	3.063,00
Magistério	19	3.063,00
Magistério	20	3.063,00

Fonte: Lorenço (2011c, p. 4)

Comparando esse discurso jornalístico com os analisados anteriormente, percebe-se uma sutil mudança na forma de abordar o assunto logo no início, quando a não apresentação

de uma proposta pelo governo — e não mais uma declarada pressão dos professores — é apontada como causa principal da paralisação. Já no primeiro parágrafo, a autora do texto informa que a greve “começa hoje, sem prazo para acabar e sem qualquer proposta concreta do governo” e que os trabalhadores esperavam iniciar as negociações, no dia anterior, em audiência com os secretários da Administração e da Educação e com o procurador-geral do estado, mas “o encontro fustrou os representantes” do Sinte.

“Na audiência de ontem, o governo não apresentou nenhum plano de implantação do piso e alega que isso custaria R\$ 100 milhões por mês”, afirma Júlia Lorenço. Ela acrescenta que o secretário Marco Tebaldi voltou a dizer que é preciso aguardar a publicação do acórdão do STF para esclarecer dúvidas, principalmente em relação à questão da incorporação das gratificações ao salário. Considerando o encontro “positivo”, ele declarou “Foi um início de conversa e esperamos apresentar alguma solução na semana que vem” (TEBALDI apud LORENÇO, 2011c, p. 4).

Componente que chama a atenção na reportagem é a foto colocada acima do título e que mostra a manifestação de rua feita por estudantes do município de Chapecó no dia anterior. Munidos de faixas e cartazes, eles reforçaram, em tom imperativo, a principal reivindicação dos grevistas: “GOVERNADOR, CUMPRA A LEI! O PISO É DIREITO DO PROFESSOR!”

Explorando o mote da manifestação dos estudantes, na página 5 (figura 7), novos enfoques sobre o assunto problematizam a greve na perspectiva de alunos e pais. O jornal insere o título “**No interior, o apoio dos estudantes**” (DC, 2011e, p. 5) e dá voz aos alunos da rede estadual, informando que, no município de Chapecó, “estudantes fizeram ontem manifestações contrárias à greve mas favoráveis às reivindicações dos professores. No protesto, os alunos pressionaram o governo do Estado a negociar um acordo”. O DC informa também que numa escola de Palhoça, na região da Grande Florianópolis, os alunos usaram as redes sociais para organizar a mobilização a favor dos professores e que no bairro Ribeirão da Ilha, na capital catarinense, promoveram um abaixo-assinado que seria encaminhado à prefeitura, pedindo melhores salários para o magistério.

Logo abaixo, no texto “**Governador diz não ter como pagar**”, assinado por Roberto Azevedo, aparece o argumento do governador Raimundo Colombo de que “os 98% de impacto da folha não seriam suportados pelo Estado”. Essa afirmação era o indicativo de que o poder público continuaria medindo forças com os trabalhadores em educação. Em entrevista por telefone — Colombo estava na Alemanha —, o governador declarou, segundo Azevedo

(2011a, p. 5), que “existe um movimento organizado em torno de um tema justo, mas não tem como comprometer a arrecadação”.

Figura 7 – Página 5 da reportagem especial publicada em 18 de maio de 2011

DIÁRIO CATARINENSE, QUARTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 2011



Estudantes de Chapecó apoiaram as professoras

“Possível não, com a sozinha”

MARCOS JERÔNIMO
titular

O piso é lei e a valorização dos professores é o primeiro passo para melhorar a educação.

ANNA JÚLIA RODRIGUES
secretária geral de lista

A regulação é um incentivo a mais para o professor não sair. Não podemos perder essa gratificação.

No interior, o apoio dos estudantes

Rosane/Chapecó

Em Chapecó, estudantes da rede estadual fizeram ontem manifestações contrárias à greve, mas favoráveis às reivindicações dos professores. No entanto, os alunos pressionaram o governo do Estado a negociar um acordo.

— O piso é lei e a valorização dos professores é o primeiro passo para melhorar a educação — diz o presidente da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, Marcos Vinícius Jerônimo.

Ele afirma que os alunos serão prejudicados com a greve.

— Quem vai prestar vestibular e fazer vai ter prejuízo — afirma.

Na Escola Estadual Irmã Maria Teresa, de Faltosa, no Grande Florianópolis, os alunos usaram as redes sociais para organizar a mobilização a favor dos professores. Na Capital, alunos de uma escola do Bairro Ribeirão da Ilha promoveram um abaixo-assinado que deverá ser encaminhado à prefeitura e que, entre outras coisas, pede por melhores salários para o magistério.

Governador diz não ter como pagar

Dilzener, Florianópolis

ROBERTO AZEVEDO

Passava do meio-dia na Alemanha, 7h em Florianópolis, e o governador Raimundo Colombo encicra orientações ao secretário da Administração, Milton Martini, ao telefone, de como proceder no reunião com os representantes do Sista, que ocorreria duas horas depois. O contato era feito na rua, em meio a um trânsito, longe do restante da comitiva catarinense.

Colombo andava de um lado para outro, em uma ligação que durou mais de 10 minutos. Os contatos se intensificaram durante o dia, e foi Martini que comunicou ao governador que a greve estava mantida para hoje.

Ele em Frankfurt, logo depois de desembarcar do avião que o trouxe de Milwaukee. Colombo disse que era impraticável para o governo bancar um reajuste linear.

— Os 99% de impacto na folha não seriam suportados pelo Estado — garante o governador.

Colombo disse que a negociação não deve parar e espera o entendimento. Ele diz entender que o momento faz parte da vida pública, vê que existe um movimento organizado em torno de um tema justo, mas não tem como comprometer a arrecadação.



Roserra é uma das poucas que terá como cuidar de filha durante a greve

Pais se preparam para folga forçada

GABRIELLE BITTELBRUN

Seja qual for a abrangência da greve na rede pública estadual — que tem 1.350 escolas e cerca de 700 mil alunos — não só os estudantes serão afetados. A interrupção das atividades do magistério deve atingir também os pais dos estudantes.

Silvia Regina Gomes é vigilante e teve que pedir licença de trabalho para cuidar dos filhos, Wellington e Carlos Alberto. Como não tem com quem deixar as crianças de oito e 11 anos, que estudam no Colégio Estadual Henrique Stodolck Borges, na Capital, ela não quer “nem pensar” na possibilidade da greve continuar.

— Tenho esperança de que eles (governo e professores) cheguem a um acordo — afirma.

Rodrigo de Sousa, pai de Geovanna Inácio, 11 anos, apoia a causa dos professores. Mas ele destaca a falta de opção dos pais diante da greve do magistério na rede estadual.

— A gente mesmo não tem que achar nada, eles fazem a greve e pronto — diz Rodrigo.

Ele lembra ainda que, quando irá estudar, sofrerá com as greves. Rodrigo disse que esquecia a matéria no período sem aula e acha que a fi-

Professores

Os professores querem que o piso seja pago e o reajuste do valor se dê em todas as regiões (de magistério ao pós-graduação). Eles aceitam que, para se chegar ao piso, o governo incorpore o Plano Educac (P9 200) ao salário. Mas não aceitam que deixe de pagar a regulação de classe (um percentual sobre o salário-base).

Os professores entendem que a decisão do STF obriga o Estado a pagar o piso, sem necessidade de autorização do acórdão no Diário de Justiça, porque a lei não poderia mais ser mudada.

Para eles, a lei é clara: piso é o salário e não a remuneração total do contratado. Ou seja, um salário não podem ser somados apenas para se chegar ao valor final, como SC tem feito. A greve foi deflagrada porque, na visão deles, há três anos esperam pela aplicação do piso nacional.

Governo

Com a decisão do STF publicada, o governo quereria o entendimento de si. Entendo que, sem o acórdão, não é possível saber como a lei deve ser aplicada. Para ele, não há clareza no salário e o vencimento inicial, ou pode ser o total da remuneração, sem a adição de alguns do salário base.

Por causa disso, o Estado decidiu, por enquanto, apenas pagar o valor do piso salarial de R\$ 1.187 aos professores que ainda não ganhavam este valor, somando ao salário-base da categoria as gratificações de regulação de classe e plano Educac.

O governo assegura que a intenção do governador Raimundo Colombo é cumprir o que diz a lei e pagar o piso. Mas teme tomar uma decisão precipitada.

O que diz a lei

Art. 2º O piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica será de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) mensais, com a formação em nível médio, na modalidade Normal, prevista no art. 62 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, § 1º O piso salarial profissional nacional é o valor mínimo do qual o União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fazer o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica, para a jornada de, no máximo, 40 horas semanais.



Sem ter com quem deixar os filhos, Silvia Regina pede licença do emprego

Fonte: Diário Catarinense (2011d, p. 5)

O destaque da página é a matéria intitulada “Pais se preparam para folga forçada”, escrita por Gabrielle Bittelbrun, na qual a autora enfatiza que a interrupção das atividades do magistério não afetará somente os 700 mil alunos da rede, mas também os pais e as mães dos

estudantes. A jornalista usa depoimentos desses sujeitos envolvidos na situação, tendo como recurso de apoio duas fotos que ilustram o texto, para acentuar a dificuldade das pessoas que trabalham fora de casa e não têm como ficar com os filhos durante a greve, nem com quem deixá-los. Alguns pais e mães disseram que a saída seria apelar para parentes e pedir ajuda para cuidar das crianças e manifestaram preocupação com o aprendizado dos filhos. Uma das mães entrevistadas disse que “teve que pedir licença do trabalho para cuidar dos filhos de oito e 11 anos” (BITTELBRUN, 2011b, p. 5).

Alguns fragmentos do texto, como “estudantes serão afetados”, “atingir também os pais”, “prejudica o aprendizado das crianças”, “perder o ritmo da aprendizagem”, “falta de opção dos pais” e “apelar para os tios”, expressam outro lado da luta — no meio do conflito entre professores e governo estão os estudantes e suas famílias — e delineiam um caminho para formação de opinião pública desfavorável ao movimento grevista. O mesmo pode ser dito em relação a textos publicados na edição de 19 de maio e que repercutiram o primeiro dia de greve, destacando que ele “trouxe transtornos para os alunos da rede pública do Oeste do Estado” (DEBONA, 2011, p. 7) e “impactou na vida de pais e alunos de Joinville” (KRAMA, 2011, p. 7).

O uso desses elementos textuais remete às considerações de Magalhães e Silva Sobrinho (2010) sobre a elaboração de discursos jornalísticos que reproduzem o mundo/os acontecimentos de modo fragmentado, com lacunas, produzindo efeitos de sentidos também fraturados que atuam nas práticas sociais e que, como assevera Abramo (2003, p. 34), induzem o leitor “a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja”. Há que se considerar que os argumentos selecionados por Gabrielle Bittelbrun para sustentar seu discurso se inserem num processo de formação da opinião pública que busca alcançar consensos na sociedade.

Sobre essa questão, Melo, J. (2003, p. 101) assinala que “a expressão da opinião fragmentou-se seguindo tendências diversas e até mesmo conflitantes. Isso é uma decorrência do processo de produção industrial, pois a realidade captada e relatada condiciona-se à perspectiva de observação dos diferentes núcleos emissores”. O autor ressalta:

A seleção da informação a ser divulgada através dos veículos jornalísticos é o principal instrumento de que dispõe a instituição (empresa) para expressar a sua opinião. É através da seleção que se aplica na prática a *linha editorial*. A seleção significa, portanto, a ótica através da qual a empresa jornalística vê o mundo. Essa visão decorre do que se decide publicar em cada edição privilegiando certos assuntos, destacando determinados personagens, obscurecendo alguns e ainda omitindo diversos (MELO, J., 2003, p. 75).

Foi seguindo a linha editorial defendida pelo Grupo RBS (do qual o DC faz parte), que afirma que “interesses isolados de empresas do Grupo, de seus proprietários e seus dirigentes, autoridades, anunciantes, fontes ou profissionais não podem prevalecer na escolha de temas e na difusão de informações corretas” (GRUPO RBS, 2011, p. 20), que o Diário Catarinense, na edição de 20 de maio, ao mesmo tempo em que repercutiu o segundo dia de greve, declarando haver uma “guerra de números, com índices conflitantes” (DC, 2011f, p. 21) — o Sinte afirmava que 90% dos professores tinham aderido à paralisação e a Secretaria Estadual de Educação divulgava que a adesão era de 31,8% no primeiro dia e de 34% no segundo —, desferiu um ataque subliminar contra os trabalhadores paralisados, lançado de modo a camuflar qualquer evidência de crítica direta à greve dos professores. Trata-se do editorial “**Greve e negociação**”, publicado na página 12 (figura 8).

Figura 8 – Editorial publicado em 20 de maio de 2011



Fonte: Diário Catarinense (2011g, p. 12)

Importa esclarecer que, sem indicação desse ou daquele autor, o editorial expressa “a opinião oficial da empresa jornalística diante dos fatos de maior repercussão no momento” (MELO, J., 2003, p. 103); é um “um catalisador de opiniões, um agente da consciência pública” (BELTRÃO, 1980, p. 52). Considerando que o editorial se apresenta como espaço de contradições, Melo vai mais além na análise desse gênero de discurso jornalístico e assevera que ele

constitui uma teia de articulações políticas e por isso representa um exercício permanente de equilíbrio semântico. Sua vocação é a de apreender e conciliar os diferentes interesses que perpassam sua operação cotidiana. Mas se o editorial expressa essa opinião das forças que mantêm a instituição jornalística, torna-se necessário indagar para quem se dirige em sua argumentação. A resposta poderia ser tranquila: a opinião contida no editorial constitui um indicador que pretende orientar a opinião pública. Assim sendo, o editorial é dirigido à coletividade (MELO, J., 2003, p. 104).

Com o compromisso declarado de “fazer a coisa certa em quaisquer circunstâncias” (GRUPO RBS, 2011, p. 14) e provavelmente om a intenção de orientar a opinião pública, o editorial de 20 de maio inicia com a afirmação de que o direito à greve é assegurado pela Constituição brasileira e “integra o elenco dos direitos fundamentais da cidadania em países democráticos” para em seguida dizer que “o recurso à greve, legítimo, é também extremo” e que a negociação é o melhor caminho para solução de conflitos trabalhistas. E prossegue, em tom de desaprovação:

De lamentar, entretanto, que ainda eclodam greves antes mesmo que os canais do diálogo tenham sido abertos, em evidente subversão do preceito constitucional e da legislação. Neste momento, em SC, diversos desses lamentáveis casos, que não se coadunam com a revigorada democracia brasileira, estão em curso (DC, 2011g, p. 12).

Está implícita nesse trecho a qualificação da greve dos professores como subversiva, no sentido não de romper conceitos ou quebrar paradigmas, mas sim de desobediência às leis, de rebelião contra o Estado, de transtorno e perturbação à ordem social. Mesmo declarando que “a liberdade de expressão não é uma prerrogativa dos jornalistas ou das empresas de comunicação, mas sim um direito dos cidadãos de acessar e receber informações *livres de qualquer tutela*” (GRUPO RBS, 2011, p. 6, sem grifos no original), o jornal bem poderia ser colocado como exemplo na análise de Melo, J. (2003, p. 104)

os editoriais difundidos pelas empresas jornalísticas, embora se dirijam formalmente à “opinião pública”, na verdade encerram uma relação de diálogo com o Estado. [...] A leitura de editoriais dos jornais diários, por exemplo, inspira-nos a compreensão de que as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos. E não se trata de uma atitude voltada para perceber as reivindicações da coletividade e expressá-las a quem de direito. Significa muito mais um trabalho de “coação” ao Estado para a defesa de interesses dos segmentos empresariais e financeiros que representam (MELO, J., 2003, p. 104).

A leitura do editorial publicado pelo DC passa a impressão de que o jornal se posiciona em defesa dos interesses da coletividade quando transmite a ideia de que “a paralisação de determinadas atividades, como os serviços públicos e outras consideradas essenciais à segurança e ao bem-estar da população” devem submeter-se a “regulamentos e rituais específicos, sempre sob a égide e a vigilância da Justiça do Trabalho”, numa referência tácita à suposta insubordinação às normas legais pelos trabalhadores, que estariam

radicalizando posições e com isso comprometendo a manutenção da ordem pública, em prejuízo da população.

Para fortalecer esses argumentos, sem mencionar a greve do magistério, o editorial prossegue, aplaudindo — é este mesmo o verbo utilizado: “aplaude-se”, diz o texto — a atitude dos trabalhadores do transporte público de Florianópolis, que “chegaram a bom termo nas negociações de suas reivindicações e decidiram não paralisar os ônibus da cidade” porque, segundo o editorial, o sindicato da categoria e o poder público “não esmoreceram nas negociações, que se prolongaram dias a fio” e, assim, “evitaram a radicalização das posições”. Ao final, o jornal recomenda: “Negociar, negociar e negociar. Eis a receita, eis a lição de espírito público e respeito à lei, sem abrir mão de direitos legítimos. Exemplo a ser imitado” (DC, 2011g, p. 12).

Aos olhos de um leitor mais atento e conhecedor do processo que culminou na greve dos trabalhadores em educação, essas palavras soam como um recado e uma provocação aos professores, instigando a opinião pública a associar a paralisação das aulas à recusa da categoria em negociar com o governo do estado.

Acontece que até a data da publicação desse edital, o governo não havia apresentado nova proposta favorável aos professores. No dia anterior, 19 de maio, o secretário-adjunto de educação, Eduardo Deschamps, havia repetido ao DC (2011h, p. 6), que aguardava a publicação do acórdão do STF “para saber se poderá somar os abonos ao salário atual e chegar ao valor do piso” — proposta que havia sido feita em 11 de maio pelo governador Raimundo Colombo e rejeitada pelo Sinte —, ou seja, nada de novo tinha sido acrescentado pelo governo às negociações com os grevistas, nada havia para negociar, tanto que “ele [Deschamps] não sabe se até a próxima audiência [com o sindicato], na segunda feira, haverá uma proposta para apresentar” (DC, 2011h, p. 6).

E a segunda-feira, 23 de maio, chegou com a informação do Sinte de que 95% dos professores da rede estadual estavam parados, contestada pela Secretaria de Educação, que estimou a adesão em 52,74% (LORENÇO, 2011d, p. 25). O jornal publicou o resultado da audiência no dia seguinte, em matéria, também assinada por Júlia Lorenço na página 22, com o título “GREVE NO MAGISTÉRIO **Piso de R\$ 1.187 é rejeitado**” (figura 9). Na linha de apoio, a informação: “Sinte diz que a proposta do governo é um ‘achatamento’ nos salários e mantém a paralisação”. Ganha destaque a foto de professores que se reuniram em frente ao prédio da SED, em Florianópolis, onde aconteceu a reunião entre o sindicato e o governo estadual.

Figura 9 – Matéria publicada em 24 de maio de 2011

202 Geral

DIÁRIO CATARINENSE, TERÇA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2011

Edição: Marjuly de Lima - (48) 326-0322
 Subeditora: Natália Soares - (48) 326-3347
 Coordenadora de produção: Nanyá Siqueira - (48) 326-3300 geral@diariocom.br

Professores se reuniram em frente ao prédio da Secretaria de Educação, na Capital, onde aconteceu, ontem, a reunião entre Síntese e governo do Estado

GREVE DO MAGISTÉRIO

Piso de R\$ 1.187 é rejeitado

Síntese diz que a proposta do governo é um "achatamento" nos salários e mantém a paralisação

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governo do Estado vai pagar o piso nacional do magistério, de R\$ 1.187, para os professores que ainda não recebiam isso no salário-base, além do pagamento dos abonos. A proposta, apresentada ontem em audiência, foi rejeitada pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de SC (Síntese), por não acompanhar a progressão na carreira (do ensino médio à pós-graduação). Mesmo sem acordo, a medida provisória (MP) com o texto da mudança foi assinada, ontem, pelo governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira.

TABELA SALARIAL BASE	Nível	Como é hoje	A proposta do governo
Magistério de 2º grau	1	609,46	1.187,00
	2	661,14	1.187,00
	3	717,19	1.187,00
Licenciatura de 1º grau	4	778,91	1.187,00
	5	843,99	1.187,00
	6	915,56	1.187,00
Licenciatura plena	7	993,20	1.187,00
	8	1.077,42	1.187,00
	9	1.168,78	1.187,00
Pós-graduação	10	1.267,90	1.267,81
	11	1.375,41	1.375,31
	12	1.492,05	1.491,92

Já apresentado

- **Em 10 de maio**, o Estado disse que pagaria R\$ 1.187 para os 8.800 professores que ainda não recebiam este valor, mesmo quando ao salário-base eram somados o Prêmio Educador e a regência de classe.
- **Em 17 de maio**, numa audiência, o governo explicou que não teria como pagar o piso (R\$ 1.187), repassando o valor do reajuste para a toda carreira. Caso fizesse isso, teria um gasto de R\$ 100 milhões por mês (R\$ 1,3 bilhão por ano), o que, segundo o governo, poderia levar o Estado a ultrapassar o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

uma reivindicação dos professores. Ela não será encaminhada para votação em assembleia estadual. Com isso, a greve do magistério segue por tempo indeterminado.

– Para nós, não houve proposta, houve um achatamento na nossa tabela. Desestimula qualquer professor a buscar formação e qualificação – ressaltou a coordenadora.

O reajuste representa R\$ 14 milhões de gasto a mais por mês, cerca de R\$ 140,5 milhões em 2011.

O secretário de Educação, Marco Tebaldi, argumentou que a proposta está dentro do que o governo tem condições de pagar. Ele ainda disse que poderá discutir com o Síntese a questão da carreira, assim que os professores voltarem a dar aula.

Concentrados em frente à sede da Secretaria de Estado da Educação (SED), onde foi realizada a audiência, professores demonstraram indignação com a proposta apresentada.

– Achei ridículo! Como um professor pós-graduado vai ganhar o mesmo que um professor que só tem ensino médio? O governo quer nivelar todo mundo – protestou Marlene Sprague, docente há 22 anos.

Assistente pedagógica há seis anos, Denise Scheid considerou a proposta de ontem um desrespeito.

– A gente sabia que a proposta não seria aquilo que a gente queria, mas não imaginávamos que seria tão desrespeitosa – afirmou.

Protestos seguem em outras cidades de SC

Cerca de 200 professores da rede estadual fizeram uma manifestação em Joaçaba, no Meio-Oeste catarinense, por mais uma tentativa de acordo salarial entre a categoria e o Estado.

Na região, quase 8 mil alunos estão sendo afetados pela greve. Nos 13 municípios de abrangência da Gerência Regional de Educação (Gerred), professores de 21 escolas estão em greve parcial ou total. A passeata começou na Praça da Catedral. Os professores seguiram até a Gerred, onde entregaram uma pauta de reivindicações à gerente de Educação. Além do piso nacional, eles querem outras melhorias. O plano de cargos e salários é uma delas, segundo a diretora executiva do Síntese em Joaçaba, Lourdes Tersch.

Em Blumenau, os professores do Vale do Itajaí voltam a se reunir hoje, às 14h, no Colégio Pedro II, para ouvir o resultado das negociações com o governo. Na sequência da assembleia, está programada uma passeata.

julia.antunes@diario.com.br

Fonte: Lorenço (2011e, p. 22)

Segundo a matéria, o governo do estado propôs pagar o piso nacional do magistério estabelecido em lei e mantido pelo STF para os professores que ainda não recebiam R\$ 1.187,14 como salário-base, além do pagamento dos abonos. Ela foi rejeitada pelo sindicato por não acompanhar a progressão da carreira (do ensino médio à pós-graduação). “Mesmo

sem acordo, a medida provisória [MP nº 188]¹⁵ com o texto da mudança foi assinada, ontem, pelo governador em exercício, Eduardo Pinho Moreira”, afirma Lorenço, acrescentando que o secretário de Educação, Marco Tebaldi, “argumentou que a proposta está dentro do que o governo tem condições de pagar. Ele disse ainda que poderá discutir com o Sinte a questão da carreira, assim que os professores voltarem a dar aula” (LORENÇO, 2011e, p. 22).

A coordenadora do Sinte, Alvetete Bedin, “definiu a proposta como uma afronta, por não respeitar a progressão na carreira e o tempo de serviço, uma reivindicação dos professores” e declarou que “ela não será encaminhada para votação em assembleia estadual”. A razão disso é que, com a MP, “a diferença salarial entre um professor com ensino médio e um com doutorado passa a ser de R\$ 305. Antes era de R\$ 883. Em percentuais, o salário inicial do profissional com doutorado era 145% do que aquele com ensino médio. Agora, a diferença cai para 25,6%” (LORENÇO, 2011e, p. 22), como mostra a tabela inserida logo abaixo da linha de apoio (figura 10).

Figura 10 – Tabela inserida em matéria de 24 de maio de 2011

TABELA SALARIAL BASE	Níveis	Como é hoje	A proposta do governo
Magistério de 2º grau	1	609,46	1.187,00
	2	661,14	1.187,00
	3	717,19	1.187,00
Licenciatura de 1º grau	4	778,01	1.187,00
	5	843,99	1.187,00
	6	915,56	1.187,00
Licenciatura plena	7	993,20	1.187,00
	8	1.077,42	1.187,00
	9	1.168,78	1.187,00
Pós-graduação	10	1.267,90	1.267,81
	11	1.375,41	1.375,31
	12	1.492,05	1.491,92

Fonte: Lorenço (2011e, p. 22)

A coordenadora do Sinte “informou que eles também irão solicitar um novo encontro com o governo. Ressaltou que ‘O Estado foi incisivo em falar que não estava negociando, e sim apresentando uma proposta. Isso deixou todos ainda mais revoltados’” e que “Foi o governo que se fechou para um diálogo, e não a gente” (BEDIN apud LORENÇO, 2011e, p.

¹⁵ SANTA CATARINA. **Medida Provisória nº 188**, de 23 de maio de 2011. Fixa o valor do vencimento dos integrantes do quadro de pessoal do magistério público estadual e estabelece outras providências. Florianópolis, 23 maio 2011.

22). Ao afirmar que “a posição do governo não dividiu os grevistas” (DC, 2011i, p. 22), a sindicalista lançou uma contraofensiva à estratégia do governo que, de acordo com o colunista Moacir Pereira (2011d, p. 3), “aposta que o pagamento do piso vai rachar o movimento e levar a metade do magistério de volta às salas de aula”.

A matéria da página 22 neutralizou os argumentos do editorial publicado em 20 de maio, haja vista que a recomendação de “negociar, negociar e negociar”, lançada pelo jornal nesse dia não fazia mais sentido para os professores e para as pessoas que gradualmente engrossavam o apoio ao movimento grevista, como a estudante que,

no meio dos professores postados frente ao prédio da Secretaria de Educação, [...] também esperava a proposta conciliadora do fim da greve. [...] Solidária, a jovem aluna explicava sua decepção. Queria melhores salários para seus professores, desejava retornar à sala de aula, acalentava muitos sonhos com seus colegas. Tinha vindo para ouvir a boa nova e recebera um balde água fria (PEREIRA, 2011d, p. 3).

Esse é um fragmento que o colunista Moacir Pereira inseriu no texto “**Proposta frustrante**”, publicado na página 3 da mesma edição do Diário Catarinense, antecipando o conteúdo que, em certa medida, seria tratado na página 22, num exercício de interdiscursividade, já que ele provavelmente importou informações de outros discursos jornalísticos já produzidos para compor o seu próprio discurso opinativo.

A proposta do governo para acabar a greve nem foi considerada. Por dois motivos: 1. Não aplica o piso a todos na carreira; 2. Achata os salários, provocando desestímulo na formação. [...] O governo agiu politicamente. Ofereceu condições de diálogo com os dirigentes do Sinte, mas não negociou nada. Criou um clima de acordo, mas a medida provisória sobre o pagamento do piso já estava pronta na sexta-feira. Foi apenas “comunicada” ao Sinte. [...] Perdeu-se uma chance de avanço coletivo: dos justos salários a todo o magistério, da negociação política, de mais qualidade na educação e mais valorização da cidadania. Por tudo isso, o resultado foi frustrante (PEREIRA, 2011d, p. 3).

5.4 A greve continua com discursos repetidos

A greve completou uma semana em 25 de maio e o que se observa, nas matérias publicadas pelo DC até o final desse mês, é uma repetição de discursos. Para manter a publicação diária de notícias sobre a paralisação, o jornal buscou outros enfoques, mas não conseguiu fugir dos argumentos já-ditos. Rendido à falta de novidades interessantes sobre o assunto, a saída foi ocupar as páginas 4 e 5 da edição de 25 de maio (figura 11) com duas

entrevistas pingue-pongue (na forma de pergunta e resposta), uma com o secretário de Educação, Marco Tebaldi, e outra com a coordenadora estadual do Sinte, Alvet Bedin, com um mesmo título: “PROFESSORES PARADOS Guerra de informações e versões marca greve”.

Figura 11 – Reportagem especial publicada em 25 de maio de 2011

Reportagem Especial

PROFESSORES PARADOS

Guerra de informações e versões marca greve

ENTREVISTA Marco Tebaldi, secretário de Educação

ENTREVISTA Alvet Bedin, coordenadora estadual do Sinte

“O piso está dado e agora eles têm que voltar às aulas”

“Não tenho dúvidas de que o governo pode pagar”

A greve dos magistérios de todo o Brasil começou há uma semana. Ontem, em assembleias regionais, os professores optaram por continuar a paralisação, marcando com a maioria absoluta (80%) a realização na próxima segunda-feira de uma greve nacional em protesto. Eduardo Pinheiro Moreira – que estabeleceu o novo piso salarial a proposta foi rejeitada pelo Conselho dos Trabalhadores em Educação (CITE) porque, para os educadores, desvaloriza a carreira na carreira. Apesar de o governo afirmar que já realizou as negociações quanto a greve nacional, o Sinte vai impedir que qualquer acordo que represente o piso salarial seja assinado sem a participação dos professores. A diretoria do Sinte diz que já realizou negociações com o governo, mas não houve acordo. O Sinte vai impedir que qualquer acordo que represente o piso salarial seja assinado sem a participação dos professores. A diretoria do Sinte diz que já realizou negociações com o governo, mas não houve acordo.

Marco Tebaldi – Como você avalia a greve dos professores? Há uma semana que os professores estão em greve. O governo não conseguiu chegar a um acordo com os professores. O Sinte vai impedir que qualquer acordo que represente o piso salarial seja assinado sem a participação dos professores. A diretoria do Sinte diz que já realizou negociações com o governo, mas não houve acordo.

Alvet Bedin – Como você avalia a greve dos professores? Há uma semana que os professores estão em greve. O governo não conseguiu chegar a um acordo com os professores. O Sinte vai impedir que qualquer acordo que represente o piso salarial seja assinado sem a participação dos professores. A diretoria do Sinte diz que já realizou negociações com o governo, mas não houve acordo.

“O piso está dado e agora eles têm que voltar às aulas”

“Não tenho dúvidas de que o governo pode pagar”

Entrevista com Marco Tebaldi, secretário de Educação. Tebaldi afirma que o governo já realizou negociações com os professores e que o piso salarial está dado. Ele diz que os professores não devem continuar a greve e que devem voltar às aulas imediatamente. Ele afirma que o governo não tem dúvidas de que pode pagar o piso salarial e que não há problema em isso.

Entrevista com Alvet Bedin, coordenadora estadual do Sinte. Bedin afirma que o Sinte não aceita qualquer acordo que não seja assinado por todos os professores. Ela diz que o Sinte vai continuar a greve até que o governo não aceite o piso salarial. Ela afirma que o Sinte não tem dúvidas de que o governo pode pagar o piso salarial e que não há problema em isso.

“O piso está dado e agora eles têm que voltar às aulas”

“Não tenho dúvidas de que o governo pode pagar”

Entrevista com Marco Tebaldi, secretário de Educação. Tebaldi afirma que o governo já realizou negociações com os professores e que o piso salarial está dado. Ele diz que os professores não devem continuar a greve e que devem voltar às aulas imediatamente. Ele afirma que o governo não tem dúvidas de que pode pagar o piso salarial e que não há problema em isso.

Entrevista com Alvet Bedin, coordenadora estadual do Sinte. Bedin afirma que o Sinte não aceita qualquer acordo que não seja assinado por todos os professores. Ela diz que o Sinte vai continuar a greve até que o governo não aceite o piso salarial. Ela afirma que o Sinte não tem dúvidas de que o governo pode pagar o piso salarial e que não há problema em isso.

Fonte: Lorenço (2011f, p. 4-5)

Novamente, a autoria é de Júlia Antunes Lorenço, que fala sobre as decisões tomadas pelo Sinte e pelo governo e coloca em debate o que já havia sido discutido em dias anteriores, enfatizando que “o resultado é uma guerra de informações e versões entre o sindicato e o governo”. De um lado, o secretário afirma que “o piso está dado e agora eles têm que voltar às aulas” e insiste na cantilena da falta de dinheiro: “Eu sei, você sabe e outros sabem que o governo não tem condições de pagar [referindo-se às reivindicações dos professores]. Nossa folha do magistério é de R\$ 109 milhões. De onde arrumaremos mais R\$ 100 milhões por mês?” (TEBALDI apud LORENÇO, 2011f, p. 4). De outro lado, Alvet Bedin discorda: “Não tenho dúvidas de que o governo pode pagar”. Sobre a medida provisória, a sindicalista repete seu argumento: “Essa medida achata e acaba com o plano de carreira do magistério público catarinense, conquistado na década de 1980, através de uma das maiores greves do nosso Estado” (BEDIN apud LORENÇO, 2011f, p. 5).

O eco desse discurso chegou à página 15 (figurada 12) da mesma edição, na qual o editorial “**Em nome da educação**” recorta informações da reportagem especial e também de matéria publicada no dia anterior.

Figura 12 – Editorial publicado em 25 de maio de 2011



Fonte: Diário Catarinense (2011j, p. 15)

Depois de bater na mesma tecla, dizendo que “o sindicato anunciou que sequer encaminhará a proposição [da MP] para ser apreciada em assembleia do magistério, por considera-la, até mesmo, ‘afrontosa’” e que a administração estadual “reiterou que não dispõe de meios para atender integralmente a reivindicação”, o jornal, mais uma vez, marca sua posição em favor da negociação, lembrando que “os mais de 700 mil crianças e adolescentes matriculados na rede de ensino público em todo o Estado estão sendo prejudicados em sua formação pela paralisação que se prolonga” (DC, 2011j, p. 15).

Pode-se qualificar esse editorial como um discurso morno, apático, que denota a ausência de elementos impactantes. O vai e vem de informações redundantes, que nada acrescentam de novo ao percurso da greve, parece ter deixado o jornal sem muitas alternativas de argumentação — da mesma forma o governo do estado —, tanto que a matéria publicada no dia seguinte, 26 de maio (figura 13), resvala na mesmice com o título “**GREVE DOS PROFESSORES Estado reafirma falta de dinheiro**” e a seguinte linha de apoio: “Governo garante que não tem condições de estender aumento a todos os níveis de formação, principal reivindicação do Sinte” (LORENÇO, 2011g, p. 29). Contudo, por outro viés, não seria incoerente dizer que há, por trás desse recurso de repetição, uma tática de apoio a um dos lados do conflito, e não é o dos professores.

Figura 13 – Matéria publicada em 26 de maio de 2011

DIÁRIO CATARINENSE, QUINTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 2011

Editora: Marjory de Lima - (48) 326-3533 29
 Subeditora: Valéria Ribeiro - (48) 326-3567
 Coordenadora de produção: Nanda Sobral - (48) 326-3533 geral@diario.com.br

Geral

GREVE DOS PROFESSORES

Estado reafirma falta de dinheiro

Governo garante que não tem condições de estender aumento a todos os níveis de formação, principal reivindicação do Sinte

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

MATEMÁTICA DO REAJUSTE

GASTO COM SERVIDORES COMPARADO A RECEITA LÍQUIDA DO ESTADO

Receita líquida estimada para 2011: **R\$ 13,5 bilhões**

Gasto com salários nos últimos 12 meses: **R\$ 8,8 bilhões***

Limite legal para Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): **R\$ 6,9 bilhões** (49%)

COMO FICARIA O GASTO SE O GOVERNO PAGASSE O REAJUSTE EM TODA A TABELA DO MAGISTÉRIO

Receita líquida estimada para 2011: **R\$ 13,5 bilhões**

De acordo com o governo, adicionaria R\$ 500 milhões por mês, o que daria cerca de R\$ 6,3 bilhões por ano, ou 47% do total da receita líquida, o que ultrapassaria o limite da LRF.

Limite legal pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF): **R\$ 6,9 bilhões** (49%)

O que diz a LRF

As despesas com pessoal do poder Executivo não podem ultrapassar 49% da receita líquida.

ORÇAMENTO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO EM 2011

Pagamento de pessoal (sem LRF): **R\$ 2,69 bilhões** (19.9%)

R\$ 1,4 bilhões (52%)

R\$ 140,3 milhões (5.2%)

Como é mais em 2011 com o reajuste previsto pela MP

De acordo com o governo, adicionaria R\$ 500 milhões por mês, o que daria, a partir de maio, cerca de R\$ 1,5 bilhões (1.37% do total do orçamento em 2011) ou R\$ 188,8 milhões (1.3% do total do orçamento em 2012 e 2013).

Essa verba será renonciada. Depois o governo, o contrato que irá para compra dos uniformes, por exemplo, vai para o pagamento de professores.

COMO FICARIAM OS SALÁRIOS?

EF = ensino fundamental; EM = ensino médio

		Proposta do governo	Proposta dos professores
Magistério com ensino médio que dá os anos finais do EF e EM	Veramento mensal	R\$ 1.187	R\$ 1.187
	20% regência	R\$ 236,75	R\$ 236,75
	Pênalti Educ. (R\$ 200)	R\$ 200	R\$ 200
	Total	R\$ 1.683,75	R\$ 1.683,75
Nível superior que atua nos anos finais do EF e EM	Veramento mensal	R\$ 1.587	R\$ 1.602,89
	20% regência	R\$ 316,75	R\$ 320,58
	Pênalti Educ. (R\$ 200)	R\$ 200	R\$ 200
	Total	R\$ 2.103,75	R\$ 2.143,47
Pós-graduação que atua nos anos finais do EF e EM	Veramento mensal	R\$ 1.267,81	R\$ 2.411,45
	20% regência	R\$ 253,56	R\$ 482,28
	Pênalti Educ. (R\$ 200)	R\$ 200	R\$ 200
	Total	R\$ 1.721,37	R\$ 3.093,73
Mestrado que atua nos anos finais do EF e EM	Veramento mensal	R\$ 1.215,21	R\$ 2.661,83
	20% regência	R\$ 243,04	R\$ 532,35
	Pênalti Educ. (R\$ 200)	R\$ 200	R\$ 200
	Total	R\$ 1.658,25	R\$ 3.394,18
Doutorado que atua nos anos finais do EF e EM	Veramento mensal	R\$ 1.481,82	R\$ 2.908,29
	20% regência	R\$ 296,36	R\$ 581,65
	Pênalti Educ. (R\$ 200)	R\$ 200	R\$ 200
	Total	R\$ 1.978,18	R\$ 3.690,14

* O governo inclui no gasto despesas com terceirizados, estatutários e tratativa pelo plano, o que a ele não exige. Se não incluísse, o gasto seria este de R\$ 5,8 bilhões (43%).

TABELA SALARIAL BASE

Nível	Como é hoje	A proposta do governo
1	609,46	1.187,00
2	661,14	1.187,00
3	717,19	1.187,00
4	779,01	1.187,00
5	843,99	1.187,00
6	915,56	1.187,00
7	990,20	1.187,00
8	1.077,42	1.187,00
9	1.168,78	1.187,00
10	1.267,81	1.267,81
11	1.376,31	1.376,31
12	1.491,92	1.491,92

COMO É O SALÁRIO DO PROFESSOR HOJE?

Salário-base + R\$ 200 + Regência de classe

Total de professores ativos e aposentados: **63.710**

Pênalti Educ. (para quem trabalha em sala de aula)

Gratificação (até 3º ano): **40%** sobre o plano salarial

Salário Final (3º ano): **25%**

Vê-se que quase todo o espaço da página é ocupado por tabelas e infográficos que esquadriham a “matemática do reajuste” que norteia a proposta do governo e que já foi exaustivamente comentada pelo jornal em edições anteriores. O que se pode extrair dessa

persistente ação do Diário Catarinense de reproduzir várias vezes o mesmo discurso do poder público, ancorado em questões econômico-financeiras e orçamentárias, é um interesse velado do jornal em contribuir para o esgotamento do movimento grevista, a partir do convencimento da opinião pública de que o atendimento às reivindicações dos professores é inviável e que, portanto, a continuidade da greve não trará resultados positivos para a categoria que está em luta, muito menos para os estudantes da rede estadual de ensino.

Percebe-se, nas entrelinhas, um enquadramento do jornal no sentido de adotar “uma ideia central que delimita o campo interpretativo que busca dar sentido a uma questão, definindo posições e buscando destacar elementos relevantes em disputa” (MAIA, 2009, p. 308). Nesse processo de enquadrar, o DC faz o exercício de “selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los salientes em um texto comunicativo, de modo a promover uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral ou recomendação de tratamento para o item descrito” (ENTMAN, 1993, p. 52). Assim, sutilmente, os leitores são induzidos a refletir sobre problemáticas públicas a partir da perspectiva do discurso jornalístico.

Até 6 de junho, uma segunda-feira — exatamente dois meses depois de o STF ter julgado improcedente a ação direta de inconstitucionalidade movida pelos governadores de Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Ceará —, o DC foi insistente na repercussão diária da greve, seguindo o mesmo enquadramento. Nesse dia, o governo apresentou nova proposta aos professores que previa pagamento do piso nacional para todos os 66 mil profissionais do magistério, anistia das faltas da greve de 2008 e redução da regência de classe de 40% para 25% do salário-base para os professores das séries iniciais do ensino fundamental e de 25% para 17% para os das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio. Essa proposta foi transformada em medida provisória: MP nº 189/2011¹⁶.

Na mesma edição, com o artigo “**O futuro da educação**”, Moacir Pereira descreveu a situação dos dois lados do conflito e salientou não apenas o cansaço dos grevistas, mas também o desgaste do governo:

¹⁶ SANTA CATARINA. **Medida Provisória nº 189**, de 20 de junho de 2011. Modifica o valor de vencimento, altera gratificações, absorve e extingue vantagens pecuniárias dos membros do magistério público estadual, ativos e inativos e estabelece outras providências. Florianópolis, 20 de junho de 2011.

Um delicado jogo político começa a ser travado a partir desta segunda-feira. O governo teve um pesado desgaste com a greve. Ficou claro que acabou surpreendido com a força do movimento dos professores e a qualificada atuação da nova diretoria do Sinte. Raimundo Colombo continua enfatizando que deseja a solução e que continuará as negociações. A greve já foi longe demais. Os professores, por seu turno, também tem limites na mobilização. Com o tempo, a paralisação começa a cansar, e os professores, desanimados, podem perder fôlego. Nesse enfrentamento, vale mais a competência das partes em avaliar até onde este cabo de guerra pode esticar. Numa greve como esta a capacidade de resistência é muito difícil de ser medida (PEREIRA, 2011e, p. 3).

Mas os professores continuaram resistindo e, ao completar 24 dias, a greve ainda não tinha previsão para terminar. A diminuição dos percentuais do benefício foi motivo de discórdia entre o governo e os trabalhadores em educação, sendo a proposta rejeitada pelo Sinte durante assembleia da categoria realizada em 9 de junho. “O governo precisa entender que os professores não aceitam perdas de direito, por isso não aceitam a mudança dos valores da regência [...]. Isso ficou bem claro nesta assembleia, que só mostrou que o nosso movimento está mais forte”, enfatizou a sindicalista Alvet Bedin à jornalista Júlia Lorenço (2011h, p. 22). Essa declaração foi inserida na matéria de 10 de junho, intitulada “GREVE NO MAGISTÉRIO **Professores não aceitam proposta**” (figura 14).

A linha de apoio esclarece: “Regência de classe continua o principal empecilho a acordo. Contraposta do Sinte será respondida hoje pelo governo”. E no segundo parágrafo do texto, Júlia Lorenço informa que os professores “não aceitam perder os valores da regência de classe [...] Eles ainda querem que o reajuste dado ao professor com ensino médio, que passou de R\$ 609 para R\$ 1.187 (94%), seja repassado para todos os 12 níveis (médio a doutorado), respeitando a progressão de 8,48% entre eles”.

A jornalista destaca que o Sinte entregou uma contraposta ao governo, que os professores fizeram passeata por ruas do Centro de Florianópolis — como mostra a fotografia que ilustra a matéria — e, mais uma vez, apresenta informações descontraídas sobre o número de participantes da manifestação: cerca de 14 mil pessoas, segundo cálculos do Sinte, e aproximadamente 5 mil pessoas de acordo com estimativa da Polícia Militar.

Figura 14 – Matéria publicada em 10 de junho de 2011

22

DIÁRIO CATARINENSE, SEXTA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2011

Edição Matinal de Livro - (48) 326-2533
 Subedição Várzea Rioirão - (48) 326-2567
 Coordenadora de produção: Nanda Gobbi - (48) 326-2530 geral@diario.com.br

Geral

GREVE DO MAGISTÉRIO

Professores não aceitam proposta

Regência de classe continua o principal empecilho a acordo. Contraproposta do Sinte será respondida hoje pelo governo

JÉLIA ANTUNES LORENÇO

A greve do magistério na rede estadual, que hoje completa 24 dias, continua sem previsão para terminar. As três propostas apresentadas pelo governo foram rejeitadas, por unanimidade, na assembleia estadual que reuniu, ontem, em Florianópolis, cerca de 14 mil pessoas, segundo cálculos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte). A Polícia Militar calculou cerca de 5 mil professores.

Uma contraproposta, aprovada por todos os manifestantes, foi entregue ao governo, que recebe os professores, hoje, para dar uma resposta.

Os professores não aceitam perder os valores da regência da classe, uma gratificação que vale 40% sobre o salário-base para professores do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, e de 29% para docentes do 6º ao 9º ano do fundamental e do ensino médio. Eles ainda querem que o reajuste dado ao professor com ensino médio, que passou de R\$ 609 para R\$ 1.187 (94%), seja repassado para todos os 12 níveis (médio a doutorado), respeitando a progressão de 8,48% entre eles. Não foi calculado o impacto financeiro da proposta.

Para chegar a esse percentual de aumento, a contraproposta sugeriu que o reajuste fosse parcelado em seis vezes até dezembro. O primeiro aumento, de 4,9%, já passaria a valer neste mês, porque faz referência a abril, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou legal a lei nacional o piso (ver quadro). Nesta proposta, entregue ao secretário-adjunto de Educação, Eduardo Deschamps, após a assembleia, eles mantêm os valores da regência de classe.

— O governo precisa entender que os professores não aceitam perdas de direito, por isso não aceitam a mudança dos valores da regência nem da tabela atual. Isso ficou bem claro nesta assembleia, que só mostrou que o nosso movimento está mais forte — ressaltou a coordenadora estadual do Sinte, Alvete Bedin.

Como no último encontro, os professores fizeram uma passeata pelas ruas do Centro, saindo da Passarela Negro Quirido e indo até o Terminal de Integração do Centro (Ticen). Dessa vez, não houve confusão com a PM, que atuou no trânsito.

O impacto da proposta apresentada pelo Sinte foi calculado ainda ontem por técnicos do governo. O resultado será apresentado hoje, em novo encontro na sede da Secretaria de Educação. O secretário-adjunto afirmou que é praticamente impossível chegar à última tabela, mesmo em dezembro deste ano ou no próximo, porque o impacto seria de cerca de R\$ 100 milhões por mês.

Ele também afirmou que é muito difícil manter os índices atuais da regência, porque aumentaria os gastos mensais em cerca de R\$ 37 milhões. O limite do governo era de R\$ 20 milhões, e já chegou a R\$ 22 milhões.

— Já fizemos todos os estudos possíveis, não restou nenhum que mostre que dá para manter a regência — observou o secretário.

jelia.antonis@diario.com.br



Passeata de protesto dos educadores tomou as ruas após a assembleia, na Passarela Negro Quirido, e seguiu até o Terminal de Integração do Centro

Fonte: Lorenço (2011h, p. 22)

Quase toda a matéria aborda a posição dos trabalhadores e suas reivindicações. Somente nos dois últimos parágrafos aparecem os comentários do secretário-adjunto de Educação, Eduardo Deschamps. Segundo Lorenço, “ele afirmou que é muito difícil manter os índices atuais da regência, porque aumentaria os gastos mensais em cerca de R\$ 37 milhões. O limite do governo era de R\$ 20 milhões, e já chegou a R\$ 22 milhões”. O secretário acrescentou: “Já fizemos todos os estudos possíveis, não restou nenhum que mostre que dá para manter a regência” (DESCHAMPS apud LORENÇO, 2011h, p. 22).

Esse discurso jornalístico insinua haver realmente um desgaste do governo, como constatou Moacir Pereira em seu artigo de 6 de junho, notadamente pela falta de novos e interessantes argumentos do poder público que pudessem contemplá-lo com um espaço maior dentro do texto. Talvez a força e a resistência do movimento dos professores tenha mesmo surpreendido os dirigentes políticos a ponto de quase silenciá-los ou, pelo menos, enfraquecer o seu discurso.

Depois de propostas e contrapropostas, manifestações dos professores e repetições do argumento do governo acerca da falta de dinheiro para pagar os reajustes reivindicados pela categoria, o governador Raimundo Colombo apareceu em fotos publicadas pelo DC na página 4 (figura 15) da edição de 15 de junho de 2011, debatendo o assunto com deputados da base aliada e secretários de governo.

Figura 15 – Matéria publicada em 15 de junho de 2011

4

DIÁRIO CATARINENSE, QUARTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 2011

Reportagem Especial



Situação foi exposta no encontro com o colegiado

GREVE DO MAGISTÉRIO

Estado mantém proposta rejeitada por professores

Após dia todo de conversas com base aliada e secretários, governador vai enviar ao Legislativo reajuste dos 66 mil docentes

JÉLIA ARTIMES LORENÇO

O governo decidiu, ontem, encaminhar à Assembleia Legislativa a última proposta apresentada, em 6 de junho, ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) e que foi rejeitada pela categoria.

Nela, todos os 66 mil professores têm reajuste salarial, apesar da redução nos percentuais da regência de classe, que compõe a remuneração dos docentes. Ainda não está definida como a proposta será enviada, se por medida provisória (MP) ou projeto de lei.

Com isso, a MP anterior, que acrescentava o salário de 53% dos professores da rede, será anulada.

Mais uma vez, o governo pediu o retorno imediato às aulas e afirmou que irá descontar os dias parados nesta greve. A pedido do Sinte, um documento oficial com a decisão será encaminhado hoje aos professores, para ser analisado em assembleias regionais.

A decisão de enviar a proposta ao Legislativo foi tomada depois do encontro do governador Raimundo Colombo com deputados da base aliada e de uma reunião com os secretários de Estado, na qual ficaram expostos a situação da greve e os impasseiros financeiros para avançar nas negociações.

O governador justificou que a decisão foi tomada porque o Estado chegou ao limite financeiro de negociação. Com a proposta, o governo afirma que vai gastar R\$ 22 milhões a mais por mês, valor que precisará vir do tesouro do Estado. Para atender à reivindicação do Sinte, que pede a manutenção da tabela salarial atual e reajuste igual de 90% para todos os níveis diferentes, seriam gastos cerca de R\$ 100 milhões a mais por mês, a partir de dezembro deste ano (ver quadro).

— Estamos no nosso limite. Não temos mais como avançar. Mas estamos abertos ao diálogo e, por isso, pedimos que os professores voltem às aulas — ressaltou Colombo.

Regência é um dos pontos de discórdia na negociação

Nesta última proposta, a regência de classe para professores de 11 a 9º ano do ensino fundamental passa de 40% para 23% do salário-base. Os docentes do ensino médio e de 6º a 9º ano do fundamental — que ganhavam 25% — ficam com 17%. Este é um dos pontos sem acordo, pois os educadores não aceitam reduzir os índices de gratificação.

O menor salário-base fica sendo o piso nacional de R\$ 1.187. A menor remuneração, somados os 17% de regência de classe, será de R\$ 1.388,79. Os nove valores serão pagos em julho. Com essa decisão, os professores perderam outras reivindicações, que tinha sido conquistadas nas rodadas de negociações. O governo estava disposto a anular as faltas da greve de 2008, reaver um decreto que impedia a progressão na carreira em caso de falta injustificada, e a revisão da lei dos Admitidos em Carter Temporário (ACTs).

— Essa tinha sido a nossa proposta para que eles voltassem imediatamente às aulas. Eles não voltaram, por uma questão financeira. Agora, o governo também se ateve apenas à questão financeira. Claro que estamos dispostos a conversar e negociar de novo esses pontos — disse o secretário-adjunto da Educação, Eduardo Deschamps.

Deschamps informou que a Procuradoria-geral do Estado (PGE) analisa a possibilidade de pedir que a greve seja considerada ilegal. Procurada pelo DC, a PGE afirmou que só a Secretaria de Educação fala sobre o assunto.

Em comunicado, ontem, o Sinte assegurou que a greve não pode ser considerada legal, pois todos os procedimentos foram seguidos antes da paralisação. Em relação às faltas descontadas, a posição é de que, se não houver acordo, o calendário escolar poderá ficar prejudicado.

O que o Sinte perdeu

- Revoga do Decreto 3.593/2010, que trata da progressão funcional. Com esse decreto, os professores que tinham faltas justificadas não podiam mais progressar na carreira.
- Revoga de lei dos ACTs.
- Anula das faltas da greve de 2008.

“

EDUARDO DESCHAMPS
Secretário-adjunto da Educação

As próximas assembleias precisam ser feitas com mais seriedade e bom senso. O governo não está freando as portas.

RAIMUNDO COLOMBO
Governador do Estado

Não demos início às negociações de negociação com o Sinte e estamos cumprindo a lei do piso, mas o que eles querem o governo não tem condições de pagar.

para arthur@diariocatarinense.com.br

A matéria, assinada por Júlia Lorenço, traz como título: “GREVE DO MAGISTÉRIO **Estado mantém proposta rejeitada por professores**”, seguido da linha de apoio: “Após dia todo de conversas com base aliada e secretários, governador vai enviar ao Legislativo reajuste dos 66 mil docentes”, estabelecido em nova medida provisória (a MP nº 189/2011). Segundo noticiou Lorenço, o governo estava disposto a anistiar as faltas da greve de 2008 e rever um decreto que impedia a progressão na carreira em caso de falta injustificada e a lei dos ACTs. “Essa tinha sido a nossa proposta para que eles voltassem imediatamente às aulas. Eles não voltaram por uma questão financeira. Agora, o governo também se ateve apenas à questão financeira”, declarou o secretário Eduardo Deschamps à jornalista.

A novidade do texto é a informação de Deschamps de que a Procuradoria Geral do Estado (PGE) “analisa a possibilidade de pedir que a greve seja considerada ilegal”, mas ela não é posicionada em destaque — talvez por soar como uma medida antipática para a opinião pública —; muito pelo contrário, é colocada no final da matéria, junto de um fragmento de comunicado do Sinte, assegurando que “a greve não pode ser considerada ilegal, pois todos os procedimentos foram seguidos antes da parada. Em relação às faltas descontadas, a posição é de que, se não houver abono, o calendário escolar poderá ser prejudicado” (LORENÇO, 2011i, p. 4).

Chamam a atenção três notas colocadas na parte inferior direita da página. A primeira mostra “O que o Sinte perdeu” ao rejeitar a proposta de 6 de junho: revisão do Decreto 3.593/2010, que trata do progresso funcional — com esse decreto, os professores que tinham faltas injustificadas não podiam mais progredir na carreira —; revisão da lei dos ACTs; anistia das faltas da greve de 2008. As outras duas se referem à transcrição das falas de Eduardo Deschamps — “As próximas análises precisam ser feitas com mais serenidade e bom senso. O governo não está fechando as portas” — e de Raimundo Colombo — “Nós demos todas as condições de negociação com o Sinte e estamos cumprindo a lei do piso, mas o que eles querem o governo não tem condições de dar”.

Em nenhum momento se abriu espaço para uma citação direta de professores ou de representantes do sindicato. No palco desse discurso jornalístico, o protagonista é o governador e os personagens coadjuvantes são os deputados estaduais e os secretários de governo. Resta saber qual o papel reservado para os professores: antagonistas que se recusam a negociar ou adversários de uma política de governo que propõe achatar salários? Supõe-se, pela dinâmica da greve, que eles se identifiquem mais como categoria que luta por seus direitos.

5.5 Um mês de paralisação e desentendimento

“GREVE NO MAGISTÉRIO **Negociações seguem sem resultados até agora**”. É o que afirma o título da matéria que ocupa as páginas 32 e 33 da edição de 19 de junho do Diário Catarinense (figura 16). Fica evidente que nenhum novo fato interessante foi registrado no percurso da paralisação, que completou um mês. O jornal apela para uma retrospectiva do movimento grevista, repetindo as propostas e contrapropostas das duas partes em conflito num jogo de tabuleiro de pular casas que divide o espaço das páginas com duas entrevistas pingue-pongue: uma com Alvet Bedin e outra com Eduardo Deschamps — recurso já utilizado em reportagens anteriores para garantir continuidade à cobertura jornalística diária da greve.

Figura 16 – Matéria publicada em 19 de junho de 2011



Fonte: Lorenço (2011j, p. 32-33)

Evidenciando-se nessa matéria o que Michel Pêcheux (1999) chama de interdiscurso, que significa os saberes constituídos na memória discursiva, um conjunto de já-ditos que sustenta todo dizer. Isso se confirma no pequeno texto que abre a matéria, no qual Júlia Lorenço

retoma informações publicadas pelo jornal na semana anterior, tentando dar a elas uma nova roupagem:

A semana *começa* sem perspectivas para o fim da greve do magistério, que completou um mês neste sábado. Sem data definida, apenas uma assembleia estadual dos professores *pode votar* pelo retorno às aulas. Na última semana, as assembleias regionais deram um indicativo forte de que a paralisação continua. Diante disso, o governo endureceu e descontou os dias parados dos grevistas. A medida atinge cerca de 17 mil docentes. O corte também atingiu pontos avançados na negociação — como o abono das faltas descontadas da greve de 2008, quando os professores ficaram 14 dias parados, e a revisão do decreto que impede a progressão funcional na carreira em caso de falta injustificada (LORENÇO, 2011j, p. 32-33, sem grifos no original).

A aparência de atualidade é dada nas duas primeiras frases pelo uso de verbos no tempo presente (*começa/pode votar*) e na continuidade do texto, fazendo crer que todas as informações são daquele dia:

Há estudos também para pedir a ilegalidade do movimento. Para o governo, as negociações estão encerradas até a greve terminar e, *nesta segunda-feira, deve encaminhar à Assembleia Legislativa o projeto de lei complementar¹⁷ que define os novos salários dos docentes*. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) promete estudar maneiras para conseguir a reabertura do diálogo (LORENÇO, 2011j, p. 33, sem grifos no original).

Na linguagem jornalística, esse recurso de publicar matéria velha com roupagem de nova é chamado de “esquentar matéria” ou “requentar matéria”. Foi o que fez o DC, que procurou dar a informações velhas o mesmo tratamento de uma grande novidade, acrescentando a elas um ou outro dado novo. Nesse caso, o que aparenta ser mais novo é o fato de que “*nesta segunda-feira*”, o governo “*deve encaminhar à Assembleia Legislativa o projeto de lei complementar que define os novos salários dos docentes*”.

Outra forma de “esquentar a matéria” é colocar declarações dos entrevistados no presente imediato, como fez a autora do texto ao usar citação indireta de falas de Eduardo Deschamps e de Alvet Bedin: “O secretário adjunto observa que falta sintonia entre a postura do sindicato na mesa de negociações, que demonstra reconhecer avanços, e as decisões das assembleias. Alvetete rebate, dizendo que houve progressos, mas não na questão financeira” (LORENÇO, 2011j, p. 33). Na parte da entrevista pingue-pongue, Deschamps diz que “a grande preocupação é normalizar as atividades e evitar prejuízo aos alunos”. Mas quem leu as

¹⁷ O projeto de lei complementar é um recurso diferente da medida provisória. Segundo a deputada Ângela Albino (apud SANTOS, V., 2011a), “o governo deve enviar ao Legislativo [...] um projeto de lei complementar, incorporando as propostas do Executivo” contidas na medida MP nº 189/2011.

matérias sobre a greve no DC nos dias anteriores sabe que nada disso foge ao já-dito — indício de falta de acontecimentos novos.

Interessante nessa matéria é a afirmação de Bedin (apud LORENÇO, 2011j, p. 32) de que “a base acredita na gente para negociar [...] Eles [os professores] não acreditam no governo”, que pode ser interpretada como uma resposta ao artigo “**Momento de cautela**”, escrito por Roberto Azevedo e publicado dois dias antes (17 de junho) na página 8 do DC, na coluna Informe político. O autor relata que o governador Raimundo Colombo foi abordado em Lages, na abertura da Festa do Pinhão (na noite de 16 de junho), por um grupo de cerca de 40 professores em greve, conversou com eles “e reiterou que o Centro Administrativo chegou ao máximo. Acabou aplaudido em público pelos grevistas. Foram posições antagônicas das verificadas na manhã do mesmo dia, o que pode apontar para um racha no movimento. A direção para um lado, a base para outro” (AZEVEDO, 2011b, p. 8).

Cabe lembrar que Colombo nasceu no município de Lages, sua principal base eleitoral no estado. Era produtor rural antes de entrar para a vida política e, com apoio do eleitorado da região serrana, da qual a cidade faz parte, foi eleito deputado estadual em 1986 pelo Partido da Frente Liberal (PFL). Dois anos depois alcançou o cargo de prefeito de sua cidade natal, onde foi reeleito por mais dois mandatos, em 2000 e 2004. Também foi eleito ao cargo de deputado federal em 1998, ainda pelo PFL. Em 2006, Raimundo Colombo conseguiu uma vaga no senado e, no ano seguinte, trocou de partido — foi para o Democratas (DEM) — e em 2010 assumiu o posto de governador do estado de Santa Catarina. Em seu primeiro ano como governador, deixou o DEM para ingressar no Partido Social Democrático (PSD), que ajudou a fundar. Foi reeleito governador em 2014 pelo PSD na coligação Santa Catarina em Primeiro Lugar¹⁸ (MOVIMENTO FICHA LIMPA, 2016).

Quanto à questão da ilegalidade, Deschamps falou, na entrevista ao DC inserida na matéria: “O nosso entendimento é de que, muito mais do que ilegal, ela é uma greve desnecessária” (DESCHAMPS apud LORENÇO, 2011j, p. 33). E Bedin novamente alegou: “Fizemos todos os processos para ela ser legal. Logo depois da assembleia estadual, em 11 de maio, fizemos um documento e encaminhamos para o governo, antes de deflagrar a greve. Ele não tem motivo para declarar a greve ilegal” (BEDIN apud LORENÇO, 2011j, p. 32).

¹⁸ Doze partidos integraram essa coligação: PSD, DEM, Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Cristão (PSC), Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Partido da República (PR), Partido Republicano da Ordem Social (PROS), Partido Verde (PV), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Democrático Trabalhista (PDT).

“Para Colombo, neste momento, medidas mais duras são necessárias”, enfatizou Júlia Lorenço em matéria publicada na página 26 da edição de 21 de junho (figura 17), tratando do mesmo assunto, com o título “35 DIAS DE GREVE **Governo deve pedir ilegalidade**”. A mensagem da linha de apoio soa como uma ameaça: “Raimundo Colombo diz que vai recorrer à Justiça e poderá substituir os professores que aderiram à paralisação estadual”.

Figura 17 – Matéria publicada em 21 de junho de 2011

26 Geral

DIÁRIO CATARINENSE, TERÇA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 2011

35 DIAS DE GREVE

Governo deve pedir ilegalidade

Raimundo Colombo diz que vai recorrer à Justiça e poderá substituir os professores que aderiram à paralisação estadual

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O governo estadual irá pedir na Justiça a ilegalidade da greve dos professores, que completa hoje 35 dias, e poderá substituir os professores que aderiram à paralisação. As afirmações foram feitas pelo governador Raimundo Colombo em uma entrevista oficial, divulgada pela Secretaria de Comunicação Social, onde ele também confirmou o desconto dos dias parados.

Não foi dito quando o pedido de ilegalidade será encaminhado à Justiça. De acordo com a Procuradoria Geral do Estado, o assunto está na pauta, mas sem data definida. Para Colombo, neste momento, medidas mais duras são necessárias.

– Sinceramente, eu não gostaria, porque quero o diálogo. Parece que você está tomando atitude dura contra as pessoas. Mas é para respeitar e apoiar as crianças e as famílias. De forma nenhuma isso deve impedir o diálogo para o futuro – ressaltou.

Ele voltou a pedir a volta às aulas, para o calendário de 200 dias letivos ser normalizado.

Colombo observou que o Estado está cumprindo a lei do piso nacional do magistério e que não teria recursos financeiros para atender as reivindicações dos docentes.

– Se aplicássemos o piso até o teto teríamos um impacto de R\$ 100 milhões por mês. A nossa capacidade é de R\$ 22 milhões (a mais por mês).

O secretário-adjunto de Educação, Eduardo Deschamps, viaja hoje a Brasília, onde terá uma reunião com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, e o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), para discutir a questão do piso nacional do magistério e do plano de carreira dos docentes.

Os professores parados terão desconto, entre 19 de maio e 10 de junho. Caso haja reposição das aulas, receberão de volta o dinheiro.

A diretora de recursos humanos da Secretaria da Educação, Elizete Melo, disse que não dá para saber o valor do abatimento.

– Depende de quantos dias o professor está parado, dos trênis e da progressão funcional – explicou.

Projeto ainda não chegou na Assembleia

O projeto de lei complementar que prevê reajuste para os 66 mil professores, ainda não chegou à Assembleia Legislativa, segundo informações da assessoria da AL.

Ele anula a medida provisória, que paga o piso de R\$ 1.187 para os 35 mil docentes que ainda não recebiam isso no salário-base – 53% do total.

A ideia é que o salários referentes a junho sejam pagos com os valores propostos pelo projeto de lei.

Apesar de dar aumento salarial para todos os docentes, ele mexe na tabela salarial dos professores e diminui os percentuais da regência de classe, que compõe a remuneração.

Um grupo de 50 professores da região de Itajaí ficará acampado amanhã, na Praça Tancredo Neves, em frente à Assembleia Legislativa, no Centro de Florianópolis. Eles pedem para que os deputados não aprovem o projeto de lei complementar porque ele não atende as reivindicações deles.

– Esse projeto é contra o nosso plano de carreira – observou o coordenador do comando de greve em Itajaí, Genésio Adolpho.

Os professores ficarão em oito barracas e não sabem ainda como irão fazer as refeições e nem onde irão tomar banho.

– Esperamos contar com a ajuda e apoio dos nossos colegas de Florianópolis – falou Genésio.

O professor de Navegantes Encinas Eduardo este protesto representa uma última tentativa de sensibilizar o governo:

– É como se fosse o nosso último grato. Já fizemos inúmeras e não tivemos retorno.

Ontem, professores de Florianópolis fizeram a “Caminhada das Luzes”, no Bairro da Agnômica. Eles saíram da escola Padre Anchieta e caminharam em direção à Casa do Governador.



Grupo de 50 professores de Itajaí se instalou em barracas em frente à Assembleia Legislativa em protesto

Fonte: Lorenço (2011k, p. 26)

A matéria insere a seguinte declaração de Raimundo Colombo acerca do pedido de ilegalidade: “Sinceramente, eu não gostaria, porque quero o diálogo. Parece que você está tomando atitude dura contra as pessoas. Mas é para respeitar e apoiar as crianças e as famílias. De forma nenhuma isso deve impedir o diálogo para o futuro” (COLOMBO apud LORENÇO, 2011k, p. 26).

Nesse trecho da entrevista, o governador apela ao recurso retórico do prejuízo aos estudantes e às famílias deles — já repetidos à exaustão desde o início da greve, como na

entrevista com o secretário Eduardo Deschamps, publicada dois dias antes —, assim como faria depois o jornal a Folha de São Paulo no editorial “**Deseducação pela greve**”, veiculado em 26 de março de 2015, ao abordar a greve dos professores no estado de São Paulo. Num discurso totalmente afastado da pretensa neutralidade jornalística, a Folha tomou seu partido, tecendo duras críticas ao sindicato da categoria e colocando-se em defesa do governo estadual.

No caso da greve em Santa Catarina, nota-se que, em vários momentos, o Diário Catarinense agiu de forma semelhante quando, em matérias jornalísticas, em colunas e editoriais, recorreu aos argumentos do transtorno enfrentado pelos pais e mães de alunos que trabalham e não têm com quem deixar os filhos e da preocupação deles com o comprometimento da aprendizagem das crianças e adolescentes. Da mesma forma, insinuou supostos rachas entre os professores que tenderiam a enfraquecer o comando do Sinte e desestabilizar o movimento grevista, a exemplo do artigo de Roberto Azevedo publicado em 17 de junho. Mas o que se vê e o que se lê na página 26 é uma demonstração do contrário.

A imagem que acompanha o texto de Júlia Lorenço expressa a resistência dos trabalhadores em educação. Diz a legenda: “Grupo de 50 professores de Itajaí se instalou em barracas em frente à Assembleia Legislativa em protesto” e dá a deixa para a frase “**Professores acampados na Capital**”, posicionada ao lado da foto, que dá título ao texto no qual a ênfase recai sobre o fato de um grupo de 50 professores da região de Itajaí — que inclui o Balneário Piçarras, nome do município que aparece na faixa sobre as barracas — estarem acampados numa praça no centro de Florianópolis. “Eles pedem para que os deputados não aprovem o projeto de lei complementar, porque ele não atende as reivindicações deles”, destaca o texto, dando voz ao coordenador do comando de greve em Itajaí, Genésio Adolfo: “Esse projeto é contra o nosso plano de carreira”, e ao professor de Navegantes, Eneias Eduardo: “É como se fosse o nosso último grito” (DC, 2011k, p. 26).

Embora seja truísmo dizer que as informações publicadas em jornal impresso são sempre as do dia anterior, cabe lembrar que os dados inseridos nesses textos já faziam parte do passado. Tanto é que, na tarde de 21 de junho, enquanto o DC levava aos leitores do jornal impresso a repercussão dos acontecimentos do dia anterior, informando que “não foi dito quando o pedido de ilegalidade será encaminhado à Justiça. De acordo com a Procuradoria Geral do Estado, o assunto está na pauta, mas sem data definida” (LORENÇO, 2011, p. 26), o blogue de Moacir Pereira, conectado ao Grupo RBS (do qual o jornal faz parte), noticiava: “**Protocolado pedido de ilegalidade da greve**”:

O Procurador Geral do Estado, Nelson Serpa, protocolou há meia hora no Tribunal de Justiça pedido do governo para que seja declarada ilegal a greve dos professores da rede estadual de ensino. Segundo a assessoria do Procurador, basicamente, o requerimento baseia-se no argumento de que o pleito maior dos professores teria sido atendido, ou seja, está pagando o piso salarial (PEREIRA, 2011f).

Na tarde do mesmo dia, a Agência de Comunicação da Assembleia Legislativa (Agência AL) se antecipou ao jornal impresso e postou em sua página na internet: **“MP 189 que reajusta salário do magistério inicia tramitação na Assembleia”**. O texto, assinado por Vitor Santos, afirma:

A Medida Provisória nº 189, que modifica os vencimentos, altera gratificações, absorve e extingue vantagens dos professores da rede estadual de ensino, foi lida no expediente da sessão desta terça-feira (21), iniciando sua tramitação no Legislativo. O conteúdo da MP nº 189 é basicamente o mesmo da proposta do Executivo encaminhada ao Sinte (Sindicado dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina) em 15 de junho. De acordo com a tabela contida na MP 189, o vencimento mínimo de um professor com 40 horas será de R\$ 1.187,00, enquanto o piso básico de um professor doutor, em fim de carreira, será de R\$ 2.137,00. A MP também [...] reduziu a regência de classe de 40% para 25% aos professores das séries iniciais do ensino fundamental, e de 25% para 17% aos professores das séries finais (SANTOS, V., 2011b).

E na tarde do dia seguinte (22 de junho), segundo a Agência AL (2011), os líderes das bancadas com representação na Assembleia Legislativa “fizeram novos esforços para a reabertura do diálogo entre governo do estado e professores estaduais em greve”. Os parlamentares solicitaram ao governador Raimundo Colombo “um gesto que manifestasse a disposição do Executivo de reabrir as negociações e sugeriram a retirada do pedido de ilegalidade do movimento grevista, protocolado na terça-feira (21) no Tribunal de Justiça. Por telefone, Colombo consentiu com a proposta e autorizou a retirada” (AGÊNCIA AL, 2011).

No mesmo dia, em seu blogue, Moacir Pereira (2011g) repercutiu o assunto na nota **“Colombo retira pedido de ilegalidade de greve”**:

O governador Raimundo Colombo determinou ao Procurador Geral do Estado, Nelson Serpa, que retirasse do Tribunal de Justiça a ação que pede a decretação da ilegalidade da greve dos professores. Atendeu apelo dos líderes partidários na Assembleia, legada agora há pouco na Casa da Agrônômica pelo presidente Gelson Merísio. Os líderes já foram avisados da decisão. Excelente decisão política, que reabre as negociações entre o governo e os professores.

A velocidade da internet, associada à rapidez com que a Agência AL divulgou notícias “quentes” (de última hora), atropelou o jornal impresso e permitiu, no final da tarde de 27 de junho, o acesso quase imediato à informação de que o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merísio (PSD), da base aliada ao governo,

anunciou hoje, depois da reunião de líderes das bancadas, que as medidas provisórias 188 e 189 serão rejeitadas pela Casa. As medidas são resultado da negociação do governo com o magistério e alteram o salário dos professores. O governo encaminhará agora uma proposta de lei complementar e vai retomar a negociação com a categoria para alcançar o fim da greve (VIEIRA, 2011).

E Moacir Pereira (2011h) também usou a rede mundial de computadores para antecipar o que seria comentado nas páginas de jornais impressos nos dias seguintes, explorando outra faceta da notícia. O cronista deu destaque ao que o presidente da Assembleia Legislativa confirmou em reunião com os dirigentes do Sinte: “se houver acordo entre o governo e os professores e volta às aulas, no dia seguinte a Secretaria da Fazenda roda uma folha suplementar para pagar os descontos já feitos nos salários dos professores grevistas”. Ressaltou, na mesma nota, que “as duas medidas provisórias [...] serão rejeitadas pela Assembleia. O governo remeterá Projeto de Lei Complementar com níveis salariais a serem negociados com os professores” (PEREIRA, 2011h).

Somente em 6 de julho, o que havia sido lançado para o futuro nessas notas de Diego Vieira, da Agência AL, e de Moacir Pereira foi colocado no passado pelo Diário Catarinense, quando, no final de matéria publicada na edição desse dia, a jornalista Júlia Lorenço escreveu: “Ontem [5 de julho], deputados votaram a inadmissibilidade da segunda MP [nº 189]. De acordo com o deputado Elizeu Mattos (PMDB), está sendo aguardado o envio do projeto de lei complementar, com a nova mudança para ser votado na próxima semana” (LORENÇO, 2011, p. 22).

Com o título “**DIA D DO MAGISTÉRIO Assembleia estadual vai decidir o rumo da greve**”, a matéria (figura 18) é ilustrada com imagem que mostra o encontro de professores, realizado no dia anterior em Florianópolis, e traz a legenda “Vaias e protestos marcaram a reunião dos professores das regiões de Florianópolis e São José, ontem, que questionam as negociações do Sinte”. E, na linha de apoio, a transição dos discursos repetidos para um fato novo: “Maioria das regionais votou pelo fim do movimento, mas o resultado pode mudar hoje na Capital”.

Júlia Lorenço (2011, p. 22) começa o texto, assinalando que “acabar com a greve dos professores, que completou hoje 50 dias, foi a decisão de 17 assembleias regionais, de 30, realizadas ontem e segunda-feira. Outras 11 decidiram pela continuidade da paralisação do magistério”. Segundo a jornalista, “apesar de o resultado apontar pelo fim do movimento, que começou em 18 de maio, a palavra final será dada, hoje, na assembleia estadual, marcada para as 14h, na Passarela Nêgo Quirido, em Florianópolis”.

Figura 18 – Matéria publicada em 6 de julho de 2011

22 Geral

DIÁRIO CATARINENSE, QUARTA-FEIRA, 6 DE JULHO DE 2011

Edição: Marjão de Lima - (48) 326-5533
Subedição: Valéria Westin - (48) 326-3567
Coordenadora de produção: Nanda Colini - (48) 326-5535 geral@diario.com.br



Três regionais voltarão de qualquer jeito

Três regionais garantiram que vão voltar às aulas esta semana, seja qual for o resultado da assembleia estadual. É o caso da regional de Navegantes, que decidiu pelo fim da greve a partir de amanhã. A regional tem 54 escolas em 13 municípios.

A regional de Maravilha também votou pelo fim da paralisação. Com 28 escolas em 12 municípios, dos 800 professores, 50% continuam parados, mas todos devem voltar à atividade a partir de sexta-feira. Ontem, os poucos professores que compareceram à votação regional de Videira decidiram pela continuidade da greve, segundo o Sinte. A regional tem 23 escolas em sete municípios, com um total de 810 professores. Até ontem, 100% dos profissionais continuavam parados, mas a partir de amanhã, a promessa é de que 20 escolas voltem às atividades normais, e o percentual de grevistas deve cair para 10% do total.

DIA D NO MAGISTÉRIO

Assembleia estadual vai decidir o rumo da greve

Majoria das regionais votou pelo fim do movimento, mas o resultado pode mudar hoje na Capital

JÚLIA ANTONES LORENÇO

Acabar com a greve dos professores, que completou hoje 50 dias, foi a decisão de 17 assembleias regionais, de 30, realizadas ontem e segunda-feira. Outras 11 decidiram pela continuidade da paralisação do magistério.

Apesar de o resultado apontar pelo fim do movimento, que começou em 18 de maio, a palavra final será dada, hoje, na assembleia estadual, marcada para as 14h, na Passarela Nêgo Quirido, em Florianópolis.

A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Abete Bedin, explicou que as assembleias regionais são realizadas para ser um indicativo de cada região. De acordo com ela, as decisões tomadas não podem ser ignoradas pelo encontro estadual.

— Apesar de ser a última instância de votação, ela precisará levar em conta o que ficou decidido pelas regionais — observou Abete.

Desde 11 de maio, foram feitas duas assembleias estaduais, em Florianópolis, escolhida por ser a Capital, onde fica a sede do governo e por ter mais viabilidade. Professores de outras cidades estão organizando caravanas para participar.

Pelo placar das regionais, a maioria das assembleias, feitas nas regiões Oeste, Meio-Oeste e Planalto, votou pelo fim da greve. Em Brusque, Blumenau e Itapouranga, os professores também decidiram voltar às aulas.

Entre as regionais que decidiram pela continuidade do movimento estão Florianópolis, São José, Joinville, Criciúma, Itajaí, Laguna e Araranguá.

— Os 500 professores na regional de Araranguá foram unânimes pela continuidade da greve — disse o coordenador regional do Sinte Araranguá, Luiz Fernando Martins.

Em outras duas assembleias regionais, feitas em Caçador e Jaraguá do Sul, os docentes preferiram não decidir por nenhum encaminhamento. Eles vão aguardar o que a maioria decide no encontro estadual.

Ânimos exaltados na assembleia em São José

Vaias marcaram a assembleia regional dos professores da Capital e de São José. Os docentes questionaram a negociação feita pelos representantes do Sinte e alguns pediram para a direção ser mudada. Antes da votação o advogado José Sérgio Cristóvam esclareceu dúvidas jurídicas, em relação à lei nacional do piso. De acordo com ele, a legislação garante o pagamento do piso na carreira, mas não diz em qual carreira. Também deixou claro que valores de régua de classe não são direito adquirido e, por isso, eles podem ser mudados.

A coordenadora do Sinte, quando pediu para falar, foi vaiada. Ela tentou explicar aos professores que com as duas medidas provisórias encaminhadas pelo governo à Assembleia Legislativa, a carreira do magistério já foi alterada e, por isso, não será mais possível conseguir o pagamento dos salários, que o movimento reivindicava no início.

Ontem, deputados votaram a inadmissibilidade da segunda MP, que trazia a proposta de 6 de junho. De acordo com o deputado Elicir Mattos, está sendo aguardado o envio do projeto de lei complementar, com a nova mudança para ser votado na próxima semana.

A decisão das regionais

FIM DA GREVE 17

- Brusque
- Xaxembé
- Canoas
- Itapouranga
- Maravilha
- Curitibanos
- São Lourenço d'Oeste
- Campos Novos
- São Joaquim
- Palmira
- Blumenau
- Rio do Sul
- Lages
- João de Deus
- Concordia
- Chapecó
- São Miguel d'Oeste

CONTINUIDADE 11

- Florianópolis
- Tubarão
- Criciúma
- Joinville
- Mafra
- Blumenau
- São José
- Videira
- Itajaí
- Araranguá
- Laguna

SEM DECISÃO 2

- Caçador
- Jaraguá do Sul

Júlia Antonis Lorenço

Fonte: Lorenço (2011, p. 26)

O movimento deu uma reviravolta, com as regionais do sindicato nas regiões Oeste, Meio Oeste e Planalto catarinense votando pelo fim da greve e com os professores dos municípios de Brusque, Blumenau e Ituporanga decidindo voltar às aulas. Entre as regionais que decidiram pela continuidade do movimento, segundo Júlia Lorenço, estavam Florianópolis, São José, Joinville, Criciúma, Itajaí, Laguna e Araranguá. Nas assembleias realizadas em Caçador e Jaraguá do Sul, os participantes resolveram aguardar a decisão do encontro estadual. A decisão das regionais, com a lista dos municípios correspondentes, foi posicionada numa coluna ao lado do texto.

O intertítulo “**Ânimos exaltados na assembleia em São José**” conota um clima ardente na reunião dos professores dessas duas regiões, mas a fotografia que ilustra a matéria, ao contrário, revela uma atmosfera de completo desânimo do público e, num texto inosso, a redatora se limita a dizer, sobre a suposta exaltação de ânimos, que a coordenadora do Sinte, Alvet Bedin, foi vaiada ao pedir a palavra.

5.6 Movimento enfraquece com divergências entre professores

Na assembleia estadual promovida em 6 de julho, os professores deliberaram pela continuidade da greve, mas, mesmo assim, o governo acreditava na volta deles às salas de aula. Foi o que noticiou o DC na página 24 da edição de 8 de julho, com a matéria “**MAGISTÉRIO PARADO. Governo prepara reposição**” (figura 19), para a qual foi elaborada a seguinte linha de apoio: “Estado aposta no esvaziamento do movimento e projeta volta de 80% às aulas. Reunião discute recuperação dos dias parados”.

Figura 19 – Matéria publicada em 8 de julho de 2011

MAGISTÉRIO PARADO
Governo prepara reposição

Estado aposta no esvaziamento do movimento e projeta volta de 80% às aulas. Reunião discute recuperação dos dias parados

JÚLIA ANTONES LORENÇO

Mesmo sem a greve acabar, o governo aposta na volta dos professores às salas de aula e discute, hoje, a reposição dos dias parados, numa reunião em Lages, com a participação do governador Raimundo Colombo, gerentes de Educação, diretores de escolas e técnicos da Secretaria da Educação (SED).

O governo afirma que haverá enfraquecimento do movimento, já que a maioria – 17 de 30 – das assembleias regionais votou pelo fim da paralisação, sendo contrariada, quarta-feira, pela assembleia estadual, que optou pela continuidade. Ontem, o governo afirmou que 80% dos professores retornaram ao trabalho.

– Muitas escolas estão com as atividades normais e, onde faltar professores, vamos contratar ATEB (Admitidos em Caráter Temporário) para manter o ano letivo e conseguir cumprir nossa meta – afirma o diretor.

A diretoria de recursos humanos da SED, Eliete Melis, garante que o Estado é amparado pelo artigo 37 da Constituição Federal, que permite contratação de funcionários em caráter excepcional. Sobre a falta de professores da área de ciências exatas, como matemática e química, ela disse que poderá abrir uma chamada pública se necessário.

Segundo o secretário da Educação, Marco Tebaldi, que também vai à reunião, se os professores voltarem até a próxima segunda-feira, é possível organizar aulas até 16 de dezembro. Semak, não está descartado que as aulas comecem até o próximo ano.

Não deve haver aulas aos sábados, porque isso não teria dado certo em experiências anteriores.

Dados do sindicato sé na próxima semana

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) disse não ter os números da adesão à greve. Na segunda-feira, assembleias regionais farão este levantamento. Com os dados, o comando de greve reúne-se na terça-feira, para organizar futuras atividades. Mesmo com a disposição do governo de não negociar mais, o Sinte encaminhou ontem um ofício ao governador pedindo nova audiência.

Sobre o retorno de professores à sala de aula, a coordenadora do Sinte, Alvet Bedin, afirmou que a decisão da assembleia estadual de continuar a greve foi encaminhada às regionais.

– Fazemos um apelo para que a categoria permaneça unida – ressaltou Alvet, que explicou que cada professor tem autonomia para voltar às atividades quando quiser.

juia.anton@jornal.com.br

Fonte: Lorenço (2011m, p. 24)

Na matéria, a jornalista Júlia Lorenço (2011m, p. 24) destaca que “o governo afirma que haverá enfraquecimento do movimento, já que a maioria — 17 de 30 — das assembleias regionais votou pelo fim da paralisação, sendo contrariada, quarta-feira, pela assembleia estadual, que optou pela continuidade”. Pelos cálculos do governo, 80% dos professores já haviam retornado ao trabalho. “Muitas escolas estão com as atividades normais e, onde faltar professor, vamos contratar ACTs [...] para manter o ano letivo e conseguir cumprir nossa meta”, ressaltou Raimundo Colombo (apud LORENÇO, 2011m, p. 4).

A posição do Sinte foi colocada ao final do texto, com as informações de que ele não tinha os números de adesão à greve e que, mesmo com a disposição do governo de não negociar mais, o sindicato encaminhou ofício ao governador pedindo nova audiência. A matéria termina com a fala de Alvet Bedin: “Fazemos um apelo para que a categoria permaneça unida” e a explicação da sindicalista de que “cada professor tem autonomia para voltar às atividades quando quiser” (BEDIN apud LORENÇO, 2011, p. 4).

Na cidade de Chapecó, um encontro de professores que resolveram acatar a decisão da assembleia estadual motivou a publicação de outro texto, bem menor, na mesma página, com o título “**Divisão e dúvidas no Oeste**”, assinado por Sirli Freitas (2011, p. 24), que enfatiza: “O cansaço dos mais de 50 dias de greve está abalando até o entendimento entre professores. Alguns foram intimidados por decidirem falar à imprensa sem a presença do comando de greve, o que gerou atrito”.

Logo abaixo, mais um pequeno texto assinala que “**Joaçaba suspende a greve**” e mais dois, posicionados no lado esquerdo da página, em poucas linhas, abordam a chegada à Assembleia Legislativa do projeto de lei complementar elaborado pelo Executivo e a determinação da Justiça para o estado rodar uma folha de pagamento suplementar, repondo os descontos pelos dias parados dos grevistas e pagar os professores até 11 de julho (DC, 2011, p. 24).

Fica evidente que o recuo de parte dos professores desestabilizou o movimento grevista e, em certa medida, colocou em descrédito, ou pelo menos em dúvida, a habilidade da direção do sindicato em negociar. Sobre isso, Moacir Pereira, em sua coluna na página 5 da mesma edição do jornal — em texto com o título “**O futuro da educação**”, já usado por ele em artigo publicado em 6 de junho —, asseverou que “os professores foram embretados” e fez uma análise crítica da situação, empregando um vocabulário sugestivo:

Numa *batalha* tão dura quanto esta da greve dos professores é preciso agir com sabedoria para saber a hora de *avançar* e de *recuar*. A história e a literatura são fartas em relatos de grandes *confrontos* em que o grupo derrotado na primeira batalha recua para *manter a tropa unida* e, com fermento das idéias e das novas condições *avança com mais firmeza sobre o adversário*. Até vencer a guerra. Os educadores catarinenses fizeram estas e outras avaliações? Projetaram cenários? Ou foram conduzidos pela retórica fácil dos discursos que inflamam a massa, mas não conquistam os corações das bases? Ou, quem sabe, os líderes desta questionável decisão estão seguros de seu poder de fogo e das condições para atingir seus objetivos? O horizonte que prevalece neste fim de semana é de fortalecimento da posição do governo. O jogo começa a virar a seu favor [...] No Centro Administrativo, agora com o projeto na Assembleia, as portas estão fechadas para o sindicato (PEREIRA, 2011i, p. 5, sem grifos no original).

E o movimento de greve dos professores, até esse dia, pode ser interpretado, sim, como uma série de batalhas e confrontos entre professores e governantes, uma luta de interesses antagônicos que mediram forças e cuja resistência foi testada a todo o momento. De um lado, um governo que dizia ter esgotado suas possibilidades de propostas para um acordo, desistiu do diálogo e fechou as portas para negociação. De outro, trabalhadores em educação desiludidos, “**Cansados e ameaçados**”, como descreve esse título de texto publicado na página 6 da edição de 12 de julho do Diário Catarinense, que destaca a fala de professores: “É uma sensação de revolta, frustração e desencanto. É como se pegassem o seu diploma e rasgassem. Estamos em um país que fala em qualidade de educação, mas só na teoria”, lamentou um professor do município de Biguaçu. “Hoje eu digo que tenho mais vergonha de ser professora do que se eu fosse uma prostituta. E voltei às aulas porque fomos ameaçados de ser substituídos por ACTs”, disparou uma professora da mesma cidade (DC, 2011m, p. 6).

Outro dilema de uma parcela dos professores nessa etapa do movimento foi a indecisão quanto a voltar para a sala de aula ou continuar em greve, como acentuou o DC na matéria “**A volta às aulas em Chapecó**” (figura 20). “Não temos respostas para nada, no entanto, não podemos recuar agora. Os professores que voltaram para sala continuam indecisos”, disse um professor da cidade de Maravilha, “que resolveu esperar a decisão da estadual para decidir se retornava ou não, mas confessa que faltam argumentos para continuar com a greve” (DC, 2011n, p. 6).

Figura 20 – Recorte de reportagem publicada em 12 de julho de 2011

6 DIÁRIO CATARINENSE, TERÇA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 2011

Reportagem Especial



Mesmo com o retorno da maioria das escolas, algumas continuaram vazias

A volta às aulas em Chapecó

Chapecó

Das 14 escolas visitadas pela equipe em Chapecó, 10 voltaram às aulas normais ontem pela manhã. Apenas uma escola está com todos os professores parados. A regional já havia votado em assembleia pela volta à sala de aula, mas a decisão da estadual pela paralisação deixou os professores divididos.

O professor Jair Fulbi, de Maravilha, resolveu esperar a decisão da estadual para decidir se retornava ou não, mas confessa que faltam argumentos para continuar com a greve.

— Não temos respostas para nada, no entanto, não podemos recuar agora. Os professores que voltaram para sala continuam indecisos — disse.

Para o coordenador do Sinte Regional de Chapecó, Cleber Ceccon, a desmobilização da greve no Oeste se deve à decisão da estadual não suprir a demanda da regional.

Segundo Ceccon, não há proposta e cenário favorável para motivar os professores a continuarem com a paralisação. Os pais e alunos comemoraram a decisão de retornar às salas de aula.

— Graças a Deus voltaram, pois já estava colocando minha filha em uma escola particular para não perder tanto conteúdo — comemora Tereza Alves.

Na regional de Maravilha, 80% das escolas voltaram para a sala de aula e, em Concórdia, todas as escolas voltaram com a cumprir os aulas normalmente. O calendário ainda está indefinido, mas já se sabe que, em um primeiro momento, não haverá aula nos sábados.

Fonte: Diário Catarinense (2011n, p. 6)

Esse e outros textos compõem reportagem especial publicada em 12 de julho e que rendeu manchete de capa do DC (figura 21): “GREVE DO MAGISTÉRIO **Reajuste depende da volta às aulas**”, seguida da linha de apoio: “Deputados querem ter certeza que a maioria dos professores aceitou a proposta do governo e retomou as atividades para depois aprovar o projeto que altera os salários” (DC, 2011o). A foto mostra uma manifestação de professores na entrada do prédio da Assembleia Legislativa, provavelmente exercendo pressão sobre os deputados para não aprovarem o projeto do governo que alterava o plano de carreira e achatava os salários.

O material jornalístico ocupa espaços em cinco páginas (3 a 6 e 12), nas quais se percebe que o assunto voltou a provocar discussões candentes entre diferentes fontes de informação do jornal e foi transportado das assembleias de professores e dos ambientes institucionais para as escolas e comunidades de várias cidades, expandindo significativamente a área de cobertura jornalística. Aspecto interessante é que, se até então, a voz dos professores

estava concentrada na fala dos representantes do sindicato da categoria, a partir desse dia, os profissionais da educação soltaram o verbo para tecer comentários isolados e particulares, a exemplo dos professores que tiveram seus depoimentos publicados na página 6.

Figura 21 – Capa da edição de 12 de julho de 2011

SANTA CATARINA, TERÇA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 2011 - ANO 26 - Nº 9.204 RS 2,00



Professores lotaram a Assembleia Legislativa

GREVE DO MAGISTÉRIO

Reajuste depende da volta às aulas

Deputados querem ter certeza que a maioria dos professores aceitou a proposta do governo e retomou as atividades para depois aprovar o projeto que altera os salários.

Roberto Azevedo
Oposição na Assembleia promete dificultar

Moacir Pereira
Racha está pior e já virou fratura exposta

Jornalistas do Grupo RBS visitam 156 escolas. Veja a situação

32 estão com as aulas normais	99 estão trabalhando de forma parcial	25 estão com os trabalhos parados
--------------------------------------	--	--

Páginas 3, 4, 5, 6 e 12

Fonte: Diário Catarinense (2011o)

Se as vozes dos professores passaram a ser dissonantes do discurso unívoco do sindicato, isso pode indicar um afastamento entre base e comando de greve ou mesmo entre grupos da mesma categoria, insinuando discordâncias dentro do movimento. Moacir Pereira (2011j, p. 3) analisa essa situação e dá pistas sobre o conteúdo tratado nas páginas seguintes com o texto “**Magistério dividido**”, no qual aponta que “o racha ficou claro no levantamento feito pelos veículos do Grupo RBS neste início de semana”. Ele se refere à tabela publicada na página 5 com a listagem de 156 escolas (entre as 400 maiores do estado) de Santa Catarina visitadas por equipes da RBS para verificar a situação da greve. O jornal informa, na página 4, que foram encontradas 32 escolas com aulas normais, 25 em greve e 99 com aulas parciais, acrescentando que dados do governo apontaram uma adesão de 21% dos professores à greve, enquanto o Sinte divulgou que entre 45% e 50% deles ainda estavam parados (DC, 2011p, p. 4).

Quanto à votação do projeto de lei complementar (PLC 026/2011) do piso, Pereira (2011j, p. 3) acentua que, “nos bastidores da Assembleia, há indicativos de que o projeto seja aprovado. [...] Outra leitura feita no Centro Administrativo: a aprovação do projeto vai enfraquecer a mobilização do magistério”. O colunista comenta ainda que “o magistério recebeu uma ducha de água fria com a decisão do juiz de segundo grau Rodolfo Tridapalli, revogando a liminar que mandava o governo devolver os descontos salariais dos grevistas. Acolheu agravo de instrumento impetrado pela Procuradoria Geral do Estado” (PEREIRA, 2011j, p. 3).

Essas questões abordadas por Pereira são repetidas na principal matéria da reportagem que ocupa a página 4 (figura 22) e estampa o título: “**GREVE DO MAGISTÉRIO Às vésperas da votação, ainda não há consenso**”, com linha de apoio — muito semelhante àquela colocada na capa da edição —, noticiando: “Deputados vão mandar projeto de lei para o plenário amanhã apenas se tiverem certeza de que os professores aprovam proposta”. No texto, Júlia Lorenço (2011n, p. 4) acrescenta: “Caso contrário, o projeto só retorna à votação depois do recesso da Casa, que começa em 15 de julho e vai até agosto”.

A expressão “ainda não há consenso”, usada no título, dá margem a uma interpretação dúbia, ou talvez o jornal quisesse mesmo usar o recurso da ambiguidade para se referir, ao mesmo tempo, à falta de acordo tanto entre professores e governo no que diz respeito à greve quanto entre os deputados em relação ao encaminhamento do projeto de lei que altera o salário e o plano de carreira do magistério. Essa discordância também pode ser associada a uma suposta divergência entre um e outro grupo de trabalhadores em educação: os que

insistiam na paralisação e os que decidiram voltar ao trabalho. Pode-se subentender essa imprecisão do título como um indicativo de racha no movimento, já previsto pelo governo e constatado por Moacir Pereira em sua coluna.

Figura 22 – Matéria publicada em 12 de julho de 2011

4 DIÁRIO CATARINENSE, TERÇA-FEIRA, 12 DE JULHO DE 2011

Reportagem Especial



GREVE DO MAGISTÉRIO
Às vésperas da votação,
ainda não há consenso

Deputados vão mandar projeto de lei para o plenário amanhã apenas se tiverem certeza de que professores aprovam proposta

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O projeto de lei complementar (PLC) que altera o salário dos professores conforme a proposta apresentada pelo governo em 3 de julho será votada hoje, pelos deputados integrantes da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa, que ainda não demonstraram um consenso. Com acordo, ele deve ser encaminhado amanhã para votação em plenário. Caso contrário, o projeto só retorna à votação depois do recesso da casa, que começa em 13 de julho e vai até agosto.

Na última quinta-feira, os líderes dos partidos e o presidente da Assembleia, deputado Gelson Merinis, decidiram que votariam o PLC antes do recesso, se houvesse um entendimento de que ele já tem apoio pelos professores. O indicativo seria a volta dos docentes ao trabalho. Em circunstâncias normais, um projeto de lei pode levar meses para ser votado, porque os deputados podem pedir vista e propor alterações no texto.

— Havendo um acordo, a gente teria condições de encaminhar o projeto para plenário na quarta-feira (amanhã). Eu realmente gostaria que ele fosse aprovado — afirmou o presidente da casa.

Merinis informou ainda que hoje deve haver uma reunião entre os líderes, antes da votação na CCJ. O presidente da comissão, Romildo Tison, também é favorável à votação do projeto, mas observou que se algum deputado pedir vista, irá conceder. A expectativa do líder de governo, Eliozio Mattos, é que o PLC seja aprovado até amanhã.

— O governo afirmou que não tem mais como avançar. A situação exige cautela, porque sem votação antes do recesso, os professores voltam a receber um salário de abril — ressaltou.

O relator do processo será o deputado Joares Ponticelli (PP), que não tinha um parecer. Ele informou que está estudando o projeto, e ouvindo várias pessoas. Para ele, o projeto deveria ser votado antes do recesso, porque está clam que houve avanços nesta última proposta.

O deputado do PT Dirceu Dresch, que faz parte da CCJ, acredita que não há condições para aprovar o projeto, porque ele não foi aceito pelos professores estaduais.

— Se aprovarmos, não terá mais negociação. Não há um acordo entre professores e governo, e nós do PT não concordamos que os deputados tenham que assumir essa responsabilidade — declarou.

Para o deputado Sargento Amaraí Soares (PDT), que também integra a CCJ, o projeto não deve passar amanhã, porque ele foi rejeitado pela categoria, que votou pela continuação da greve. Ele argumentou que o PLC não traz avanços para o magistério.

As vésperas da votação, em uma assembleia regional unificada, entre professores de Florianópolis e São José, realizada ontem, na entrada do prédio da Assembleia Legislativa, os trabalhadores prometaram pressionar os deputados para não aprovarem o projeto, porque ele altera o plano de carreira, achatando a tabela salarial. Eles vão passar o dia de hoje na Assembleia.

Estado pode descontar dias parados dos grevistas

Outra decisão, que pode mexer com a votação na CCJ, saiu no final da tarde de ontem. O desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Rudolfo Tridagoff, suspendeu a resolução do juiz Helio do Valle Pereira, que determinou o pagamento dos descontos, feitos no salário dos grevistas. A liminar foi questionada, na semana passada, pelo Estado no TJSC e no Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Concluído, em caráter provisório, o governo pode continuar descontando os dias parados dos grevistas e não precisa pagar o que foi descontado. O mérito da ação, que pediu a suspensão dos descontos, não foi julgado.

Levantamento em 156 escolas

Equipes de reportagem dos veículos da BRS — jornais, rádios, redações online e TVs — visitarão ontem 156 escolas de Santa Catarina para verificar a situação da greve em cada estabelecimento. A tabela na página ao lado mostra o resultado de que 84 encontram-se pela reportagem — 32 escolas estão com aulas normais, 25 em greve e 99 com aulas parciais. A lista foi feita com base nas 400 maiores escolas do Estado.

O levantamento é somente uma amostragem e não tem a pretensão de ser considerado uma pesquisa científica ou de fixar um índice de adesão à paralisação: é só somente um retrato, no dia de ontem, das escolas da lista, com informações das direções das escolas.

Dados do governo, divulgados ontem, apontam para uma adesão de 21% dos professores. Já o Sinte divulgou que entre 45% e 50% dos docentes ainda estão em greve, mas afirma que um levantamento mais preciso deverá ser divulgado hoje.

ELIZEU MATTOS
Líder de governo na Assembleia

“O governo afirmou que não tem mais como avançar. A situação exige cautela, porque sem votação antes do recesso, os professores voltam a receber um salário de abril.”

Docentes prometam fazer pressão hoje

Julia Antunes Lorenço

A redatora insere falas de alguns deputados para dar sustentação ao seu discurso jornalístico e colocar o assunto em debate. A primeira é a do presidente da Assembleia Legislativa, Gelson Merísio (PSD): “Eu realmente gostaria que ele fosse aprovado”. Em seguida, aparece a declaração do líder do governo no Legislativo, Elizeu Mattos (PMDB): “O governo afirmou que não tem mais como avançar. A situação exige cautela, porque sem votação antes do recesso, os professores voltam a receber os salários de abril”. Por último são colocados os comentários dos deputados da bancada de oposição ao governo. Dirceu Dresch (PT) enfatizou: “Se aprovarmos, não terá mais negociação. Não há um acordo entre professores e governo, e nós do PT não concordamos que os deputados tenham que assumir essa responsabilidade”. E Sargento Amauri Soares (PDT) argumentou, segundo palavras da jornalista, “que o PLC não traz avanços para o magistério” (LORENÇO, 2011n, p. 4).

Ao final da matéria, Júlia Lorenço fala sobre a decisão do juiz Rodolfo Tridapalli, dando aval para que o governo continue descontando os dias parados dos grevistas sem precisar pagar o que foi descontado, repetindo o já-dito no artigo de Moacir Pereira e que foi reforçado por Roberto Azevedo em sua coluna “Informe Político”, na página 12 da mesma edição. A respeito da discussão acerca do projeto de lei complementar, esse jornalista acentua que “os deputados da oposição prometem endurecer o jogo e dizem que seria melhor o governo enviar uma nova Medida Provisória para pagar os salários dos professores” e que, “mesmo entre os governistas há deputados que acreditam que a oposição está certa em um ponto: o pepino ficou com a Assembleia, que entra em recesso, na prática, nesta quinta-feira” (AZEVEDO, 2011c, p. 12).

5.7 Entre protestos e frustração, projeto de lei coloca fim à greve

As atividades na Assembleia Legislativa, em 12 de julho, foram tumultuadas por protestos dentro e fora do prédio da Casa, incluindo a manifestação exaltada de um professor indignado por ter recebido o salário com o desconto dos valores relativos aos dias de greve. “Eu tenho quatro filhos, recebi só R\$ 246 para passar o mês, estou com cheques voltando e querem que eu me cale? Tenho pós-graduação e vou receber o mesmo que quem não tem. É uma falta de respeito!”, desabafou José Luiz Vicente, professor há 13 anos do estado, na porta da reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia.

O relato do professor foi transcrito por Júlia Lorenço na página 22 do Diário Catarinense de 13 de julho (figura 23), em matéria intitulada “GREVE **Futuro de projeto de**

lei será decidido hoje”. Segundo a jornalista, Vicente “disse que está cansado e que não pode concordar com o fim do plano de carreira” (LORENÇO, 2011o, p. 22).

Figura 23 – Matéria publicada em 13 de julho de 2011

em Geral DIÁRIO CATARINENSE, QUARTA-FEIRA, 13 DE JULHO DE 2011



GREVE
Futuro de projeto de lei será decidido hoje

CCJ da Assembleia pode analisar ou enviar proposta direto ao plenário

JÚLIA ANTONIA LORENÇO

Deputados estaduais decidem hoje, na Assembleia Legislativa, o que fazer com o projeto de lei complementar (PLC) que altera o salário e o plano de carreira dos professores. Ele pode até mesmo ser encaminhado para a votação em plenário sem passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na reunião de ontem, a comissão decidiu adiar a análise do projeto.

Com o argumento de que espera acordo entre categoria e governo, o relator do projeto, deputado José Antonio (PP), não apresentou parecer no relatório, que foi bastante transigente. Alguns professores pediram entrar para acompanhar a votação, o que ficou de fora, gritaram e protestaram para que o PLC não passasse pela CCJ.

Um oposicionista (deputado Amador Soares (PT) e Deivid Dreych (PT)) questionaram o PLC. Para Dreych, o projeto é muito pedante, além de entrar em contradição com a categoria. Por isso, não pode ser enviado à base governista (sem muitos cardeiros) para o projeto ser votado antes do recesso, de 13 de julho até agosto. Um deles é encaminhado o PLC direto ao plenário, onde precisa de 21 votos para ser aprovado. O presidente da Casa, Gelso Merísio, pode fazer isso, desde que a maioria dos 60 deputados apóie. Ele não discarta a ideia.

Uma ideia mais alternativa, mas depende da aprovação da maioria. Outros votos são votar o PLC depois do recesso ou suspender o recesso para votar. A Associação (Aos) também tem uma posição – explicou Merísio.

Os deputados vão continuar pressionando os deputados para o projeto não ser aprovado, e, para isso, retornam hoje à Assembleia. Outros vão do mesmo está acompanhado em frente, na Praça Tiradentes. Eles registram o PLC porque ele altera o plano de carreira. Se não for aprovado, os salários dos professores voltam aos valores que tinham antes da greve.

– Voltando-se que era o governo vai ter que encontrar uma maneira de nos pagar o plano nacional do magistério na carreira e cumprir a lei. Pode ser parcelado, mas é no mesmo de negociação que se discute em quantos meses de sala paralisar – respondeu o diretor estadual do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Luiz Carlos Vieira.

Professor há 13 anos do Estado, José Luiz Vicente era um dos mais insignificantes na porta da reunião da comissão. Ele disse que está cansado e que não pode concordar com o fim do plano de carreira.

– Eu tenho quatro filhos, recebi R\$ 246 para passar o mês, estou com cheques saltando e quero que eu me case? Vou não pagar o plano nacional de magistério na carreira e cumprir a lei.

JOSÉ LUIZ VICENTE
Professor

“Eu tenho quatro filhos, recebi R\$ 246 para passar o mês, estou com cheques saltando e quero que eu me case? Vou não pagar o plano nacional de magistério na carreira e cumprir a lei.”

LUIS CARLOS VIEIRA
Diretor do Sinte

“Voltando-se que era o governo vai ter que encontrar uma maneira de nos pagar o plano nacional de magistério na carreira e cumprir a lei.”

Sem desconto para quem voltar às aulas

Depois de passar na Justiça e depois de continuar discutindo os dias paralisados do salário dos gestões e não precisar devolver o que não foi pago, o governo do Estado afirmou, ontem, que os professores que voltarem ao trabalho – e apresentarem o plano de recuperação de aulas até sexta-feira – receberão os 23 dias descontados na última folha.

Já os trabalhadores em greve, além de não receberem as deslocações, estão em 30 dias descontados desde então. A decisão do secretário de Educação, Marco Tiliakli, aprovada pelo governador Roldão Caldeira, se baseia no plano de que 80% dos professores reentrem às escolas. O secretário também anunciou a portaria, que permite a contratação de professores substitutos em caráter “temporário (ACT)” para substituir os grevistas.

O Sinte não tinha em momento de decisão, porque a reunião do conselho de greve foi adiada para hoje. Uma das direções da entidade, Ulisses Trigo, não acredita que a medida do governo causará retorno dos docentes às salas de aula. Ele ainda questiona a contratação de ACT, já que não há professores disponíveis.

Fonte: Lorenço (2011o, p. 22)

A atitude de Vicente rendeu a principal foto que ilustra a matéria e foi tão marcante a ponto de Júlia Lorenço inverter a ordem das falas dos deputados no seu discurso jornalístico. Se no texto do dia anterior, falaram primeiro os representantes da bancada governista, neste, os deputados do PDT e do PT, da bancada de oposição, são colocados na dianteira dos comentários, antes mesmo do presidente da Assembleia, Gelso Merísio.

Os opositoristas Sargento Amauri Soares (PDT) e Dirceu Dresch (PT) questionaram o PLC. Para Dresch, o projeto é muito polêmico, além de retirar conquistas históricas da categoria. Por isso, não pode ser votado “a toque de caixa”. Soares disse que, se preciso, pedirá vista para o projeto não ser aprovado “nem hoje, nem amanhã, nem no futuro” (LORENÇO, 2011o, p. 22).

A jornalista informa que, com o argumento de que espera acordo entre categoria e governo, o relator do projeto, deputado Joares Ponticelli (PP), não apresentou parecer na reunião e que se a situação não for resolvida na CCJ, os deputados da base governista têm outros caminhos para o projeto ser votado antes do recesso: encaminhar o PLC direto ao plenário, votar o PLC depois do recesso ou suspender o recesso para votá-lo.

Mal deu tempo de o leitor do jornal impresso digerir as notícias publicadas pelo DC em 13 de outubro e já circulava pela internet informação bem mais recente sobre o assunto: os deputados aprovaram o projeto de lei no final da tarde com 28 votos a favor, todos de partidos da bancada governista, e oito votos contrários. No dia seguinte, o DC publicou reportagem especial nas páginas 4 e 5, repercutindo o acontecimento.

“Governo faz valer maioria, atropela oposição e, sob protestos de professores, estabelece nova política salarial”. A frase, que serve de linha de apoio para o título “**NA FORÇA E NO VOTO Assembleia aprova piso do magistério**” da matéria de 14 de julho (figura 24), resume o processo tumultuado de votação do PLC 026/2011. Segundo Júlia Lorenço, cerca de 4,2 mil professores, presentes dentro e fora do prédio da Assembleia, acompanharam a sessão e policiais à paisana foram posicionados no auditório.

As fotos que ilustram a reportagem dizem muito a respeito do que aconteceu nesse dia e, sem precisar de legendas e descrições, constroem múltiplas possibilidades de leitura. Nas páginas do DC, imagens e palavras mantêm uma íntima relação de sentidos que traça os contornos do que se pode considerar a última batalha da luta travada entre professores e governo em 2011.

Ao interpretar a imagem pelo olhar – e não através da palavra – apreende-se a sua matéria significante em diferentes contextos. O resultado dessa interpretação é a produção de outras imagens (outros textos), produzidas pelo espectador a partir do caráter de incompletude inerente, eu diria, à linguagem verbal e não verbal. O caráter de incompletude da imagem aponta, dentre outras coisas, a sua recursividade. Quando se recorta pelo olhar um dos elementos constitutivos de uma imagem produz-se outra imagem, outro texto, sucessivamente e de forma plenamente infinita (SOUZA, 2001, p. 73).

Figura 24 – Matéria publicada em 14 de julho de 2011

4

DIÁRIO CATARINENSE, QUINTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2011

Reportagem Especial

NA FORÇA E NO VOTO



Tumulto e policiais armados durante

Assembleia aprova piso do magistério

Governo faz valer maioria, atropela oposição e, sob protestos de professores, estabelece nova política salarial

DIRCEU DRESCH
Líder do PT

“
O projeto não estava em caráter de urgência, não tinha lógica essa obrigatoriedade de votação hoje. Foi uma afronta às regras da casa.

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

Sob vaias, protestos e tumulto, o projeto de lei complementar (PLC) que altera o salário e o plano de carreira dos professores foi aprovado, ontem, com 28 votos contra oito. Mas só após uma manobra que mandou o projeto direto para a votação em plenário, evitando o pedido de vista – o que poderia adiar a aprovação. Para valer, o PLC aguarda assinatura do governador Raimundo Colombo.

A discussão do PLC começou às 14h e foi até 19h, quando encerrou a sessão, acompanhada por cerca de 4,2 mil professores, presentes dentro e fora do plenário. Policiais à paisana foram colocados no auditório. Para ser aprovado, o projeto precisava passar pela análise de três comissões: Constituição e Justiça (CCJ), Finanças e Serviço Público. Foi convocada uma reunião conjunta das três. A deputada Luciane Carminatti (PT) pediu para a Comissão de Educação também participar.

Para não passar por esse trâmite, e alegando urgência na votação, um requerimento apresentado pelo CCJ, assinado por cinco deputados e também aprovado pelos cinco, pediu para o projeto ir direto ao voto em plenário, onde 31 deputados são da base governista e nove da oposição.

O presidente da comissão, Romildo Titon, garantiu que não houve quebra de regimento interno, porque situações não previstas podem ser resolvidas recorrendo ao regimento da Câmara dos Deputados, que permite a manobra. Para ele, a situação era de urgência, não sendo possível haver pedido de vista, o que faria com que o PLC só fosse votado em agosto.

– Entrar em recesso sem decidir essa questão seria uma irresponsabilidade, uma vergonha. A Assembleia cumpriu seu papel para que as aulas voltassem – afirmou.

O presidente da Assembleia, Gelson Merisio, também entende que o regimen-

to não foi ferido e que é preciso respeitar a posição da maioria. Para o líder do PT, deputado Dirceu Dresch (PT), foi uma manobra de atropelar a discussão.

– O projeto não estava em caráter de urgência, não tinha lógica essa obrigatoriedade de votação hoje. Foi uma afronta às regras da casa – disse o líder do PT.

Quando o relator do projeto, Josias Pasticelli (PP), começou a ler o seu voto, os professores começaram a bater nos vidros do plenário. A sessão foi interrompida, por 20 minutos. Em seu relatório, Pasticelli votou pela aprovação. Apesar de não ser possível pedir vista, foi aberta a discussão.

Durante a votação, restaram poucos professores nas galerias e no hall. A coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Siste), Alzete Beilin, lamentou a aprovação e disse que a assessoria jurídica estudará outras maneiras para o governo cumprir a aplicação do piso na carreira.

ROMILDO TITON
Presidente da CCJ

“
Entrar em recesso sem decidir essa questão seria uma irresponsabilidade, uma vergonha. A Assembleia cumpriu seu papel para que as aulas voltassem.

ana.antonio@diario.com.br

Fonte: Lorenço (2011p, p. 4)

Como se lê no texto de Júlia Lorenço, para ser aprovado, o projeto precisava ser analisado por três comissões: de Constituição e Justiça (CCJ), Finanças e Serviços Públicos. Para não passar por esse trâmite, e alegando urgência na votação, um requerimento

apresentado pela CCJ pediu para o projeto ir direto ao voto em plenário — onde 31 deputados são da base governista e nove da oposição — e a Assembleia acatou. “Entrar em recesso sem decidir essa questão seria uma irresponsabilidade, uma vergonha. A Assembleia cumpriu seu papel para que as aulas voltassem”, afirmou o presidente da CCJ Romildo Titon (PMDB) (apud LORENÇO, 2011p, p. 4). Mas, como escreveu a redatora, para o líder do PT, Dirceu Dresch, “foi uma maneira de atropelar a discussão. – O projeto não estava em caráter de urgência, não tinha lógica essa obrigatoriedade de votação hoje. Foi uma afronta às regras da casa – disse o líder do PT”.

Na página 5 (figura 25), mais dois textos — **“Manobras e acusações de ‘teatro’”** e **“Desolação e briga no hall de entrada”** — acrescentam informações à matéria principal, medindo a temperatura de um ambiente que, antes marcado pelo calor dos protestos de “cerca de 1,6 mil professores com camisetas, faixas, cartazes, apitos e alto-falantes” que acompanharam de perto a sessão no interior da sede da Assembleia, tornou-se frio e desolador para muitos depois da votação. “Todos gritavam palavras de ordem e acreditavam poder virar o jogo. Assim que o projeto passou pelas comissões, os manifestantes se calaram. Muitos choraram, sem forças para protestar. O hall de entrada da assembleia parecia um campo de batalha, perdida” (DC, 2011q, p. 5), com professores lamentando suas perdas:

– Estão votando nossa morte. É o fim da educação catarinense – disse a professora Janete Miranda. Ela é professora de sociologia trabalha em duas escolas de São José, tem 21 anos de magistério, duas graduações, uma pós-graduação e ganha R\$ 2,4 mil. Segundo ela, o PLC diminui seus vencimentos. – Eu ensino aos meus alunos que existe justiça, verdade e dignidade. Agora, voltarei para a sala de aula sem nada disso – desabafou Janete (DC, 2011q, p. 5).

Também não faltou troca de farpas entre os deputados governistas e opositores. Segundo a jornalista Gabrielle Bittelbrun (2011c, p. 5), enquanto a oposição denunciava que “a votação foi uma manobra do governo para pressionar os professores a retornarem às aulas e que ataca o regimento da casa, pela impossibilidade de se pedir vista”, o relator do projeto, Joares Ponticelli, afirmava que “o ‘maior reajuste que o magistério já teve’ não poderia ser perdido e que o ano letivo também deve ser levado em conta” e o líder do governo, Elizeu Mattos, insinuava que “mesmo os deputados de oposição que estavam na AL ‘fazendo teatro contra o projeto’, pelas costas, eram a favor” (BITTELBRUN, 2011c, p. 5).

Figura 25 – Matérias integrantes da reportagem publicada em 14 de julho de 2011

DIÁRIO CATARINENSE, QUINTA-FEIRA, 14 DE JULHO DE 2011

Manobras e acusações de "teatro"

GABRIELLE RITTELEBRIN

O projeto de lei complementar da educação aprovado ontem, na Assembleia Legislativa, foi o mote de opiniões divergentes entre os deputados. Até a responsabilidade de adiar o debate da decisão sobre a proposta que altera salário e plano de carreira dos professores foi alvo de questionamentos. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Romildo Ueno, alegou que a obrigatoriedade da votação, por meio de um requerimento, foi uma medida para atender ao apelo da própria sociedade.

Mas a oposição considera que a votação foi uma manobra do governo para pressionar os professores a retornarem às aulas e que ataca o regimento da casa, pela impossibilidade de se pedir vista. O líder do PT, Dirceu Densch, sustentou que a proposta deveria ter sido mais debatida.

O relator do projeto, Joazeiro Fonticelli (PP), afirmou que o "maior requisito que o magistério já teve" não poderia ser perdido e que o ato levou também desde seu leivado em conta.

Segundo o líder do governo, Elton Matos (PMDB), o projeto – que está na casa desde quinta-feira passada –, foi bem discutido. Para ele, mesmo os deputados de oposição que estavam na AL "fazendo teatro contra o projeto", pelas costas, eram a favor. Além disso, o deputado não descarta a opção de continuidade das negociações depois do início das aulas. De acordo com Matos, não havia possibilidade de continuar as discussões durante o recesso – que começa amanhã.

Desolação e briga no hall de entrada

Cerca de 1,8 mil professores com carrinetas, faixas, cartazes, apitos e alto-falantes acompanharam a sessão da Assembleia. Todos gritavam palavras de ordem e acediaam poder votar o projeto. Assim que o projeto passou pelas comissões, os manifestantes se calaram. Muitos choraram, sem forças para protestar. O hall de entrada da assembleia parecia um campo de batalha, perdido.

– Estou vendo essa morte. É o fim da educação catarinense – disse a professora Janete Miranda.

Ela é professora de sociologia, trabalha em duas escolas de São José, tem 21 anos de magistério, duas graduações, uma pós-graduação e ganha R\$ 2,4 mil. Segundo ela, o PFC eliminou seus vencimentos.

– Eu ensino aos meus alunos que existe justiça, verdade e dignidade. Agora, voltarei para a sala de aula sem nada disso – desabafou Janete.

Principais mudanças

Salário-base: o menor passa de R\$ 609 para R\$ 1.087 (valor do piso nacional de magistério)

REGÊNCIA DE CLASSE:

- de 40% para os professores de 1ª a 5ª ano do ensino fundamental passa para 20%, indo para 30% a partir de agosto e chegando aos 40% a partir de janeiro de 2012
- de 25% para os professores do ensino médio e de 8ª a 9ª ano do ensino fundamental passa para 17%, indo para 20% a partir de agosto e chegando aos 25% a partir de janeiro de 2012

• **Alunos:** classes de até 30 em Pré-escola e Anos Iniciais (R\$ 200 cada ano)

• **Plano de carreira:** a diferença de 6,40% entre os 12 níveis de formação foi nivelada e o tratamento ficou de nível. Também não existe mais a diferença de 2,70% entre os professores que tiveram cursos específicos na área de atuação.

IMPACTO FINANCEIRO:

- **Maio a julho** – R\$ 2,7 milhões
- **Agosto a dezembro** – R\$ 27 milhões
- **A partir de janeiro de 2012** – R\$ 36,14 milhões ao ano.





Policiamento recebe reforço do Bope

O tumulto na sessão fez o coronel Paulo Henrique, comandante do policiamento da Assembleia, pedir reforço ao Batalhão de Operações Especiais (Bope), que cercou o plenário. A medida resolveu ainda mais os manifestantes. Professores reclamaram de agressões, mas o coronel disse não ter registro de abusos.

Janete foi uma que disse ter sido agredida ao ajudar uma amiga.

– Eu aguardei aqui hoje. Foi humilhada por essa coisa que tudo se dissolveu – disse a professora.

A reposição

• Segundo o Secretário de Educação, para receber a reposição dos 23 dias descontados e não ter mais redução no pagamento em decorrência do greve, os professores devem encaminhar o plano de conteúdo de reposição das aulas até amanhã para os diretores das escolas.

• Os professores que tiveram esse planejamento recebido os valores descontados assim que os diretores receberam as informações às gerências de situação.

• As reposições devem ocorrer de segunda a sexta-feira, de 10 a 30 de julho, e durante todo o mês de dezembro.

• Atividades extracurriculares, reuniões pedagógicas e conselhos de classe – que podem ocorrer como dias letivos – acontecerão aos sábados.

• De acordo com o secretário, as reposições previstas serão suficientes para cobrir os dias perdidos.

• Professores que não se inspetionarem até sexta-feira a continuarem em greve seguirão recebendo o salário com desconto.

Greve já é a quarta mais longa da história de SC

Com a paralisação chegando ao seu 50º dia hoje, a atual greve faz história de se tornar a terceira mais longa entre os professores do Estado. A que mais durou até hoje foi a de 2000, quando os docentes fizeram paradas durante 66 dias. A segunda maior ocorreu em 1995, com 64 dias de mobilização. A terceira, que pôde ser ultrapassada só o final desta semana, é a paralisação de 1996, com 59 dias. A de 1993 durou 40 dias. No ano seguinte, chegou a 36 dias.

ANO	TEMPO PARADO
2000	66 dias
1995	64 dias
1996	59 dias
2011*	58 dias
1993	40 dias
1994	36 dias

*até hoje

Fonte: Diário Catarinense (2011q, p. 5)

O Diário Catarinense também ocupou espaços da página 5 para descrever a ação da Polícia Militar durante a votação — inclusive com reforço do Batalhão de Operações Especiais (Bope) —, pontuar as principais mudanças estabelecidas no projeto de lei complementar e o impacto financeiro dessa medida do governo, além de fazer um balanço sintético da duração das greves de professores desde 1994: a mais longa aconteceu em 2000, totalizando 66 dias de paralisação.

Nesse aspecto, a paralisação de 2011 não se igualou à de 2000. Dilui-se com a votação do projeto de lei complementar, que foi sancionado em 18 de julho pelo governador Raimundo Colombo. “Após 62 dias, os professores voltam ao trabalho com reajuste salarial, mas com o plano de carreira achatado”, noticiou Júlia Lorenço na matéria “ACABOU A GREVE Assembleia estadual vota pelo retorno ao trabalho”, publicada na página 22 da edição de 19 de julho (figura 26). No início do texto, a jornalista informa: “Professores da rede estadual retornam hoje às salas de aula, depois que a maioria dos docentes votou, ontem [dia 18], pelo fim da paralisação, com a condição de ficarem em estado de greve. Daqui a quatro meses, haverá uma nova assembleia estadual da categoria” (LORENÇO, 2011q, p. 22).

Figura 26 – Matéria publicada em 19 de julho de 2011

Projeto de lei é sancionado por Colombo

O projeto de lei complementar que altera o salário e plano de carreira dos magistrados foi sancionado ontem pelo governador Raimundo Colombo. Hoje, o secretário de Educação, Marcos Ishikawa, apresenta um novo projeto de lei complementar para alterar o salário e plano de carreira dos professores. O secretário mantém o compromisso de apresentar o projeto em 180 dias, mas promete a formação de um grupo de trabalho com representantes do Estado e dos professores. O secretário mantém o compromisso de apresentar o projeto em 180 dias, mas promete a formação de um grupo de trabalho com representantes do Estado e dos professores. O secretário mantém o compromisso de apresentar o projeto em 180 dias, mas promete a formação de um grupo de trabalho com representantes do Estado e dos professores.

ACABOU A GREVE
Assembleia estadual vota pelo retorno ao trabalho

Encontro de ontem na Capital decidiu encerrar paralisação após 62 dias e voltar às aulas ainda hoje

JÚLIA LORRENÇO

Professores da rede estadual retornam hoje às salas de aula, depois que a maioria dos docentes votou, ontem, pelo fim da paralisação, com a condição de ficarem em estado de greve. Daqui a quatro meses, haverá uma nova assembleia estadual da categoria. Após 62 dias, os professores voltaram ao trabalho com reajuste salarial, mas com o plano de carreira achatado.

A assembleia estadual de ontem reuniu cerca de quatro mil professores, nos cômodos do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), no Centro de Curitiba. A participação foi menor do que aquela que ocorreu pelo início da greve e que reuniu cerca de 18 mil trabalhadores – também segundo cálculos do Sinte – no mesmo local. Nesta ocasião, com muita hostilidade entre os participantes, muitos criticaram a condução do sindicato, a direção do Sinte e os membros da comissão organizadora da paralisação ou ressaltaram as aulas de aula, mas permitindo em estado de greve por 120 dias, visando a parar as atividades caso o governo não avançasse nas negociações. Um novo acordo. Para a coordenadora de Sinte, Alene Bello, a decisão foi “madrasta”. – Esses 62 dias foram de muita luta e os professores ressaltaram que não foram a única força. Assembleia (Sinte) organizadora para a volta de aula, mas mantemos a nossa luta – ressaltou a coordenadora, garantindo que não existe uma divisão no sindicato, mas “opiniões divergentes”. A vice-coordenadora, Inezil Bello, também afirmou que a decisão foi a mais acertada. Para ela, não era possível continuar o movimento, devido ao índice de adesão, que nos últimos semanas, estava menor que 50%. – Tenho certeza que o governo não vai cumprir nada do que prometeu, e por isso o estado de greve. Não chamamos de grevistas o que tivemos, mas isso criou todo o possível movimento de luta – argumentou.

Para a professora de Araraquã Karen Sampaio, a greve deveria continuar, porque a categoria não conseguiu o que reivindicava. Ela entende que o professor volta às aulas desanimado e sem esperanças de melhorias. O Sinte já encaminhou um pedido de audiência com o governo. Além de discutir a tabela salarial, também vai pedir um contrato público e aumento das férias dos professores em 200%. A assembleia jurídica do Sinte entendeu como o que vai voltar com o plano de carreira do salário e o plano de carreira da categoria. Até a primeira semana deve ser dado um encaminhamento.

diario.com.br

A assembleia estadual teve participação de mais de 4 mil professores em Curitiba. A reunião, realizada no Sinte, foi marcada por críticas à direção do sindicato e ao plano de greve. Os participantes votaram pelo fim da paralisação e pelo retorno ao trabalho com reajuste salarial, mas com o plano de carreira achatado.

19/07 Assembleia estadual decide pelo fim da greve. Assunto que a decisão reúne cerca de 4 mil professores, segundo cálculos do Sinte.

18/07 Mais de 4 mil professores no encontro de ontem em Curitiba. Os acordos com o Sinte, visando ao encerramento da greve, estão em andamento.

18/07 Um acordo não foi alcançado. Inclusive com o presidente do Sinte. O governador apresentou o projeto de lei complementar que substituiu o atual plano de carreira.

18/07 Assembleia estadual em Florianópolis decide voltar às aulas após 62 dias. Decisão feita com o voto da greve por mais 120 dias.

Fonte: Lorenço (2011q, p. 22)

A decisão de voltar ao trabalho foi tomada em assembleia estadual que reuniu, segundo cálculos do Sinte, cerca de quatro mil professores em Florianópolis. Esse número de participantes, comparado aos 10 mil que votaram pelo início da greve na reunião de maio, revela o desânimo de grande parte da categoria, já rendida aos arranjos do governo. Mas o

cansaço das batalhas travadas durante mais de dois meses não impediu “muito bate-boca entre os participantes, vaias e críticas para a coordenação do sindicato” (LORENÇO, 2011q, p. 22).

Segundo Júlia Lorenço, a coordenadora do Sinte, Alvet Bedin, encaminhou duas votações: “continuar a paralisação ou retornar às salas de aula, mas permanecendo em estado de greve por 120 dias, voltando a parar as atividades caso o governo não avance nas negociações. Venceu a segunda”, que, para a sindicalista, foi uma decisão “madura”. Para Bedin, “esses 62 dias foram de muita luta e os professores mostraram que têm muita força. [...] retornamos para a sala de aula, mas mantemos a nossa luta – ressaltou a coordenadora, garantindo que não existe uma divisão no sindicato, mas “opiniões divergentes” (LORENÇO, 2011q, p. 22).

A jornalista também ouviu a vice-coordenadora do sindicato, Janete Silva, que considerou a decisão acertada e declarou que o índice de adesão à greve, menor que 50% nas últimas semanas, inviabilizou a continuidade do movimento. “Tenho certeza que o governo não vai cumprir nada do que prometeu, e por isso o estado de greve. Não chamo de ganhos o que tivemos, mas vejo como lado positivo nossa disposição de luta” (SILVA apud LORENÇO, 2011q, p. 22). Mas é importante salientar que o fim da greve deixou muitos professores inconformados, como a professora Karem Suyan, do município de Araranguá. Para ela, “a greve deveria continuar, porque a categoria não conquistou o que reivindicava. Ela entende que o professor volta às aulas desanimado e sem esperanças de melhorias” (LORENÇO, 2011q, p. 22).

Na mesma edição do Diário Catarinense, mas com outras palavras, Moacir Pereira (2011k, p. 3) antecipou, no texto “**Versões**”, o discurso de Karem Suyan, afirmando que “na prática, a greve chegou ao fim sem que os professores tenham saído dela convencidos de suas vitórias”. Para o colunista, “ao permanecerem em estado de greve, os professores mostram-se dispostos a não deixar o assunto cair no esquecimento. [...] Em janeiro, quando a tabela aprovada no PLC 026 for integralizada, as mesmas discussões e polêmicas vão voltar à tona”. E com a frase “o governo vai ter que aprender a se fazer ouvir para não deixar o magistério falar sozinho novamente”, Pereira colocou um ponto final nesse longo percurso de discussões sobre a greve de 2011, deixando reticências quanto à possibilidade de repetição dessa luta num futuro não muito distante. Mas essa é outra história...

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dezoito de maio de 2011 se tornou uma data histórica para os trabalhadores em educação de Santa Catarina. Nesse dia foi deflagrada a greve dos professores da rede estadual de ensino que, mostrando-se desde o início à luz do dia, não se compara à “velha toupeira” de que falava Karl Marx (1980) ao se referir à revolução. Mas a metáfora de Marx, que “remete a um animalzinho com problemas de visão [miopia] que circula embaixo da terra sem nos darmos conta de sua existência e que de repente irrompe onde menos se espera” (SADER, 2009, p. 34), pode, em certa medida, ser aplicada ao movimento do magistério catarinense, que ficou muito longe de poder ser considerada uma revolução — apesar de seus contornos terem sido delineados sem alarde em assembleias regionais da categoria antes de se tornar subitamente visível —, mas surpreendeu o poder público e a sociedade catarinense quando eclodiu em 11 de maio de 2011, dia em que milhares de professores se reuniram em Florianópolis para uma assembleia que aprovou o indicativo de greve para o dia 18 daquele mês e saíram em passeata por ruas centrais da capital, promovendo o “maior protesto em 20 anos”, como assinalou o jornal Diário Catarinense.

Os professores catarinenses se aglutinaram em torno de um movimento marcado por uma solidariedade que lhes deu energia para enfrentar uma série de batalhas e marcar posição contra as estratégias políticas de um Estado empregador que alegava não ter condições de atender às reivindicações da categoria. Em pouco tempo, as manifestações, antes isoladas nos municípios, transformaram-se num grande protesto coletivo.

À luta dos professores foi se somando a empatia de alunos, de pais e mães que, mesmo admitindo prejuízos em termos de aprendizagem de crianças e adolescentes, reconheceram, no esforço de greve dos professores, uma batalha justa. Foi isso que se viu e que se ouviu pelas ruas das cidades catarinenses, nas passeatas de professores na capital e no interior do estado, nos bastidores e no centro dos debates promovidos pelo sindicato da categoria, o Sinte. Mas não foi exatamente isso o que se leu nas matérias publicadas pela imprensa conservadora. Nas páginas do Diário Catarinense, por vezes a realidade parecia outra.

As seguidas assembleias da categoria, sob comando do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), e as reuniões políticas, capitaneadas pelo governador Raimundo Colombo e pelo secretário de Educação, Marco Tebaldi, deliberavam táticas de negociação, mas também de confronto. O que mais surpreendeu o governo e os jornalistas foi a concordância coletiva em torno de propostas apresentadas pelo sindicato até quase o final da

greve, quando cisões começaram a rachar o movimento e serviram como arma para a imprensa conservadora lançar seus tentáculos sobre a opinião pública, dando reforço aos argumentos do governo que vinham sendo constantemente repetidos, notadamente nas páginas do jornal Diário Catarinense, que fez a cobertura jornalística diária dessa luta sem conseguir disfarçar — pelo menos para os leitores mais atentos — uma tendência a abrir mais espaços e dar mais voz ao poder público do que aos professores.

Analisando o posicionamento do Diário Catarinense sob a perspectiva gramsciana, é coerente dizer que, como “aparelho privado de hegemonia”, o jornal cumpriu sua função de construir um consenso que se pretendeu hegemônico, operando como trincheira do governo. Contudo, em vários momentos, o jornal teve que se render às sonoras manifestações dos trabalhadores em educação, sem censurar as críticas mais ácidas direcionadas ao governo por essas fontes e também por um de seus colunistas habituais, o cronista político Moacir Pereira. Isso foi revelado na análise de discursos empreendida sobre um conjunto de textos publicados por esse periódico durante todo o período da greve.

O estudo mostrou que, numa sucessão de confrontos e emoções fortes, os professores deflagraram uma greve que, se não foi a mais longa das tantas já realizadas em Santa Catarina, foi a que até hoje impactou mais fortemente a sociedade e a opinião pública, surpreendendo até aqueles que apostavam que os grevistas bateriam em retirada do campo de batalha em pouco tempo. Mas eles resistiram 62 dias, até que o governo fechou as portas para as negociações e, com apoio de grande parte dos membros da Assembleia Legislativa — a maioria da bancada governista —, aprovou e promulgou um projeto de lei, alterando o salário e o plano de carreira do magistério, que sentenciou o fim da greve.

O que antes se apresentava como proposta a ser negociada se transformou em lei, com achatamento de salários e desrespeito à progressão na carreira. E a paralisação terminou com professores — a maioria cansada e inconformada — voltando às salas de aula em 19 de julho, mas mantendo o estado de greve e a luta por mais dignas condições salariais e de trabalho. Afinal, como dizia Nietzsche (1986, p. 106), o sujeito de ação “só olha para trás para ‘tomar um novo fôlego’ [...] Sua atitude é sempre um ‘antídoto contra a resignação’” e é imprescindível que deixemos um espaço vazio no presente, preche de possibilidades de futuro (ZAMORRA, 2010).

Considero ter cumprido os objetivos definidos para este estudo, cuja proposta foi desenvolver uma leitura crítica de matérias publicadas pelo jornal Diário Catarinense acerca da greve dos professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina e examinar, a partir de

orientações da análise do discurso de linha francesa, como o movimento grevista foi interpretado e noticiado nas páginas desse periódico e como o jornal operou na formação de opinião pública, recortando e selecionando informações para produzir discursos sobre o antagonismo entre professores e governo.

Espero que este estudo contribua não somente para o registro da memória do movimento de luta do magistério catarinense, mas também para instigar reflexões e debates acerca do poder que a imprensa conservadora exerce na sustentação e amplificação da ideologia dominante, à medida que inscreve seus discursos jornalísticos num espaço de formação da opinião pública e de construção de sentidos num contexto preñado de significados como é o da educação e também o da luta de classes.

REFERÊNCIAS

FONTES CONSULTADAS PARA SUSTENTAÇÃO TEÓRICA

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ALCÂNTARA, Norma S.; CHAPARRO, Manual Carlos; GARCIA, Wilson. **Imprensa na berlinda: a fonte pergunta**. São Paulo: Celebris, 2005.

ALLPORT, Floyd H. Toward a science of public opinion. **Public Opinion Quarterly**, v. 1, n. 1, p. 7- 23, 1937.

APPLE, Michael W. **Os professores e o currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

ARCARY, Valério. **Argumentos a favor da greve dos professores** [10 abr. 2015]. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/node/21384>>. Acesso em: 07 out. 2015.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Comunicação e linguagem: discursos e ciência**. São Paulo: Moderna, 1998.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, Douglas Rodrigues. Os movimentos sociais: uma velha novidade. **Coletivo Passa Palavra**, 20 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2015/08/105805#more-105805>>. Acesso em: 07 out. 2015.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1992.

_____. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOITO JÚNIOR, Armando. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Unesp, 2007.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é comunicação**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BORGES, Rosane da Silva. O já-dito e o não-dito: o papel da imprensa no debate sobre as cotas. In: SILVA, Cidinha da (org.). **Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras**. São Paulo: Summus, 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.738**, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília, DF, 2008.

CHAPARRO, Manuel Carlos. Jornalismo independente. **Observatório da Imprensa**, 01 jul. 2003. Disponível em: <www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp010720034.htm>. Acesso em: 21 out. 2015.

_____. **Jornalistas são socializadores do conhecimento**. Entrevista à Agência Sergipe de Notícias. 24 nov. 2007. Disponível em: <www.agencia.se.gov.br/index.php?act=leitura&codigo=4622>. Acesso em: 12 jan. 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1997.

COLETIVO PASSA PALAVRA. **Escolas em luta em São Paulo: pode a greve escapar do roteiro?** [8 abr. 2015]. Disponível em: <<http://www.passapalavra.info/2015/04/103621>>. Acesso em: 07 out. 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**. Rio de Janeiro: Cortez, 1994.

_____. Prefácio. In: SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil: cultura e educação para a democracia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

CRUZ, Márcio. A mídia e os formadores de opinião no processo democrático. **Ponto-e-vírgula**, v. 9, p. 35-51, 2011.

DALMONTE, Edson Fernando. Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos. **História**, v. 9, n. 1, p. 328-344, 2010.

DA VIÁ, Sarah Chucid. **Opinião pública: técnica de formação e problemas de controle**. São Paulo: Loyola, 1983.

DAL ROSSO, Sadi. Elementos para a teoria do sindicalismo no setor da educação. In: DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação: organização e lutas**. Brasília: Paralelo 15, 2011.

DUARTE, Newton. Luta de classes, educação e revolução. In: SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (org.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012. p. 149-182.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes: 1987

ENTMAN, Robert M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993.

FOLHA DE SÃO PAULO. Editorial: Deseducação pela greve. 26 mar. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/03/1608224-editorial-deseducacao-pela-greve.shtml>>. Acesso em: 06 out. 2015.

FONSECA, Francisco Cesar Pinto da. **Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

FONTCUBERTA, Mar de. **La noticia: pistas para percibir el mundo**. Barcelona, Paidós, 1993.

GADINI, Sérgio Luiz. A produção da cultura no jornalismo contemporâneo: considerações sobre o discurso da informação na construção da identidade. **Anais... XXII Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação**, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel Angel. **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2003.

GRAMSCI, Antonio. Os jornais e os operários. **Marxists Internet Archive**, 2005. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

_____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v. 2.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v. 1.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a, v. 3.

_____. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b, v. 2.

_____. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. **Alfa**, v. 39, p. 13-21, 1995.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **A tipologia textual e a construção da referencialidade no discurso jornalístico**. Trabalho apresentado no 16º Congresso International des Linguistes, Paris, 1997.

GRUPO COMUNISTA INTERNACIONALISTA (GCI). Características gerais das lutas da época atual. **Comunismo**, n. 4, abr. 2001. Disponível em: <<http://gci-icg.org/portuguese/comunismo4.htm>>. Acesso em: 13 out. 2015.

GRUPO RBS. **Guia de ética e autorregulamentação jornalística**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2011.

_____. **Nossas empresas**. Disponível em: <<http://www.gruporbs.com.br/atuacao/diario-catarinense/>>. Acesso em: 22 out. 2015.

HALL, Stuart. The rediscovery of “ideology”: return of the repressed in media studies. In: GUREVITCH, Michael; BENNETT, Tony; CURRAN, James; WOOLLACOTT, Janet (ed.). **Culture, society and the media**. New York: Taylor & Francis, 2005. p. 52-86.

HIRO Cássio Diniz; SOUZA, Carlos Bauer de. Trabalhadores em educação, sindicalismo docente e consciência de classe: a história do movimento sindical docente em Minas Gerais (1979-1983). In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: UFPB, 2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.12.pdf>. Acesso em: 05 out. 2015.

IASI, Mauro Luís. **As metamorfoses da consciência de classe: O PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação básica: 2012** – resumo técnico. Brasília: Inep, 2013.

ISHIBASHI, Simone. 70 dias de luta: perspectivas da greve dos professores de São Paulo. **Esquerda Diário**, 22 maio 2015. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/70-dias-de-luta-perspectivas-da-greve-dos-professores-de-Sao-Paulo>>. Acesso em: 07 out. 2015.

KRAMER, Paulo. Mídia, opinião pública e política. **Revista de Sociologia e Política**, n.13, p. 175-177, nov. 1999.

LEMOS, Daniel Cavalcanti. Uma luta antiga. **Revista de História**, 01 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/uma-luta-antiga>>. Acesso em: 06 out. 2015.

LENIN, Vladimir Ilich. Tareas de las uniones de las juventudes. In: **Obras Completas**, v. XXXIII. Madrid: Akal Editor, 1978b.

_____. Una gran iniciativa. In: **Obras Completas**, v. XXXI. Madrid: Akal Editor, 1978a.

LOMBARDI, José Claudinei. Educação, ensino e formação profissional em Marx e Engels. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval. **Marxismo e educação: debates contemporâneos**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados/Histedbr, 2008. p. 1-38.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes**: uma história política e filosófica. Tradução de Silvia de Bernardinis. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAGALHÃES Belmira; SILVA SOBRINHO, Helson F. da. O efeito ideológico de deslocamento no discurso da imprensa sobre o MST: de pobres da terra a baderneiros. **Vereadas**, p. 37-50, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-03.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

MAIA, Rousiley. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2, p. 303-340, 2009.

_____. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. 12^a Compós. Recife, 3-6 jun. 2003. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Fenômenos da linguagem**: reflexões semânticas e discursivas. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARIANI, Bethânia. Discurso e instituição: a imprensa. **Rua - Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**, n. 5, p. 47-61, 1999.

_____. **O PCB e a imprensa**: as conquistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Campinas: Unicamp/Revan, 1998.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria, do Sr. Proudhon. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1956.

_____. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. *Obras escolhidas*, v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

_____. **O Capital**: crítica da economia política, v. I. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Portugal: Presença, 1976.

_____. **A sagrada família**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Manifesto comunista**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Textos**. São Paulo: Edições Sociais, 1977. 3 v.

MELO, José Marques de. de. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MELO, Patrícia Bandeira de. **Sujeitos sem voz**: agenda e discurso sobre o índio na mídia em Pernambuco. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. **Debates**, v.4, n.1, p. 54-77, jan./jun. 2010.

MORAES, Dênis de. O jornalista Antonio Gramsci. **Blog da Boitempo**, 27 nov. 2013. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2013/11/27/o-jornalista-antonio-gramsci/>>. Acesso em: 13 jan. 2016

NIETZSCHE, Friedrich. **2ª Extemporânea**: da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. Porto: Editorial Presença, 1976.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **The spiral of silence**. Chicago: The University of Chicago, 1993.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci desembalsamado: em torno dos abusos do conceito de sociedade civil. **Educação em Foco**, v. 5, n. 2, p. 115-130, set. 2000/fev. 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 1987.

_____. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002a.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

_____. **Discurso e leitura**. Campinas: Unicamp, 1988.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002b.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. **Papel da memória**. Campinas, SP: Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 2 ed. Campinas, SP: Unicamp, 1997.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da argumentação**: uma nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, Milton José. **Comunicação e discurso**: introdução à análise de discursos. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

RAMONET, Ignacio. **Propagandas silenciosas**: massas, televisão, cinema. Petrópolis: Vozes, 2005.

RAMOS, Murilo César Oliveira. **News, class and ideology**: a study of labor coverage in two Brazilian elite newspapers. Tese (Doutorado em Comunicação) – University of Missouri, Columbia, 1982.

RÊSES, Erlando da Silva. Constituição sócio-histórica do sindicalismo docente da educação básica no Rio de Janeiro. In: In: DAL ROSSO, Sadi (org.). **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Brasília: Paralelo 15, 2011. p. 247-261.

RIDENTI, Marcelo. **Professores e ativistas da esfera pública**. São Paulo: Cortez, 1995.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Campo dos media e instituições sociais. In: RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação**. Lisboa, Presença, 1999. p. 141-196.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SADER, Emir. **A nova toupeira**: os caminhos da esquerda latino-americana. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANFELICE, José Luís. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (org.). **Marxismo e educação**: debates contemporâneos. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados/ Histedbr, 2008. p. 69-94.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e os novos embates da filosofia da práxis**. Aparecida, São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

_____. **Gramsci e a sociedade civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis: Vozes, 1999.

SHAW, Eugene. Agenda-setting and mass communication theory. **Gazette – International Journal for Mass Communication Studies**, v. 25, n. 2, p. 96-105, 1979.

SIMIONATTO, Ivete. O social e o político no pensamento de Gramsci. **Gramsci e o Brasil**, 1997. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=294>>. Acesso em: 12 dez. 2015.

_____. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katálisis**, v. 12, n. 1, p. 41-49, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro de. **As notícias e seus efeitos**: as teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media [1999]. Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>>. Acesso em: 27 out. 2015.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. Todo apoio à greve dos professores da rede pública do Estado de São Paulo. **Carta Maior**, 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Todo-apoio-a-greve-dos-professores-da-rede-publica-do-Estado-de-Sao-Paulo/4/33160>>. Acesso em: 06 out. 2015.

SOUZA, Tânia Conceição Clemente de Souza. A análise do não verbal e os usos da imagem nos meios de comunicação. **Rua**, n. 7, p. 65-94, mar. 2001.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa** – v. 1: A árvore da vida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (org.). **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Unicamp, 2001. p. 271-272.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. p. 167-176.

TSE-TUNG, Mao. **O livro vermelho**. São Paulo: Global, 1972.

VEJA. **O cérebro do Reich** [set. 1939]. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/especiais_online/segunda_guerra/edicao001/perfil.shtml>. Acesso em: 19 out. 2015.

VESTENA, Carla Luciane Blum. O papel da mídia na formação da opinião pública: a contribuição de Bourdieu. **Guairaca**, v. 24, p. 9-22, 2010.

ZAMORA, Ângela. Tempo, felicidade e história: pequenas considerações a partir da 2ª Extemporânea. **Pandora**, n. 15, fev. 2010. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/nietzsche/tempo.htm>. Acesso em: 15 fev. 2016.

FONTES CONSULTADAS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

A VOLTA às aulas em Chapecó. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 jul. 2011n. Reportagem especial, p. 6.

AGÊNCIA AL. **Parlamentares propõem e governador retira pedido de ilegalidade da greve do magistério estadual** [22 jun. 2011]. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/parlamentares-propoem-e-governador-retira-pedido-de-ilegalidade-da-greve-do>. Acesso em: 12 fev. 2016.

AZEVEDO, Roberto. Governador diz não ter como pagar. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 18 maio 2011a. Reportagem especial, p. 5.

_____. Momento de cautela. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17 jun. 2011b. Informe político, p. 8.

AZEVEDO, Roberto. O impasse (2). **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 jul. 2011c. Informe político, p. 12.

BITTELBRUN, Gabrielle. Manobras e acusações de ‘teatro’. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14 jul. 2011c. Reportagem especial, p. 5.

BITTELBRUN, Gabrielle. Pais se preparam para folga forçada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 18 maio 2011b. Reportagem especial, p. 5.

_____. STF entende que abono não é piso. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 maio 2011a. Reportagem especial, p. 7.

CALENDÁRIO só sai após fim de greve. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20 maio 2011f. Geral, p. 21.

CANSADOS e ameaçados. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 jul. 2011m. Reportagem especial, p. 6.

CIEGLINSKI, Amanda. STF confirma constitucionalidade do piso nacional dos professores como vencimento inicial. **Agência Brasil**, 06 abr. 2011. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2011-04-06/stf-confirma-constitucionalidade-do-piso-nacional-dos-professores-como-vencimento-inicial>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

DEBONA, Darci. Apoio e transtorno no Oeste. **Diário Catarinense**, 19 maio 2011. Reportagem especial, p. 7.

DESOLAÇÃO e briga no hall de entrada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14 jul. 2011q. Reportagem especial, p. 5.

EM NOME da educação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25 maio 2011j. Editoriais, p. 15.

EXPEDIENTE fora das aulas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 28 abr. 2011b. Geral, p. 28.

FREITAS, Sirli. Divisão e dúvidas no Oeste. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 8 jul. 2011. Geral, p. 24.

GREVE DO MAGISTÉRIO: reajuste depende da volta às aulas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 jul. 2011o. Capa.

GREVE e negociação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 20 maio 2011g. Editoriais, p. 12.

JOAÇABA suspende a greve. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 8 jul. 2011i. Geral, p. 24.

KRAMA, Gisele. Com professor, sem alunos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19 maio 2011. Reportagem Especial, p. 7.

KREMER, Roberta. Piso nacional: governo estima impacto de R\$ 15 milhões em SC. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 8 abr. 2011. Geral, p. 28.

LEVANTAMENTO em 156 escolas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 jul. 2011p. Reportagem especial, p. 4

LORENÇO, Júlia Antunes. 35 dias de greve: governo deve pedir ilegalidade. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21 jun. 2011k. Geral, p. 26.

_____. Acabou a greve: assembleia estadual vota pelo retorno ao trabalho. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19 jul. 2011q. Geral, p. 22.

_____. Dia D do magistério: assembleia estadual vai decidir o rumo da greve. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 6 jul. 2011l. Geral, p. 22.

_____. Greve do magistério: às vésperas da votação, ainda não há consenso. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 jul. 2011n. Reportagem especial, p. 4.

_____. Greve dos professores: estado reafirma falta de dinheiro. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26 maio 2011g. Geral, p. 29.

_____. Greve no magistério: estado mantém proposta rejeitada por professores. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15 jun. 2011i. Reportagem especial, p. 4.

_____. Greve no magistério: negociações seguem sem resultados até agora. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19 jun. 2011j. Geral, p. 32-33.

_____. Greve no magistério: piso de R\$ 1.187 é rejeitado. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24 maio 2011e. Geral, p. 22.

_____. Greve no magistério: professores não aceitam proposta. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10 jun. 2011h. Geral, p. 22.

_____. Greve: futuro de projeto de lei será decidido hoje. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 jul. 2011o. Informe político, p. 12.

_____. Magistério parado: governo prepara reposição. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 8 jul. 2011m. Geral, p. 24.

_____. Na força e no voto: Assembleia aprova piso do magistério. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14 jul. 2011p. Reportagem especial, p. 4.

_____. Negociação fracassada: professores param hoje. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 18 maio 2011c. Reportagem especial, p. 4.

_____. Piso nacional: semana decisiva para a educação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23 maio 2011d. Geral, p. 25.

LORENÇO, Júlia Antunes. Professores parados: guerra de informações e versões marca greve. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25 maio 2011f. Reportagem especial, p. 4-5.

_____. Salário de professor: pressão pelo piso leva a greve e manifestação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 maio 2011a. Reportagem especial, p. 6.

_____. Será que aumenta, professor? **Diário Catarinense**, Florianópolis, 10 maio 2011b. Reportagem especial, p. 4.

MOVIMENTO FICHA LIMPA. **Raimundo Colombo**. Disponível em <<http://www.movimentofichalimpa.com.br/candidatos/raimundo-colombo/>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

MULTIDÃO tomou as ruas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 maio 2011d. Reportagem especial, p. 7.

NO INTERIOR, o apoio dos estudantes. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 18 maio 2011e. Reportagem especial, p. 5.

OBSERVATÓRIO DA EDUCAÇÃO. **Quem somos?** [3 ago. 2008]. Disponível em: <<http://www.observatoriodaeducacao.org.br/index.php/quem-somos>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

PASSOS, Najla. Com professores em greve, estados ainda lutam contra piso salarial. **Carta Maior**, 6. set. 2011. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?Editoria/Politica/Com-professores-em-greve-estados-ainda-lutam-contr-piso-salarial/4/17557>>. Acesso em: 9 fev. 2016.

PEREIRA, Moacir. **A história da greve dos professores**. Florianópolis: Insular, 2011a.

_____. **As negociações** [27 jun. 2011h]. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2011/06/27/as-negociacoes/>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

_____. **Colombo retira pedido de ilegalidade de greve** [22 jun. 2011g]. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2011/06/22/colombo-retira-pedido-de-ilegalidade-da-greve/>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

_____. Greve a favor da lei. **Diário Catarinense**, 12 maio 2011b, p. 5.

_____. Magistério dividido. **Diário Catarinense**, 12 jul. 2011j, p. 3.

_____. O futuro da educação. **Diário Catarinense**, 6 jun. 2011e, p. 3.

_____. O futuro da educação. **Diário Catarinense**, 8 jul. 2011i, p. 5.

_____. Professores: a greve é legal. **Diário Catarinense**, 18 maio 2011c, p. 3.

_____. Proposta frustrante. **Diário Catarinense**, 24 maio 2011d, p. 3.

PEREIRA, Moacir. **Protocolado pedido de ilegalidade da greve** [21 jun. 2011f]. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/moacirpereira/2011/06/21/protocolado-pedido-de-ilegalidade-da-greve/>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

_____. Versões. **Diário Catarinense**, 19 jul. 2011k, p. 3.

PROFESSORES acampados na Capital. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21 jun. 2011k. Geral, p. 26.

PROFESSORES protestam contra descumprimento da lei do piso salarial. **Observatório da Educação**, 13 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/index.php/educacao/47-observatorio-da-educacao/2630-observatorio-da-educacao>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

R\$ 1,8 BI A MAIS na conta de municípios. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 8 abr. 2011a. Geral, p. 28.

R\$ 100 MI não incluem abono. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 19 maio 2011i. Reportagem especial, p. 6.

SANTOS, Débora. Supremo mantém piso salarial nacional para professores. **G1Globo**, 06 abr. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/04/supremo-mantem-piso-nacional-de-salario-professores.html>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SANTOS, Pedro. Protestos: professores exigem piso nacional. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 29 abr. 2011. Geral, p. 27.

SANTOS, Vitor. Balanço do dia. **Agência AL**, 28 jun. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/balanco-do-dia59>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. MP 189 que reajusta salário do magistério inicia tramitação na Assembleia. **Agência AL**, 21 jun. 2011b. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/mp-189-que-reajusta-salario-do-magisterio-inicia-tramitacao-na-assembleia>. Acesso em: 12 jan. 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF). Governadores contestam constitucionalidade de lei que estabeleceu piso salarial para professores. **Notícias STF**, 29 out. 2008. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=98336>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

VENCIMENTO + ABONO ≠ PISO = IMPASSE: Professores marcam greve para o dia 18. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 12 maio 2011c. Capa

VIEIRA, Diego. Assembleia rejeitará MPs do magistério. **Agência AL**, 27 jun. 2011. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/noticia_single_radioal/assembleia-rejeitara-mps-do-magisterio>. Acesso em: 12 fev. 2016.